



IBERSOL – SGPS, SA

Sociedade Aberta

Sede: Edifício Península, Praça do Bom Sucesso, n.º 105 a 159 – 9.º andar, 4150 – 146
Porto

Capital Social : 20.000.000 €

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de
matrícula e de identificação fiscal 501669477

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2015

(Proposta ponto 2 da Assembleia Geral)

- **RELATÓRIO DE GESTÃO**
- **RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE**
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS**

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Introdução

2. Principais Indicadores

3. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

4. O ano de 2015

4.1 Principais acontecimentos

4.2 Enquadramento económico

5. O Grupo Ibersol

5.1 Estrutura de participações

5.2 Perfil estratégico do Grupo

5.3 Órgão Sociais

6. Actividade do Exercício

6.1 Restaurantes (Pizza Hut; Pizza Móvil; Pasta Caffé)

6.2 Counters (KFC Portugal; KFC Angola; BK Portugal; BK Espanha; Pans; Mii; Roulotte; Quiosques)

6.3 Outros Negócios (Catering; Travel (Aeroporto; Áreas de Serviço); Concessões)

7. Análise Financeira Consolidada

8. Riscos e Incertezas

9. Acções Próprias

10. Actividade do Membro Não Executivo do Conselho de Administração

11. Perspectivas

12. Distribuição de Resultados

13. Factos subsequentes e declaração de Responsabilidade Couto

14. Agradecimentos

1. Introdução

O ano de 2015 vem confirmar os sinais positivos que a economia portuguesa havia demonstrado no ano anterior. Estes sinais, que se foram revelando ao longo do ano, têm expressão no crescimento de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no conjunto de 2015, com especial destaque para os 0,2% do último trimestre do ano face ao trimestre anterior.

Para este crescimento da economia portuguesa contribuiu significativamente a procura interna que aumentou 2,4% em termos reais. A este bom indicador de retoma veio juntar-se um factor externo de estabilização da economia que se materializou na diminuição dos preços dos bens energéticos, com impacto directo nas importações.

Para o Grupo Ibersol este cenário macroeconómico foi determinante para o crescimento do volume de negócios em Portugal e para a concretização do plano de expansão levado a cabo durante 2015. Neste contexto, foi possível confirmar uma trajetória virtuosa de melhoria de vendas na generalidade dos conceitos, sendo que os maiores crescimentos se verificaram nos conceitos de balcão e no negócio de catering, que beneficiou dum forte aumento do número de eventos ocorridos principalmente na cidade de Lisboa. Esta evolução foi também extensível ao segmento de “restaurante”, o que mais sofreu anteriormente com a contracção da economia em anos anteriores e que em 2015 voltou a registar um crescimento moderado mas sustentado.

É claro que o consumo privado acelerou em 2015, especialmente devido ao crescimento mais intenso da componente de bens não duradouros e serviços, sendo este um indicador muito positivo para a área onde o Grupo actua. A este indicador juntam-se outros também positivos para o ambiente global da economia como o crescimento acentuado das despesas de consumo final em bens duradouros com especial relevância para a evolução da componente automóvel.

Ou seja, começou-se em 2015 a assistir a uma retoma não apenas do consumo na sua vertente mais imediata como também em bens que demonstram uma retoma da confiança e das expectativas dos portugueses.

Pela sua dimensão e implantação na economia portuguesa, o Grupo Ibersol acompanhou este novo ciclo com a continuação da implementação de uma estratégia já pensada e estruturada nos anos anteriores e que se materializou num novo impulso de crescimento da sua distribuição numérica, através de novas aberturas em marcas tão emblemáticas para o Grupo como a Pizza Hut e Burger King, mas também com um ambicioso plano de renovações que procura manter um ritmo de resposta adequado às expectativas do consumidor.

Neste contexto, é importante referir que dos anos de contracção económica emergiu um novo padrão de comportamento do consumidor português, mais cauteloso e exigente nas suas escolhas mas também mais disponível para as experiências de consumo que garantam satisfação e retorno emocional. Também neste contexto, o comportamento da Geração Millenium, onde se integram geralmente os consumidores

entre os 18 e 35 anos, é particularmente interessante de observar, dado o seu perfil mais sensível às experiências de consumo e fortemente ligado às redes sociais e ao canal digital. Esta geração vem demonstrar a resiliência do consumo fora de casa e da experiência de consumo, eixos em que o Grupo Ibersol tem vindo a trabalhar, no sentido de responder de forma dinâmica.

Ainda em Portugal, de referir a forte consolidação do crescimento do turismo, com repercussões muito positivas nas diferentes áreas de actividade do Grupo, especialmente no segmento Travel, na presença nos aeroportos nacionais. Este é um segmento que se revela cada vez mais uma aposta segura, reforçada na última década e que agora cada vez mais se confirma de crescente valor estratégico.

Em Angola, onde o Grupo está a criar a categoria de Restauração Moderna, o ano de 2015 foi marcado pelos efeitos da crise do preço do petróleo e das divisas. Sendo Angola um país com um longo caminho ainda por percorrer no âmbito da diversificação da economia, a exposição do PIB do país às receitas do petróleo é muitíssimo alta, com consequente exposição às variações do preço desta commodity. Assim, a queda do preço do petróleo que ocorreu ao longo de todo o ano de 2015 veio criar um efeito recessivo macroeconómico em Angola, com repercussões aos mais diversos níveis.

O Grupo Ibersol mantém a sua aposta nos grandes eixos estratégicos que delineou nos últimos anos: a modernização do Portfólio com uma forte componente de remodelações e aberturas, a constante valorização dos Recursos Humanos e o alargamento dos mercados em que actua.

O Grupo continua a privilegiar as vertentes da Qualidade e Segurança Alimentar, mantendo uma forte aposta na certificação dos seus pontos de venda, alicerçada num trabalho constante com a dedicação que o Grupo coloca em tudo o que faz, no sentido de garantir aos seus Clientes elevados padrões de serviço, que se refletem na aceitação das suas marcas, traduzida nos milhões de refeições servidas anualmente.

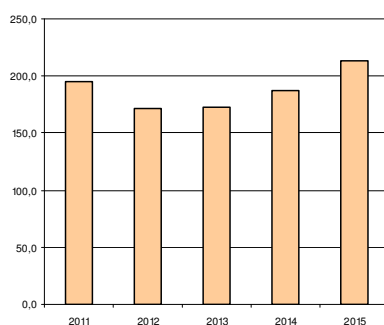
De referir por último o compromisso do Grupo com a Sustentabilidade a todos os níveis da organização. Esta é uma matriz de responsabilidade que nos permitiu ultrapassar o recente período de contracção da economia e sair do mesmo mais fortes e mais robustos nos nossos processos, garantindo assim já em 2015 a concretização da estratégia de crescimento que nos faz preparar o futuro, no presente.

2. Principais Indicadores

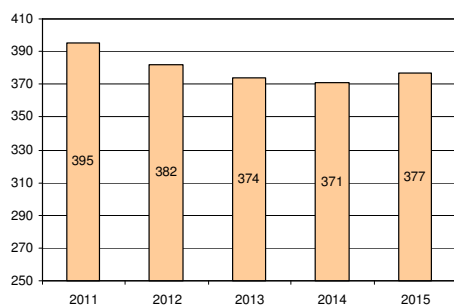
INDICADORES ECONÓMICOS 2015

	Volume negócios	Resultados operacionais	Resultados antes impostos	Resultados líquidos
Mn Euros	213,7	18,3	14,0	10,7
Var %	14%	68%	55%	36%

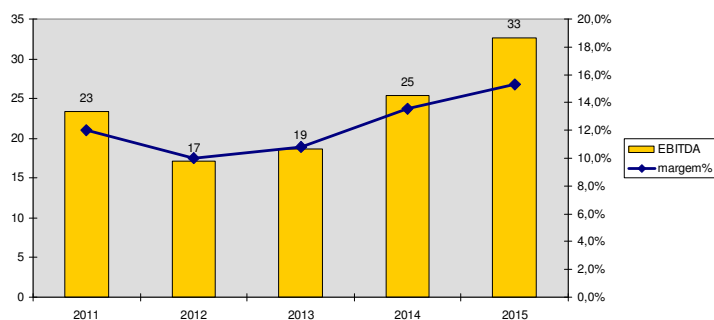
VOLUME NEGÓCIOS



Nº UNIDADES



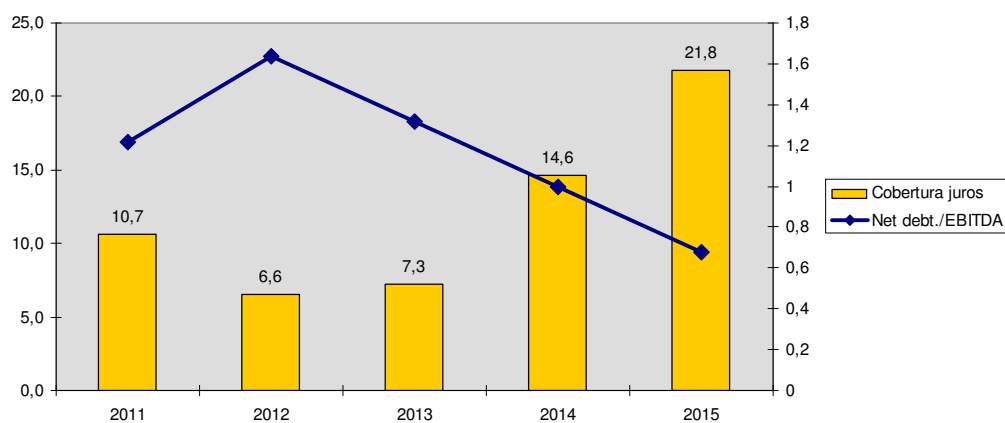
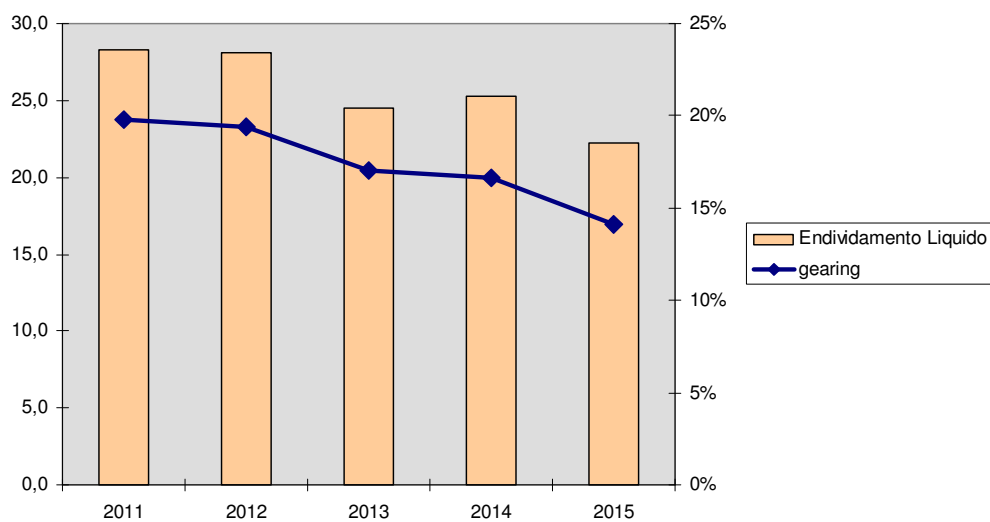
EBITDA



INDICADORES FINANCEIROS 2015

	Activo líquido	Endividamento líquido	Capital próprio
Mn Euros	241	22	130
Var %	9,9%	-12,1%	7,1%

Endividamento



3. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

A performance alcançada em 2015 veio dar razão às nossas convicções e à nossa determinação.

No Grupo Ibersol temos uma forma muito racional de encarar a gestão e os objectivos e também uma forte determinação em cumprir com as metas a que nos propomos.

Neste sentido, implementámos nos últimos três anos uma estratégia muito firme de redução da estrutura de custos do Grupo, na redefinição da oferta e da distribuição e também no domínio dos recursos humanos.

Assim, foi possível em 2015 acelerar a nossa trajectória de qualificação das nossas pessoas, manter um reforçado controlo de gestão e responder aos sinais positivos dos consumidores e do ambiente económico.

Cumprimos assim um ano de mudança, já centrados num Plano de Expansão que procura responder ao novo perfil de consumo, porque acreditamos que temos de continuar a proporcionar todos os dias experiências gratificantes e que criem valor para o consumidor, para as Marcas e para o Grupo.

Este foi também o momento de demonstrar cabalmente que, como importante grupo de restauração moderna em Portugal, Espanha e Angola temos uma visão de futuro muito sólida.

Continuamos a antecipar os desafios, a estudar o mercado e a implementar soluções e por isso somos um Grupo de referência.

Somos uma matriz de confiança para os stakeholders e queremos continuar o percurso de sucesso e solidez que nos caracteriza, defendendo o trabalho, o emprego, a relação com os nossos Clientes e a criação de valor, sempre com rigor e persistência, todos os dias, em Portugal, Espanha e Angola.

4. O Ano de 2015

4.1 Principais Acontecimentos

Um ano de mudança

O ano de 2015 foi um ano de transformações para as marcas que operamos. O Grupo soube interpretar correctamente as mudanças que se têm vindo a operar no comportamento dos clientes, tendo desta forma ajustado os produtos e serviços das suas marcas, bem como os seus espaços, melhorando a experiência de consumo.

Os clientes são cada vez mais exigentes na qualidade dos produtos que consomem e no serviço, obrigando a uma abordagem integrada da forma como os colaboradores e as marcas interagem com eles. Tendo em conta que o rendimento disponível aumentou face a 2014, os clientes exigem mais conforto, ambientes mais agradáveis e maior conveniência. Para além destes aspectos, procuram novas experiências de consumo, seja nos serviços disponíveis, seja nas configurações do próprio espaço que frequentam.

Para corresponder a estas recentes mudanças de comportamento, o Grupo Ibersol respondeu com o know-how que o caracteriza como líder na restauração moderna.

Assim, continuámos a implementar um abrangente programa de remodelações das unidades, iniciado em 2014. Em 2015 concretizámos a remodelação de 20 restaurantes da Pizza Hut e desenhámos novas unidades com design renovado e moderno.

No entanto, não foi apenas a imagem dos espaços que mudou. Através do Programa Guest Experience, implementado na Pizza Hut, Burger King, KFC, Miit e Roulotte, passamos a ouvir o cliente de forma mais próxima. As plataformas “pizzahutexperiencia.com” e “minhabkexperiencia.com”, por exemplo, são inquéritos de satisfação online, onde os clientes podem relatar as suas experiências nos restaurantes. Estas inovadoras plataformas vieram consolidar a estratégia das marcas de proximidade com os clientes e constituíram-se como um forte pilar na interacção, contribuindo assim para a excelência operacional.

Também o forte enfoque na inovação de produto e nas novidades introduzidas ao nível das promoções e o aumento do investimento em comunicação, marcaram o ano de 2015. Através de estratégias de maior segmentação das ofertas e maior competitividade de preço foi possível conquistar novos clientes.

Todas estas mudanças mostraram que 2015 foi um ano que confirmou as convicções do Grupo Ibersol e o seu modelo de gestão. Foi graças a estas mudanças que foi possível conquistar novos clientes e crescer. E é por reconhecer a necessidade da

implementação destas mudanças que o Grupo Ibersol é um Grupo sólido que apresenta resultados e um horizonte de crescimento.

Um plano de expansão ambicioso

O Grupo chegou a 2015 preparado para responder aos desafios da evolução positiva do consumo que se fez sentir e assim recomeçou o seu plano de expansão em Portugal de forma acelerada

Na Burger King foram inaugurados 10 novos restaurantes: na Abóbada, Oeiras, Maia, Caldas da Rainha, Pombal, Ilha Terceira, Vila do Conde, Famalicão, Monção e Lisboa. A Pizza Hut inaugurou restaurantes em Alverca, Vila do Conde, na Av. General Roçadas (Lisboa), tendo ainda realocado a unidade do Aeroporto Lisboa. A KFC inaugurou um novo restaurante no Aeroporto de Lisboa.

Em Angola, independentemente da conjuntura que a economia atravessa, o Grupo Ibersol preparou a inauguração da primeira unidade Pizza Hut, concretizada em Dezembro em Luanda. A KFC continuou a consolidar a sua posição e a crescer, com a abertura de mais três unidades, em Benguela, no Zango e no Xyami Shopping Nova Vida, o que evidencia a forte aceitação dos conceitos por parte dos consumidores angolanos, bem como a capacidade de concretização num mercado de grandes desafios.

O ano de 2015 foi assim marcado por uma estratégia de crescimento, resultado de uma preparação prévia que permitiu a concretização de um plano de expansão ambicioso e dinâmico, transversal às marcas.

Aposta nos colaboradores, motor do sucesso do Grupo Ibersol

A par de um plano de expansão ambicioso e da evolução positiva do consumo, que contribuíram decisivamente para o aumento do número de colaboradores do Grupo Ibersol, em particular em Portugal, a Ibersol viu elevar, em 2015, o grau de participação e os níveis de envolvimento e satisfação das suas pessoas!

Os resultados do inquérito anual de avaliação do clima organizacional – “Tenha a Palavra” – não deixam dúvidas, uma vez que todas as áreas e todas as questões que compõem o estudo alcançaram pontuações superiores às dos anos anteriores. A área da formação foi a que, mais uma vez, alcançou os melhores resultados, o que evidencia de forma muito clara que estamos no bom caminho quando apostamos nas nossas pessoas e no seu desenvolvimento.

Continuámos, por isso, em 2015, o trabalho de revisão das metodologias de formação nos Negócios Pizza Hut e KFC e consolidámos o projecto com a recertificação de todas as equipas, tendo prosseguido os trabalhos de desenvolvimento dos programas de formação para os níveis de carreira de Gestão de Turno e Direção de Unidade.

Fruto da experiência já adquirida, foi possível ainda colocar na plataforma “Learning Zone”, que agora suporta a formação operacional destes Negócios, novos conteúdos formativos, para aí sustentar a aprendizagem teórica em programas complementares.

Também a merecer destaque, o lançamento do projecto Clean2Safe, na sua dimensão de formação, onde se apostou no desenvolvimento de conteúdos visuais (vídeos), favorecendo uma melhor identificação dos formandos e transferência dos saberes. Este projecto desenhado em parceria com um fornecedor assegura a partilha de know-how e aprofundamento das melhores práticas.

E porque no Grupo Ibersol o desenvolvimento do capital humano está ainda indelevelmente associado à meritocracia e aos resultados alcançados, avaliar com rigor, mas também com maior simplicidade, foi o mote para um projecto que se iniciou no final do ano e cujos frutos se espera possam trazer um novo élan ao Sistema de Avaliação e Potencial “SOL”. Pretende-se reconfigurar o Sistema reforçando a cultura de valorização através duma mais efectiva avaliação do desempenho e do potencial para um melhor acompanhamento das pessoas e o crescimento sustentado das Equipas e do seu know-how.

4.2 Enquadramento Económico

Situação a nível mundial

Estimativas recentes do Eurosistema apontam para um crescimento de 2,9% do PIB mundial em 2015 - o pior desempenho desde a grande recessão de 2009 e muito longe do valor de 3,6% projectado no início do ano -, reflectindo a fraca performance de algumas das maiores economias emergentes.

A economia chinesa desacelerou de forma acentuada no segundo semestre de 2015, registando um crescimento anual de 6,9%. Em transição para um modelo menos assente na produção industrial, a quebra no investimento e nas exportações foi em parte compensada pelo aumento do consumo interno, tendência que deve manter-se em 2016, estimando-se um crescimento do PIB da ordem de 6,5%.

O Brasil viveu em 2015 a maior recessão económica dos últimos anos (estima-se uma contracção do PIB de 3,6%). Em plena crise política resultante de sucessivos escândalos de corrupção, com o real a desvalorizar e o custo de vida em alta, a economia brasileira deverá contrair menos em 2016, iniciando um processo de recuperação gradual do sector exportador.

A economia russa deverá ter contraído 3,8% em 2015, com a inflação a atingir 15,6%, estimando-se que o crescimento do PIB ainda se mantenha negativo de 0,5% em 2016.

Do lado dos países desenvolvidos, 2015 foi um ano de recuperação da actividade económica.

A economia dos Estados Unidos da América cresceu 2,5% em 2015 (2,4% em 2014) e deverá manter o mesmo ritmo de expansão em 2016, apesar do abrandamento das exportações, condicionadas pela valorização do dólar. O crescimento foi essencialmente suportado pela dinâmica criada pelo consumo das famílias, assente na força do mercado de trabalho.

A economia japonesa cresceu apenas 0,5% em 2015, por efeito da diminuição da procura da economia chinesa e de outros países asiáticos, estimando a OCDE um crescimento de 1% em 2016.

A área do euro prosseguiu em 2015 o processo de recuperação económica, com o PIB a crescer 1,5%, estimando-se um crescimento de 1,7% em 2016 e 1,9% em 2017. O ritmo da recuperação é muito distinto entre os vários estados membros, devido às especificidades intrínsecas e ao estado do ciclo económico.

O baixo preço do petróleo, a desvalorização do euro e os estímulos monetários do BCE impulsionaram o consumo privado e as exportações. Mas a taxa de desemprego permanece elevada (11%), muito acima do valor registado no período antes da crise

(7,5%), evidenciando enormes disparidades entre países: Grécia (25,8%) e a Espanha (22,1%), em contraste com a Alemanha (5,4%), que apresenta a taxa mais baixa da zona euro.

Os principais factores de risco do processo de recuperação são a desaceleração económica nos países emergentes e as incertezas de ordem política.

Situação em Portugal

Projeções recentes do Banco de Portugal estimam que a economia portuguesa tenha crescido 1,5% em 2015 e cresça 1,7% e 1,8% em 2016 e 2017, respectivamente.

O primeiro semestre de 2015 caracterizou-se por um crescimento forte da procura interna e das exportações, tendência que desacelerou no segundo semestre, reflectindo o abrandamento da procura global.

Em 2015 as exportações mantiveram-se em bom plano, com um crescimento de 5,2%, apesar da acentuada queda das exportações para Angola, demonstrando a capacidade de diversificação e de conquista de quota de mercado por parte dos agentes económicos.

Em sentido inverso, o aumento das importações (7,2%), reflectindo a retoma da procura interna e o aumento da componente importada das exportações, contribuiu negativamente para o crescimento do PIB.

O investimento desacelerou ao longo do ano (crescimento de 3,7%, inferior ao verificado em 2014). De registar o contributo favorável do investimento em construção e o recuo do investimento em máquinas e equipamentos.

Situando-se ainda 12% abaixo dos níveis registados antes da crise, a procura interna continuou em 2015 a recuperar da retracção vivida nos anos de intervenção externa, com destaque para a expansão do consumo das famílias (2,6%), reflexo do aumento do rendimento disponível, do clima de maior confiança e da evolução positiva do mercado de trabalho.

A taxa média de desemprego deve situar-se em 12,6%, perspectivando-se que a trajectória de melhoria se mantenha em 2016, ainda que de forma mais moderada (12,2%).

A inflação média anual registou um valor positivo mas ainda muito baixo (0,5%), parcialmente explicado pela queda significativa do preço do petróleo nos mercados internacionais e reflectindo a evolução da componente não energética no cabaz do IPC, perspectivando-se para 2016 a manutenção da tendência de ligeira subida (0,8%).

Os principais factores de risco de curto prazo para um crescimento sustentado da economia portuguesa sem desequilíbrios nas contas externas, são o aumento do preço do petróleo, a redução da procura externa, a incapacidade de substituição de importações pela oferta doméstica e o aumento dos custos de financiamento externo.

Situação em Espanha

A economia espanhola deverá ter crescido 3,1% em 2015 (superando as expectativas do início do ano que apontavam para um crescimento em torno de 2%), por efeito da acção conjugada de vários factores de natureza interna e externa.

Entre os factores externos, refira-se o contributo da política do BCE na redução dos custos de financiamento dos agentes económicos. Adicionalmente, a queda dos preços do petróleo contribuiu para a redução dos custos das empresas e para o aumento do consumo privado.

A nível interno, a alteração da estrutura produtiva, mais direccionada para a produção de bens transaccionáveis (evidente no forte crescimento do investimento em maquinaria e bens de equipamento) e a maior flexibilização do mercado de trabalho, contribuíram para o dinamismo da economia, facilitando a criação de emprego, que aumentou cerca de 3%, com a taxa de desemprego a cair para 22,1% (menos 2,3 pontos percentuais do que em 2014).

Apesar da melhoria registada nos últimos dois anos, o desemprego ainda se mantém em níveis muito elevados, sendo de esperar um crescimento salarial moderado, dessa forma contribuindo para a manutenção da competitividade do sector exportador e para a evolução controlada da inflação, que se manteve em terreno negativo em 2015 (-0,5%), mas que deverá acelerar para 0,7% em 2016 e 1,2% em 2017.

Em 2015 continuou a redução dos níveis de endividamento do sector privado (empresas e particulares) e a evolução positiva da balança de bens e serviços.

A economia espanhola parece estar em boa forma, perspectivando-se um crescimento na ordem de 2,5% em 2016. O principal risco interno situa-se ao nível da indefinição política, que poderá adiar as decisões de investimento. Externamente, o maior risco reside no arrefecimento da procura global, nomeadamente por efeito do menor crescimento das economias emergentes.

Situação em Angola

As previsões do FMI apontam para uma desaceleração do crescimento da economia angolana em 2015 por efeito da redução dos preços do petróleo. Apesar do exposto, o PIB deverá ter crescido 3,5%, estimando-se que essa evolução permaneça estável em 2016.

Estima-se que o preço médio do barril de petróleo angolano se tenha situado em USD 53 em 2015, contra pouco mais de USD 100 em 2014, conduzindo a uma forte queda nas receitas fiscais e nas exportações.

Face à queda prevista das receitas fiscais da actividade petrolífera, o Governo respondeu rapidamente, alterando os pressupostos do Orçamento de Estado inicial (baixando de USD 81 para USD 40 o preço médio do barril do petróleo no Orçamento de Estado rectificativo de Fevereiro de 2015) e efectuando um corte significativo nas despesas de investimento que constavam do orçamento inicial.

Ao longo do ano, a produção de petróleo recuperou na sequência da conclusão das obras de manutenção, permitindo aumentar ligeiramente a média de produção diária, ajudando a compensar em parte a queda das receitas.

O crescimento do PIB não petrolífero desacelerou em 2015. O sector industrial, a construção e os serviços ajustaram-se à redução do consumo privado e do investimento público e às dificuldades na obtenção de moeda estrangeira. A taxa de inflação atingiu o valor de 14% no final de 2015.

O Kwanza foi desvalorizando ao longo do ano, com especial impacto no segundo semestre.

Para 2016 prevê-se uma redução do crescimento do PIB petrolífero (de 6,8% para 3,4%) e uma aceleração do sector não petrolífero (de 2,1% para 3,4%), impulsionado sobretudo pela recuperação mais robusta da agricultura.

O principal factor de risco do crescimento económico e da sustentabilidade das finanças públicas angolanas continua a ser a dependência excessiva do sector petrolífero, fortemente condicionado pelos baixos preços nos mercados internacionais.

Nota Final

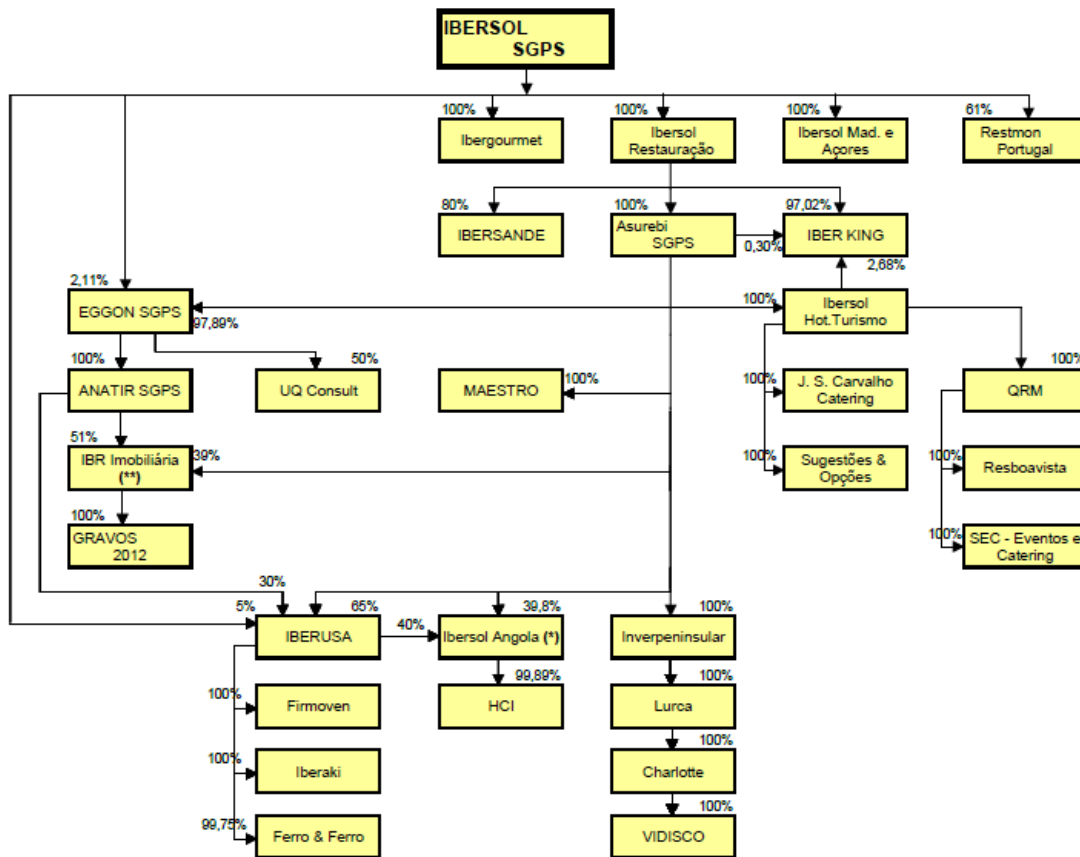
A economia mundial prossegue uma lenta e gradual trajectória de recuperação. Persistem os problemas e desequilíbrios em algumas das maiores economias emergentes, nomeadamente o risco de arrefecimento da economia chinesa. O crescimento das economias mais desenvolvidas, apesar de todas as medidas de

estímulo adoptadas, permanece modesto. A divergência económica e os conflitos entre países parece indicar que 2016 será mais um ano de fraco crescimento e com muitos factores de incerteza política que poderão influenciar negativamente o comércio a nível mundial.

5. O GRUPO IBERSOL

5.1 Estrutura de participações

PARTICIPAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015



(*) Restantes accionistas da IBERSOL ANGOLA: ANATIR SGPS (10%), EGGON SGPS (10%) e IBERSOL SGPS (0,2%)

(**) Restantes accionistas da IBR Imobiliária: IBERSANDE (10%)

5.2 O perfil estratégico do Grupo

Garantir as boas experiências e qualidade de vida

Os Clientes exigem cada vez mais boas experiências que potenciem a sua qualidade de vida. As nossas marcas fazem parte integrante do dia a dia de milhões de pessoas e, por isso, estão no centro das nossas atenções. O Grupo procura garantir uma oferta diversificada que possibilite aos consumidores experiências variadas em qualidade e sabor. Do pequeno-almoço ao almoço, do lanche ao jantar, durante a semana ou fim-de-semana, numa paragem a meio de uma viagem de automóvel, antes da partida de um comboio ou de um voo pela noite dentro, estamos presentes em todos os momentos de consumo em variadíssimas situações. O Grupo Ibersol procura proporcionar aos consumidores momentos de bem-estar aliados a uma alimentação equilibrada, cuidada e adequada ao seu estilo de vida, desenvolvendo o programa Viva Bem (site e blog), através do qual procura promover um diálogo responsável com o Cliente, colocando à sua disposição informação sobre a composição nutricional e alergénios dos produtos Ibersol e sobre como adoptar um padrão de vida que garanta uma alimentação equilibrada e estilos de vida saudáveis.

Focar as energias na relação com o cliente

Uma vez que foram os Clientes que permitiram ao Grupo Ibersol chegar onde chegou: uma entidade incontornável na restauração em Portugal, são também os Clientes a razão de ser do Grupo, pelo que lhes é dedicada toda a atenção. É por isso que a Ibersol procura sempre estar à altura das expectativas do Cliente, antecipando tendências, satisfazendo necessidades e apresentando propostas de valor cada vez mais sólidas.

Como resposta a estas novas exigências, aperfeiçoamos, em contínuo, a organização das nossas unidades, os sistemas de informação e a abordagem sistémica que garante a identificação de grandes clusters de consumidores e de segmentos de restaurantes, de acordo com as diferentes envolventes e comportamentos.

Através do Programa Guest Experience, implementado na Pizza Hut, Burger King, KFC, Miit e Roulotte, as marcas passaram a ouvir o cliente de forma mais próxima. As plataformas “pizzahutexperiencia.com” e “minhabkexperiencia.com”, por exemplo, são inquéritos de satisfação online, onde os clientes podem relatar as suas experiências nos restaurantes. Estas inovadoras plataformas vieram consolidar a estratégia das marcas de proximidade com os clientes e constituíram-se como um forte pilar na interação, contribuindo assim para a excelência operacional.

Desenvolvimento e Valorização das Pessoas

No Grupo Ibersol o desenvolvimento do capital humano está indelevelmente associado à meritocracia e aos resultados alcançados. Avaliar com rigor, mas também com maior simplicidade, foi o mote para um projecto que se iniciou no final de 2015 e cujos frutos irão trazer um novo élan ao Sistema de Avaliação e Potencial SOL.

Pretende-se reforçar a cultura de valorização das pessoas com base num sistema que, guiando-se pelos valores Ibersol e pelos resultados alcançados, permita de uma forma mais efectiva avaliar o desempenho e o potencial, e assim acompanhar o crescimento sustentado das Equipas e do seu know-how.

Em 2015 prosseguiu-se também o trabalho de revisão das metodologias de formação nos Negócios Pizza Hut e KFC, tendo-se consolidado o projecto com a recertificação de todas as equipas e prosseguindo-se com os trabalhos de desenvolvimento dos programas de formação para os níveis de carreira de Gestão de Turno e Direção de Unidade. Fruto da experiência já adquirida, foi ainda possível colocar na plataforma “Learning Zone”, que agora suporta a formação operacional destes Negócios, novos conteúdos formativos, para aí sustentar a aprendizagem teórica em programas complementares.

O trabalho empreendido continua em linha com a preocupação do Grupo em acompanhar o desenvolvimento das suas Pessoas e Equipas, dando assim resposta às expectativas dos seus colaboradores e às necessidades de expansão.

Uma rede social de valor acrescentado ao consumidor

Viver a experiência do relacionamento com os Clientes é um desafio que o Grupo Ibersol coloca todos os dias aos seus colaboradores, como matriz de uma rede social. O Grupo Ibersol possui uma rede de relações emocionais e de confiança, que se estabelece entre os colaboradores e Clientes, a cada minuto do trabalho.

Pretendemos criar continuamente condições para que a equipa Ibersol seja portadora dessa relação de valor acrescentado com o Cliente – ligando-se, comunicando de forma relevante, com atenção e dedicação. É um princípio que o Grupo pretende ver integrado no seu DNA. Para cumprir esse intuito, investe continuamente nas competências das suas equipas, especialmente dos Gestores de Unidade, dos Gestores de turno e na sua responsabilização pela interacção com o Cliente.

São estes Gestores a nossa linha da frente que permite identificar mais rapidamente as mudanças do perfil de consumo. São estes Gestores que procuram “ler” as expectativas e as realidades em mudança e que as transmitem, para serem incorporadas em novas propostas de valor. O Grupo descentralizou também as

valências relacionadas com a Certificação de Qualidade e, neste âmbito, consolidou nos Gestores competências ao nível do conhecimento e verificação das normas de qualidade.

Processos globais de gestão e planeamento logístico

O Grupo Ibersol organizou uma cadeia de abastecimento que garante a qualidade dos produtos que comercializa, desde o fornecimento até à venda, passando pela logística.

É um corpo único, homogéneo, que se agiliza todos os dias através de uma política activa de qualidade e certificação. De destacar especificamente a certificação na norma NP EN ISO 22000: Sistemas de Gestão de Segurança Alimentar, que abrange a cadeia, em todos os mercados que o Grupo opera.

A centralização da cadeia de abastecimento que suporta a operação em Portugal e Espanha foi alargada à operação em Angola, possibilitando ganhos de eficiência e produtividade, quer no processo propriamente dito, quer na relação com os parceiros de negócio.

A preocupação de não comprometer a qualidade em função do preço é uma directriz que não comporta excepções. Por isso, através da melhoria contínua dos processos de gestão de recursos e bens, a Ibersol pretende manter relações duradouras e consistentes com os parceiros fornecedores.

A excelência na qualidade e segurança

Através de uma política activa de qualidade e certificação, o Grupo Ibersol reforça o seu posicionamento como grande player da restauração. O seu rigor e exigência permitem continuar a trilhar um caminho de excelência.

Assim, o Grupo continua a ser reconhecido nas áreas de qualidade das suas operações, serviço ao cliente e segurança alimentar, tendo alcançado um número recorde de certificações tanto em Portugal como em Angola.

Na área da certificação o Grupo Ibersol viu renovadas as certificações pelas seguintes normas:

- NP EN ISO 22000: Sistemas de Gestão de Segurança Alimentar em Portugal com o âmbito de Gestão da Cadeia Alimentar das Operações de Restauração do Grupo Ibersol; Prestação de Serviços de restauração/catering nas lojas;

- NP EN ISO 22000: Sistemas de Gestão de Segurança Alimentar de todas as unidades KFC em Angola e cadeia logística com o âmbito da Cadeia Logística e Operação de Restaurantes;
- NP EN ISO 9001: Sistemas de Gestão da Qualidade;
- NP EN ISO 14001: Sistemas de Gestão Ambiental;
- NP EN ISO 18001: Sistemas de Gestão Segurança e Saúde no Trabalho com o âmbito na Gestão das Operações de Restauração do Grupo Ibersol (Serviços Centrais, processos transversais e Vog).

Para o Grupo Ibersol, as certificações vêm confirmar e premiar todo o empenho e dedicação que as suas equipas colocam em tudo o que fazem, com o intuito de garantir a satisfação dos seus clientes, bem como elevados padrões de qualidade, os quais se reflectem no reconhecimento e aceitação das suas marcas.

Uma política activa de gestão de recursos e respeito pelo ambiente

Respeitar e melhorar o mundo em que vivemos é uma preocupação que se traduz numa política activa de sustentabilidade. Estas políticas têm permitido atingir bons resultados com melhorias significativas de ano para ano.

É preciso repensar as equipas, as energias consumidas, os consumíveis, os produtos, os desperdícios e, sobretudo, interiorizar uma forte preocupação com a mudança de processos e formas de fazer. Essa realidade tem levado o Grupo a redefinir o perfil do colaborador, optimizando a gestão do tempo, dos processos e dos recursos.

Por isso, o Grupo Ibersol continua a consolidar políticas de boas práticas na gestão dos recursos, nomeadamente na área dos consumos de energia, com resultados muito expressivos.

Esta política tem efeitos colaterais positivos, pois a sensibilização para a adopção de medidas de utilização racional de electricidade conduz a que as mesmas sejam alargadas a outros consumos.

Como expoente máximo desta realidade sustentável está o “Programa de Reciclagem de Óleos Alimentares Usados”, em conjugação com a indústria do Biodiesel.

5.3 Órgão Sociais

Conselho de Administração:

Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Vice-Presidente – Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

Vogal – Professor Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero;

Conselho Fiscal:

Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;

Vice-Presidente – Dr. António Maria de Borda Cardoso;

Vogal – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;

Suplente – Dr.^a Maria Helena Moreira de Araújo;

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente da Mesa – Dr.^a Alice de Assunção Castanho Amado;

Vice-Presidente da Mesa – Dr.^a Anabela Nogueira de Matos;

Secretária – Dr.^a Maria Leonor Moreira Pires Cabral Campello;

Comissão de Vencimentos:

Dr. Vítor Pratas Sevilhano;

Dr. Amândio Mendonça da Fonseca;

D. Alfonso Munk Pacin;

Revisor Oficial de Contas:

PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo Dr. Hermínio António Paulos Afonso ou pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia

Secretário da Sociedade:

Secretário Efectivo - Dr. José Carlos Vasconcelos Novais de Queirós

Secretária Suplente – Dr.^a Maria Helena Moreira de Araújo

6. Actividade do Exercício

6.1 Restaurantes

O segmento de restaurantes é composto por 136 restaurantes que geraram um volume de negócio de 69 milhões de euros.

Pizza Hut

Criada em 1958 nos EUA e introduzida em Portugal em 1990, a Pizza Hut, que celebrou em 2015 os 25 anos da sua presença em Portugal, foi a primeira Marca internacional de Restauração Moderna a marcar presença no nosso mercado.

A Pizza Hut é a marca líder no segmento das pizzas, encerrando o exercício de 2015 com forte crescimento de vendas e recuperação da quota de mercado. Possui 93 restaurantes e 1.938 colaboradores.

O ano de 2015 foi um ano de continuidade da estratégia global de crescimento da marca através: (1) do aperfeiçoamento e melhoria contínua do sistema de avaliação da satisfação do cliente; (2) da inovação na oferta de serviços e produtos; (3) da modernização e renovação da imagem dos restaurantes.

Relativamente à avaliação da satisfação do cliente, em 2015 foi lançada a plataforma “pizzahutexperiencia.com”, um espaço para o cliente poder relatar a sua experiência nos restaurantes Pizza Hut em todas as dimensões relevantes para si e relacionadas com o serviço e o com o produto. Este questionário online veio consolidar a estratégia da marca de olhar através dos olhos do cliente, focando nele a sua gestão, num processo de melhoria contínua para a excelência operacional, de forma a garantir sempre a melhor experiência ao cliente.

A inovação na oferta de serviços e produtos tem sido uma constante desde o início da marca em Portugal. O ano de 2015 foi marcado pelo lançamento de uma nova ementa, com design renovado e diferenciador, um novo layout e imagem com enfoque no sabor e qualidade do produto. Esta nova ementa procurou dar dimensão às diferentes opções de escolha mas também às experiências únicas de consumo.

Tendo em conta o posicionamento da marca como especialista de Pizzas e reforçando a sua liderança no segmento, a marca lançou 3 novas especialidades, em Março a “Pizza Star of Flavors” – uma pizza única em formato de estrela, em Maio a “Super Pan Pizza” – com rebordo de três queijos, e em Novembro a “Cheesy Bites Remix” – com sabor a triplicar nos “bites” (esta última um exclusivo dos restaurantes com serviço à mesa).

A Pizza Hut lançou também várias iniciativas que fazem parte do seu ADN: o Rodízio de Pizzas, a Pan Lovers por 4,95€, as Pizzas Médias por 6€, os menus médio e familiar (estes últimos para a entrega em casa).

Numa estratégia de constante inovação, e consciente de que o crescimento passa também pela actualização e modernização do seu portfólio, a Pizza Hut deu continuidade a um importante programa de remodelações dos restaurantes iniciado no ano anterior, tendo sido realizadas 19 intervenções. O novo design, layout e novas funcionalidades tecnológicas são o “drive” deste programa e tiveram como objectivo acompanhar o actual consumidor, uma vez que o mundo digital e as redes sociais são uma realidade cada vez mais presente na sua experiência de consumo e consequente relação com a marca. Em 2015 a marca procedeu ainda à abertura de 3 novas unidades localizadas em Alverca, Vila do Conde e Av. General Roçadas (Lisboa).

Ao nível da formação e certificação dos colaboradores, manteve-se a aposta na formação contínua e valorização das equipas através da plataforma digital de formação em ambiente e-Learning, pioneira no mercado de restauração em Portugal. Esta ferramenta digital proporciona uma maior proximidade dos colaboradores, tornando o processo de formação mais ágil, interactivo e eficaz, contribuindo desta maneira para a melhoria do serviço ao cliente.

Em 2015 manteve-se a certificação nos processos internos na norma APCER ISO 22000 das unidades da Foz, Norteshopping, Antas Dolce Vita, Colombo e Matosinhos, o que demonstra o cuidado e exigência que a equipa coloca para garantir a segurança alimentar dos seus consumidores.

A marca voltou a estar presente junto do target mais jovem nos Festivais de verão “Nós Alive” e “Marés Vivas” através da unidade móvel. Foi também o principal patrocinador do evento “SkyforAll”, organizado pela Federação Portuguesa de Desportos de Inverno, permitindo assim proporcionar a mais de 1.200 crianças a sua primeira experiência de esquiar na neve na Serra da Estrela. Para finalizar, patrocinou ainda a equipa infantil de futebol do clube Linda-a-Velha.

A marca apostou também numa estratégia de conveniência e localização dos restaurantes apoiados no novo design e layout, bem como na nova proposta comercial, que são o “drive” dos novos investimentos e tiveram como objectivo surpreender o consumidor na experiência de consumo e na sua relação com a marca.

Neste âmbito, e reforçando o seu programa de inovação e conveniência, foi reformulada durante o ano a proposta de atendimento dos pedidos de entrega em casa, com o lançamento do novo número de telefone para atendimento nacional de encomendas, o 222444222. Também foi lançado um novo website de encomendas online e deu-se continuidade ao programa de acções segmentadas para os clientes.

Baseando-se no posicionamento Value for Money, a marca lançou em 2015 várias campanhas comerciais com o intuito de surpreender e inovar: “4x2: Pizza e Bebida a dobrar”, “50% Desconto em campanhas exclusivas dos pedidos online” e ainda menus médios e familiares com propostas muito competitivas.

Pizza Móvil

A Pizza Móvil terminou o ano de 2015 com 50 unidades e 498 colaboradores.

O ano de 2015 foi marcado pela continuidade da abordagem estratégica de rejuvenescimento e modernização da marca, uma vez que a redução de consumo e a crise económica que têm afectado Espanha nos últimos oito anos parecem ter dado lugar a um melhor ambiente macroeconómico.

Deste modo, ao longo de 2015 destacam-se diversos aspectos relevantes. A introdução de novos ingredientes frescos nas pizzas e o lançamento de novos produtos como as novas Pizzas Extreme e Gallega ou, por exemplo, a nova sobremesa Dots. Alargámos a oferta de Buffet Livre a cerca de metade das unidades da marca, melhorou-se o serviço prestado aos clientes e apoiámos o desporto em categorias de formação patrocinando as Federações de Futebol da Galiza e Astúrias, promovendo a marca junto do target mais jovem.

Por fim, é de salientar um impulso na comunicação digital através da promoção de vídeos virais, da divulgação de um novo website e-commerce “responsive”, que aproximou a marca dos novos hábitos de consumo, e do aumento da notoriedade da marca nas redes sociais, tendo a Pizza Móvil superado os 125.000 fãs no Facebook.

Pasta Caffé

No final de 2015 o Pasta Café operava 10 unidades com cerca de 150 colaboradores.

Nos últimos anos a marca tem investido na renovação da sua imagem em alguns restaurantes, procurando acentuar o ambiente mais moderno, trendy e acolhedor, ideal para um jantar a dois ou para o convívio em grupo. Nestes novos espaços distinguem-se uma nova identidade e uma proposta gastronómica cada vez mais italiana, com a ementa dedicada às pizzas finas e estaladiças, à pasta al dente e aos risotti cremosos. As especialidades da Carta merecem um destaque especial, nomeadamente a Bruschetta di Capra ai Prosciutto, a Pizza di Parma, o Tagliatelle Pomodoro e Gamberi e o Risotto ai Gamberetti e Asparagi Verdi.

Devido à necessidade de dar resposta ao ritmo do dia-a-dia e a pensar nos trabalhadores com pouco tempo disponível, desenvolveu-se a oferta “Buffet de Almoço”, que apresenta inúmeras opções a um preço muito competitivo em alguns restaurantes. A grande variedade de entradas, saladas frias e quentes, pizzas de massa fina, pastas al dente e sobremesas, tudo à discrição, fazem desta oferta uma opção muito apreciada, tendo permitido à marca aumentar a frequência de visitas dos clientes durante a semana.

As “Temporadas” permitiram, ao longo de 2015, testar novas receitas e composições da oferta. “Especialidades Vegetarianas”, “Temporada de Calzones”, “Temporada do Risotto” ou “Especialidades de Natal” foram algumas das temáticas desenvolvidas ao longo do ano e que se traduziram em experiências marcantes e bons momentos de convívio, reforçando o posicionamento da marca.

Em 2015 mantiveram-se todos os processos de formação das equipas da marca e procedeu-se também à recertificação na norma de qualidade APCER ISO 22000 das unidades do Dolce Vita Porto e do NorteShopping.

No âmbito do processo de Responsabilidade Social, o Pasta Caffé participou em diversos projectos de ligação à comunidade, tendo integrado estagiários do Curso Técnico de Restauração de diferentes instituições bem como participado na campanha "Graças a Muitos" em parceria com a Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares.

Counters

O conjunto das marcas que o Grupo Ibersol opera no segmento counters terminou o exercício com 178 restaurantes e um volume de negócios de 119 milhões de euros.

KFC Portugal

A KFC conta com 19 anos de história em Portugal e com características que lhe são singulares: o mítico Coronel Sanders e a sua preciosa herança da cozinha, a busca incessante pela qualidade e o sabor único da famosa Receita Original da marca.

Este é o segredo do Frango KFC: pedaços inteiros de frango, provenientes de produtores nacionais, cozinhados no momento em cada restaurante. Inovação constante, adaptação às novas tendências e proximidade aos clientes, foram as palavras de ordem para 2015, e serão para os próximos anos.

Em 2015 a captação de novos públicos e o aumento da frequência de visita dos clientes mereceu uma forte aposta, o que foi associado a um incremento no investimento na comunicação exterior, nacional e local, e na implementação de inovadoras soluções de Menu (com a proposta “Menu do Dia, 5 produtos por 5€”). No negócio de Partilha e do Take Away, tão relevante para os Clientes, ganhou-se uma nova dimensão e relevo, com a implementação de acções de comunicação e de promoção, das quais se destaca o lançamento de buckets promocionais todas as quartas-feiras (ofertas com um desconto de 40% sobre o preço base) e a reformulação da gama de Buckets, dos quais se destacam o Chick&Share e o Friend Bucket, entre outros.

Outro eixo estratégico foi a disponibilização de novos serviços, nomeadamente o alargamento do serviço de refill grátis para a rede nacional de restaurantes, algo muito valorizado pelos clientes da KFC.

O crescimento do envolvimento com os fãs através das Redes Sociais foi também um objectivo perseguido pela marca. O impulsionamento de uma experiência multicanal mereceu uma forte aposta por parte da KFC, com o lançamento da aplicação móvel ‘KFC Portugal’ nas versões Android e IOS.

Todos os restaurantes mantêm fortes preocupações com o ambiente e sustentabilidade, visíveis pela adesão ao programa de controlo dos consumos de energia, que visa a sua redução pela aplicação das melhores práticas do sector. Por outro lado, foram novamente certificados, na norma ISO 22000, os restaurantes Dolce Vita Antas, NorteShopping, Colombo, Vasco da Gama, Fórum Almada e CascaiShopping. Contando já com 6 anos, este projecto continua a promover a melhoria dos processos e procedimentos internos.

Ao nível da expansão da Marca, é de assinalar a inauguração do novo restaurante no Aeroporto de Lisboa, que introduziu mais uma inovação na comunicação no ponto de venda com o lançamento dos menubords digitais como ferramenta de comunicação com o Cliente.

KFC Angola

O ano de 2015 marcou o terceiro ano da operação da KFC em Angola.

Durante o exercício a KFC continuou a consolidar a sua posição e a crescer, tendo sido inauguradas três novas unidades, uma em Benguela, outra no Zango, na periferia de Luanda e uma última no Xyami Shopping Nova Vida.

Apesar do ambiente adverso, no contexto da crise que se vive no país mantivemos a tendência de crescimento da actividade, o que evidencia a forte aceitação do conceito por parte dos consumidores angolanos.

A KFC conseguiu, através de um investimento de Marketing adequado, continuar a reforçar o seu posicionamento de marca moderna, jovem e inovadora

Para conhecer a opinião dos seus clientes, a KFC lançou, no 1º trimestre de 2015, o GES – Global Excellence Survey – que consiste na avaliação do serviço prestado nos diferentes restaurantes através do preenchimento de um questionário online.

Continuou-se a aposta na formação dos nossos colaboradores de forma a melhorar os seus conhecimentos, para que possam realizar as respectivas tarefas com mais autonomia e assim progredir na sua carreira.

Todas as unidades KFC inauguradas antes de Dezembro, bem como os armazéns centrais, estão certificadas na norma ISO 22000, certificação que demonstra um firme empenho, característico da KFC, em cumprir as normas mais exigentes de Segurança Alimentar, garantindo o mais elevado padrão de qualidade aos consumidores.

Burger King Portugal

A Burger King terminou o ano com 54 unidades (mais 10 que em 2014) e com 902 colaboradores, um crescimento em postos de trabalho de aproximadamente 40% sobre o ano anterior.

As equipas, através do programa internacional de formação BK Foundations, consolidaram em 2015 um bom desempenho operacional, sendo que as lojas Escola se constituíram como um forte pilar para o crescimento.

O crescimento da marca traduziu-se na abertura de 10 novos restaurantes em locais de grande tráfego: Abóboda, Oeiras, Caldas da Rainha, Maia, Pombal, Famalicão, Vila do Conde, Angra do Heroísmo (ilha Terceira), Monção e Rua Ferreira Borges, em Campo de Ourique, Lisboa. Estas novas unidades disponibilizam PlayKing Interactivo (onde os mais novos podem desfrutar de brincadeiras sem fim), wi-fi grátis e o conveniente serviço de free Refill, sistema que permite aos Clientes reabastecer o seu copo de refrigerante as vezes que quiserem durante 30 minutos e com excepção da unidade de Campo de Ourique todas disponibilizam o serviço de Drive-thru.

Procedeu-se à remodelação dos restaurantes situados no Norteshopping e Nó do Fojo, que passaram a ter um espaço exclusivo de Playking Interactivo e Playground, permitindo que as visitas em família a estes restaurantes sejam ainda mais agradáveis.

A inovadora plataforma “minhabkexperiencia.com”, que é um inquérito de satisfação online, foi pioneira na interação com o mercado, de tal modo que alguns players seguem já o exemplo da Burger King.

No exercício de 2015 a Burger King aumentou o nível de investimentos em comunicação exterior, tendo investido em campanhas de TV, reforçadas com mupis, tendo ainda alargado a sua rede de comunicação outdoor em vários pontos do país.

A marca caracterizou-se por uma forte vertente de inovação, com o lançamento de novos produtos no segmento do hambúrguer gourmet, segmento onde foi pioneira e onde é especialista, desde o Supreme com 175grs 100% carne de Vaca ao Halloween Whopper, um hambúrguer servido em pão preto (a cor do pão é obtida através da combinação do pão tradicional com o molho barbecue, o que lhe confere um sabor distinto mas intenso). Por sua vez, o BEANBURGER, temático e diferenciador, revela uma vez mais a atenção da marca para com o segmento dos produtos veggie.

Em 2015 reforçou ainda a sua gama de sobremesas através de novos sabores nos Smoothies & Frappés e com o Fusion Oreo Cake.

Dando seguimento à política de minorar os impactos no meio ambiente, continuamos a fazer a separação de resíduos nas unidades, a embalar as sanduíches em papel reciclado e a recolher e tratar o óleo de fritura, transformando-o em biodiesel.

A Burger King manteve também as suas unidades certificadas na mais exigente norma de qualidade APCER ISO 22 000, e disponibiliza “on time” visitas às cozinhas dos seus restaurantes, pois acredita que os clientes têm o direito de conhecer as suas políticas de qualidade e o cuidado que se coloca na confecção de cada refeição.

Burger King Espanha

A operação Burger King Espanha, desenvolvida pelo Grupo Ibersol através da Lurca, terminou o ano de 2015 com 902 colaboradores e 33 restaurantes da marca Burger King, sendo que cinco unidades estão inseridas em Centros Comerciais, quatro são Autokings e as restantes 24 encontram-se distribuídas em diferentes cidades de Espanha.

Prosseguindo com a sua política de renovação de unidades, a Lurca investiu nas remodelações de três restaurantes, Valladolid, Palencia II e Vialia.

No entanto, o ano de 2015 fica marcado pelo lançamento do serviço Home Delivery em 25 restaurantes. Assim, o serviço de Home Delivery tornou-se um novo motor de vendas da marca Burger King, razão pela qual se tornou também prioritário no dia-a-dia dos colaboradores garantir e estabelecer as bases deste serviço, a fim de reforçar o bom funcionamento do mesmo.

O serviço de Home Delivery foi responsável por uma aceleração do tempo de reacção e seguimento em tempo real dos níveis de Serviço, Velocidade, Qualidade e Atendimento ao Cliente. Ao mesmo tempo, levou a um plano de formação mais rigoroso, uma vez que o número de colaboradores aumentou, sendo assim necessária formação adicional para os Gestores de Turno e Coordenadores de Home Delivery, a fim de corrigir deficiências e garantir o controlo operacional das unidades.

A nível do Marketing a estratégia focalizou-se em grandes campanhas de descontos e ofertas. Destaca-se a presença contínua em televisão e outdoor, bem como a distribuição de cupões pelo correio a nível nacional.

Pans & Company

A Pans & Company terminou o ano de 2015 com 46 unidades e 384 colaboradores.

Durante o ano de 2015 a actividade da marca ficou marcada pela aposta na inovação de produto, concretizada através de diversos lançamentos de novas famílias de sandes, com novidades surpreendentes ao nível do tipo de pão e da combinação de ingredientes.

A Pans & Company manteve uma forte dinâmica na inovação de produto condizente com a posição de liderança que detêm no seu segmento de mercado. Ainda neste âmbito destaca-se o alargamento da oferta de bebidas com o lançamento de uma gama de sumos naturais confeccionados diariamente nos restaurantes e que estão disponíveis em todos os menus. É também de realçar a consolidação da aposta na oferta de propostas para o pequeno-almoço e lanche com a disponibilização da gama de produtos Pans & Moments em todas as unidades.

O ano ficou também marcado pelo reforço da actividade promocional e da comunicação em meios “above” e “below the line” que permitiu a consolidação dos índices de notoriedade da marca e do seu posicionamento como uma opção relevante para um target alargado de clientes. Dando seguimento ao plano de remodelações de activos, levou-se a cabo a remodelação do restaurante localizado no centro comercial Dolce Vita Douro.

Miit

Em 2015 a marca encerrou o exercício com 60 colaboradores e 4 restaurantes (Norteshopping, Centro Vasco da Gama, CascaiShopping e Colombo).

Lançada no final de 2012, a marca MiiT constitui-se como uma proposta de restauração centrada num posicionamento de oferta saudável e equilibrada no competitivo segmento de “balcão” dos centros comerciais.

Especialista em carne grelhada, a marca pretende ser reconhecida como uma opção saborosa que oferece aos seus clientes carnes de qualidade e acompanhamentos únicos, como a fruta e os legumes grelhados, a batata rústica ou o arroz aromatizado. Os molhos são também uma especialidade e são confeccionados com os melhores ingredientes, podendo o cliente escolher entre cogumelos selvagens, mel, pimenta rosa e alho. Também as sobremesas são inovadoras e apresentadas numa dose adequada para terminar a refeição.

O MiiT é um conceito que responde a uma tendência verificada nos consumidores portugueses, que estão cada vez mais atentos e conscientes na necessidade de uma alimentação saudável e equilibrada.

Quiosques

Os quiosques de café, explorados de forma autónoma no grupo, têm mantido um claro posicionamento como especialistas em café.

Inserida em centros comerciais de alto tráfego, e operando com café da marca Delta, a rede de quiosques terminou o ano com 9 unidades autónomas, a que correspondem 17 pontos de contacto com os clientes com cerca de 90 colaboradores.

A quebra de vendas de café a que se assistiu nos últimos anos, induzida pelo incremento de concorrência que se tem verificado neste sector, foi contrariada através da diversificação da gama de venda e da introdução de menus que complementam, com sucesso, a resposta às necessidades dos clientes.

Em 2015 consolidámos os esforços de formação das equipas em matérias como técnicas de atendimento, segurança alimentar e saúde no trabalho. Mantivemos ainda a certificação da unidade localizada no Dolce Vita Antas na norma de qualidade ISO 22000.

6.3 Outros Negócios (Concessões e Catering)

O volume de venda deste grupo de negócios totalizou 25 milhões de euros em 63 unidades.

Áreas de Serviço

As áreas de serviço de auto-estradas constituem um segmento de actividade relevante para o Grupo Ibersol, que no final do exercício abrangia 33 espaços e 200 colaboradores.

Este segmento de negócio continua a ser fortemente afectado pela introdução de portagens nas ex-scuts. Apesar desse facto, a marca SOL continua a oferecer aos consumidores refeições rápidas e saborosas e serviços úteis para quem se encontra em viagem.

Especialista em restauração nas auto-estradas urbanas e de longo curso, a marca SOL disponibiliza espaços de design moderno e funcionais, com propostas adaptadas às necessidades dos consumidores.

As refeições rápidas e os menus variados, com preços acessíveis, preparados no momento, são as características fundamentais dos espaços SOL, às quais se junta o atendimento personalizado.

Os serviços dos espaços SOL vão muito além dos café-restaurantes convencionais das áreas de serviço, pois oferecem nomeadamente áreas específicas para fumadores, fraldário independente, zona lounge, wi-fi gratuito, tomadas para carregamento de computadores ou telemóveis, jornais diários para consulta, entre outros.

Em várias localizações os espaços integram marcas internacionais de reconhecida notoriedade como Pans & Company, Burger King e KFC.

Aeroportos

O Grupo Ibersol tem uma presença de referência nos aeroportos portugueses, estando presente nos Aeroportos de Lisboa, Ponta Delgada e Funchal com 18 pontos de venda, através de conceitos próprios – Spoon, Clocks, Go To Café, Connetion, SkyPlaza, Specially e Cockpit – e de marcas internacionais como a Pizza Hut e a KFC.

Neste exercício procedemos à remodelação dos espaços da zona restrita do Aeroporto de Lisboa com a abertura das unidades Cockpit Coffee e Drinks & Tapas, Pizza Hut, KFC e a Go Natural, em regime de exploração de franquia.

Acompanhámos igualmente a reformulação da zona restrita de partidas do Aeroporto do Funchal e renovámos algumas unidades: a Pizza Hut e o Cockpit Drinks & Tapas. Nos pisos 2 e 3 deste aeroporto introduzimos duas cafetarias grab&go do conceito Specially e no final do exercício abriu-se uma unidade temporária no piso 0, na zona pública das chegadas, ficando em funcionamento seis pontos de venda.

A licença de exploração do Aeroporto João Paulo II foi renovada e atribuído um novo espaço para implantação de um novo conceito de restauração na zona restrita de partidas.

Catering

O exercício de 2015 foi determinante para o negócio de Catering do Grupo Ibersol. Com duas marcas, Palace Catering e Silva Carvalho Catering, e uma presença robusta nos mercados de Porto e Lisboa, realizámos mais 16% de eventos face ao ano anterior.

Este crescimento é ainda mais acentuado se considerarmos o número de clientes servidos, que cresceu cerca de 48%.

O Mundial de Futebol de Praia, os congressos de grande dimensão como o ESRHE, o ICT e o Eurotox, são alguns dos eventos de grande envergadura realizados pela Silva Carvalho Catering e pela Palace Catering.

Todos estes eventos foram cuidadosamente preparados nos dois centros de produção da Maia e Sintra, cumprindo todas as normas de higiene e segurança alimentar. As cozinhas das marcas mantêm-se certificadas pela norma ISO 22000, a mais exigente norma em segurança alimentar aplicável ao sector da restauração, mas mais do que o cumprimento de normas, garantimos também o compromisso de produzir refeições de excepcional qualidade com técnicas criativas e inovadoras.

A reestruturação das equipas e uma estratégia comercial mais focada no cliente, com equipas motivadas e empenhadas, permitiram atingir os objectivos traçados.

Por outro lado, o crescimento do mercado de grandes eventos, o aumento de quota de mercado no segmento de casamentos e eventos de carácter particular, bem como uma retoma importante no mercado empresarial, foram factores decisivos para o sucesso do ano de 2015.

Concessões em Portugal

Nesta área de negócio incluem-se os espaços que são explorados pelo grupo sob um contrato de concessão, nomeadamente: Museu de Serralves, Casa da Música, VOG Tecmaia, Exponor e Estação CP de Campanhã.

Todas as unidades que compõem este negócio têm características muito diferenciadas entre si, não só pelo público que as frequenta, como também pelas necessidades que visam suprir.

Com base nesses targets diferenciados, há que desenhar uma oferta ajustada que permita dar resposta às suas expectativas, procurando superá-las sempre que possível.

As unidades Blue Café, em Campanhã, e VOG mantêm a sua certificação na norma de qualidade ISO 22000. Adicionalmente, e de forma pioneira no Grupo, a unidade VOG conseguiu obter as certificações nas exigentes normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

7. Análise financeira consolidada

RESULTADOS OPERACIONAIS

Os proveitos operacionais consolidados ascenderam a 215,9 milhões de euros o que representou um crescimento de 14% relativamente ao ano de 2014. A margem EBITDA, para o mesmo período, ascendeu a 32,7 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 28,8%. Os resultados operacionais atingiram 18,3 milhões de euros, com um acréscimo de 67,6% em relação ao período homólogo.

Vendas e Outros Proveitos Operacionais

O volume de negócios consolidado totalizou no final do ano 213,7 milhões de euros, o que representa um crescimento de 14% relativamente ao ano de 2014.

O volume de negócios repartiu-se da forma seguinte:

	Milhões de euros	Var 15/14
Vendas Restauração	210,83	14,2%
Vendas Mercadorias	2,23	2,9%
Prestação Serviços	0,64	-2,7%
Volume Negócios	213,71	14,0%

A evolução do volume de negócios dos franquizados evoluiu a um ritmo inferior ao das unidades próprias.

As vendas de restauração que ascenderam a 210,8 milhões de euros registaram um acréscimo anual de 14,2% que se decompõe por segmentos da forma seguinte:

VENDAS RESTAURAÇÃO	Milhões de euros	Var 15/14
Restaurantes	67,17	3,2%
Balcões	119,10	22,8%
Concessões e Catering	24,56	8,6%
Vendas	210,83	14,2%

Verificou-se uma recuperação das vendas em todos os segmentos com os conceitos de ticket mais elevado a evidenciarem um crescimento já muito próximo do valor do mercado.

A necessidade de uma constante avaliação do portfólio de pontos de venda conduziu à decisão do encerramento de 13 unidades. Com o mercado a evoluir favoravelmente foi dada continuidade a um plano de expansão seletivo concretizado em 19 aberturas, pelo que no final do ano operávamos 303 unidades próprias em Portugal, 66 em Espanha e 8 em Angola.

No termo do exercício, o número total de unidades – próprias e franquizadas – era de 395 com a distribuição seguinte:

Nº Unidades	2014	2015		2015
	31-Dez	Aberturas	Encerramentos	30-Dez
PORTUGAL	301	15	12	304
Próprias	300	15	12	303
Pizza Hut	92	3	3	92
Okilo+MIT	8		2	6
Pans+Roulotte	54		3	51
Burger King	44	10		54
KFC	18	1	1	18
Pasta Caffé	12		2	10
Quiosques	9			9
Flor d' Oliveira	1		1	0
Cafetarias	35			35
Catering (SeO,JSCCe Solinca)	6			6
Concessões e Outros	21	1		22
Franquiadas	1			1
ESPAÑA	86	0	3	83
Próprias	67	0	1	66
Pizza Móvil	34		1	33
Burger King	33			33
Franquiadas	19		2	17
ANGOLA	4	4		8
KFC	4	3		7
Pizza Hut	0	1		1
Total Próprias	371	19	13	377
Total Franquiadas	20	0	2	18
TOTAL	391	19	15	395

Os outros proveitos operacionais ascenderam a 2,2 milhões de euros, valor idêntico ao de 2014, dos quais a componente mais significativa respeita às participações dos fornecedores em campanhas de marketing.

Custos operacionais

Os custos operacionais consolidados atingiram o montante de 197,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 10,6% face ao ano anterior, abaixo do crescimento da atividade e consequentemente diminuindo o seu peso nas vendas.

Margem bruta

O CEVC (custo das mercadorias e matérias primas vendidas e consumidas) aumentou de 23,6% para 24,0% do volume de negócios, evidenciando a grande pressão sobre os preços de venda registada no mercado de restauração e o aumento do peso dos balcões.

A margem bruta sobre o volume de negócios foi neste exercício de 76,0%, valor ligeiramente inferior ao registado no ano passado.

Remunerações e encargos com pessoal

Os custos com pessoal aumentaram em 6,6 milhões de euros e ascenderam a 64,5 milhões de euros. O crescimento de 11,3 % foi o necessário para acompanhar o aumento de actividade. O peso desta rubrica que no ano de 2014 tinha atingido 30,9% passou em 2015 para 30,2% do volume de negócios.

Fornecimentos e Serviços Externos

Os custos em FSEs (Fornecimentos e Serviços Externos) ascenderam a 66,2 milhões de euros, face a 60,7 milhões de euros em 2014, equivalente a um crescimento de 8,9%.

Consequentemente, o peso desta rubrica passou de 32,4% para 31,0% do volume de negócios. O aumento dos preços da energia e o incremento nos custos de marketing foram compensados pela rigorosa austeridade imposta na gestão dos restantes gastos gerais e pela diluição de alguns custos fixos.

Outros Custos Operacionais

Os outros custos operacionais cifraram-se em 1,4 milhões de euros e incorporam cerca de 500 mil de euros correspondentes aos custos de encerramento de algumas unidades durante o exercício.

O imposto de selo e outras taxas, em 2015, ascenderam a 635 mil euros e as imparidades de dívidas de clientes cerca de 116 mil euros.

Amortizações e Perdas de Imparidade

As amortizações e perdas por imparidade do exercício mantiveram-se ao nível de 2014 e totalizaram 14,4 milhões de euros, representando 6,7% do volume de negócios. As perdas por imparidade dos activos tangíveis e intangíveis reconhecidas neste exercício atingiram o montante de 4,1 milhões de euros, ou seja valor inferior, em 600 mil euros, ao registado em 2014.

EBITDA

O EBITDA no período ascendeu a 32,7 milhões de euros que compara com 25,4 milhões de euros atingidos no ano anterior. A recuperação das vendas verificada na Península Ibérica e a exploração de mais quatro restaurantes em Angola foram determinantes para o crescimento de 28,8% do EBITDA consolidado.

O aumento do volume de negócios e a dinâmica de redução de custos conduziram a uma recuperação da margem EBITDA que passou de 13,5%, em 2014, para 15,3% em 2015.

RESULTADO FINANCEIRO

O Custo de Financiamento Líquido do exercício foi negativo em 4,3 milhões de euros, sofreu um acréscimo em cerca de 2,5 milhões de euros face ao ano de 2014. Este incremento corresponde quase na íntegra ao montante das diferenças de câmbio potenciais registadas em Angola à data de 31 de Dezembro.

Os juros suportados e as comissões associadas aos financiamentos atingiram o montante de 1,5 milhões de euros, o que corresponde a um custo médio da dívida de 3,8%. A redução das taxas de remuneração dos empréstimos em Portugal e Espanha é atenuada pelo aumento dos financiamentos em Angola cujo custo nominal é muito superior ao da média do Grupo.

RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

O resultado consolidado antes de impostos atingiu o montante de 14,0 milhões de euros, o que representa um aumento de 5,0 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 55%.

Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente em 2015 é de 3,7 milhões de euros, quando em 2014 foi de 2,8 milhões de euros, acompanhando a evolução dos resultados e a utilização dos reportes fiscais disponíveis. No cálculo do imposto não foi relevada a dedução do crédito fiscal RFAI referente ao exercício de 2015, por ainda estarem em fase de avaliação todos os critérios de aplicabilidade.

Por efeito dos impostos diferidos, o montante de imposto total que releva para apuramento do Resultado Líquido ascende a um montante de 3,3 milhões euros, que corresponde a uma taxa de 23%.

Resultado Consolidado do Exercício

O resultado líquido consolidado do exercício ascendeu a 10,7 milhões de euros, que compara com o registado em 2014 no montante de 7,9 milhões de euros, o que representa um aumento de 36%.

Os interesses não controlados respeitam essencialmente à parcela de minoritários directos e indirectos da filial Ibersande (Pans&Cª) e ascenderam a 145 mil euros.

O resultado líquido consolidado atribuível a Accionistas ascendeu a 10,6 milhões de euros, valor superior ao de 2014 em 36%.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Balanço

O Activo consolidado atingiu um montante de 241 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2015, o que representa um aumento em cerca de 22 milhões de euros em relação ao final de 2014.

Este aumento líquido resultou essencialmente das rubricas de imobilizado e do aumento das aplicações e que de forma mais detalhada corresponde às seguintes contribuições:

(i) redução do imobilizado técnico referente às amortizações e imparidade do exercício (cerca de -14 milhões euros);

(ii) investimento nos planos de expansão, especialmente Burger King, Pizza Hut e KFC (cerca +20 milhões euros);

(iii) remodelações e investimentos diversos em Portugal e Espanha (cerca de + 7 milhões de euros);

(iv) redução das dividas de terceiros, se excluirmos o valor a receber da Ascendi que foi reclassificado de imobilizado para crédito (cerca de -1 milhão de euros);

(v) aumento de existências (+2 milhões de euros) em virtude da necessidade de maiores stocks em Angola

(vi) aumento de disponibilidades e aplicações financeiras (cerca de +8 milhões de euros)

O Passivo consolidado atingiu um montante de 106 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2015, o que representa um aumento de 13 milhões de euros em relação ao final de 2014.

Em 31 de Dezembro de 2015, o Capital Próprio ascendia a 135 milhões de euros, um aumento de 9 milhões de euros em relação ao final de 2014, tendo-se distribuído, no exercício, a título de dividendos cerca de 1 milhão de euros. A conversão cambial da contribuição das filiais angolanas gerou uma variação das reservas em cerca de 920 mil euros.

CAPEX

Em 2015, o CAPEX atingiu o montante de 27 milhões de euros, correspondendo ao investimento em:

- expansão: 19 novos restaurantes abertos (20 milhões de euros);

- remodelação: 21 unidades em Portugal e Espanha (4,5 milhões de euros)

- diversos correntes e alargamento dos prazos dos contratos de franquia da Burger King totalizaram 2,5 milhões de euros.

Ocorreu ainda desinvestimento, por encerramento, de 13 unidades (12 em Portugal e 1 em Espanha) sem grande impacto no valor dos ativos.

O *cash flow* operacional gerado no exercício atingiu o montante de 26,1 milhões de euros, valor quase suficiente para a cobertura financeira do CAPEX.

Dívida Líquida consolidada

No final do exercício, o endividamento líquido remunerado ascendia a 22 milhões de euros, cerca de 3 milhões de euros inferior à dívida no final de 2014 (25 milhões de euros). O endividamento bancário de curto prazo é constituído por emissões de Programa de Papel Comercial com possibilidades de denúncia em 2016 e a parte da dívida de médio longo prazo cujo vencimento ocorrerá em 2016.

O “gearing” (dívida líquida/(dívida líquida+capital próprio)) que no final de 2014 era de 16,7% baixou para 14,1%.

O indicador “Dívida líquida sobre o EBITDA” no final de 2015 era de 0,7 vezes (1,0 vezes em 2014) e o rácio de cobertura dos juros pelo EBITDA era de 21,8 vezes (compara com 14,7 em 2014).

A estrutura financeira do Grupo continua a apresentar uma forte solidez.

8. Riscos e incertezas

A gestão do risco, sendo uma das componentes da cultura do Grupo, é transversal à Organização e está presente em todos os processos e é da responsabilidade de todos os gestores e colaboradores nos diferentes níveis organizacionais.

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar os negócios do Grupo, numa perspectiva de continuidade das operações, tendo em vista o aproveitamento das oportunidades de negócio.

No âmbito do planeamento estratégico são identificados e avaliados os riscos do portfolio dos negócios existentes, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de cada negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

De forma a garantir a conformidade dos procedimentos estabelecidos é efectuada regularmente a avaliação dos principais sistemas de controlo interno do grupo.

O controlo interno e o acompanhamento dos sistemas de controlo interno são conduzidos pela Comissão Executiva. Por especificidades do Negócio existem áreas de risco que destacamos:

- Qualidade, higiene alimentar e segurança no trabalho
- Diversificação de mercados
- Financeiro
- Ambiental

Operando no ramo alimentar, eventuais epidemias ou distorções nos mercados das matérias-primas e eventuais alterações do padrão de consumo podem acarretar importantes impactos nas demonstrações financeiras.

9. Acções próprias

Durante o exercício a sociedade não efectuou transacções com acções próprias. Em 31 de Dezembro de 2015, a sociedade mantinha 2.000.000 acções (10% do capital), com valor nominal de 1€ cada, por um valor global de aquisição de 11.179.643 euros.

10. Nota sobre a actividade do Membro Não Executivo do C.A.

O Membro Não Executivo do Conselho de Administração da Ibersol, Professor Juan Carlos Vázquez-Dodero, participou em 10 reuniões do Conselho de Administração, ou seja em 90% das reuniões realizadas, tendo-lhe sido disponibilizada com antecedência toda a informação e documentação referentes às matérias constantes na ordem de trabalhos de todas as reuniões.

O Administrador Não Executivo participou em várias reuniões da Comissão Executiva, particularmente naquelas em que os temas versavam a estratégia e o planeamento dos negócios do Grupo.

Frequentemente, solicitou informação detalhada à Comissão Executiva sobre decisões tomadas no âmbito do desenvolvimento e expansão dos Negócios.

Ao nível funcional manteve uma relação privilegiada com o departamento de Planeamento e Controlo de Gestão tendo o Professor Vázquez-Dodero reunido cinco vezes com a Direcção do Departamento para, em conjunto, avaliarem metodologias e ferramentas e definirem processos de melhoria no controlo dos negócios, bem como aportou informação macroeconómica relevante para apoio ao diagnóstico do contexto em Espanha.

O Controlo de Gestão forneceu-lhe, trimestralmente, informação detalhada que lhe permitiu o acompanhamento da actividade operacional e a avaliação do desempenho da gestão executiva face aos planos e orçamentos aprovados em Conselho de Administração, tendo todos os esclarecimentos solicitados sido fornecidos.

O Membro Não Executivo esteve presente em todas as reuniões efectuadas com o Conselho Fiscal e acompanhou todos os temas de *Corporate Governance* surgidos durante o exercício.

11. Perspectivas

O Orçamento de Estado recentemente aprovado aponta no sentido de uma melhoria da procura interna e reduz a taxa de IVA sobre as comidas em Portugal, a partir do segundo semestre.

Mantendo-se os sinais positivos de evolução do consumo é de prever uma ligeira desaceleração da tendência de crescimento das vendas evidenciada no ano findo, mantendo-se as margens, sem considerar o efeito de alteração da taxa de IVA em Portugal.

No que concerne ao financiamento, as dificuldades de recuperação evidenciadas pelas economias europeias fazem antever um atraso no ciclo de normalização da política monetária pelo que é previsível que as taxas de juro se mantenham a níveis extremamente baixos.

Em Angola, a evolução dos negócios estará muito ligada á evolução da cotação do petróleo, que afectará o ritmo das despesas do Estado. A pressão a que está sujeita a moeda angolana indica que o cenário de desvalorização permanecerá em 2016 e que as dificuldades de pagamentos ao exterior poderão agudizar-se.

No que concerne à expansão continuaremos atentos a oportunidades de reforço da posição competitiva das marcas que exploramos, prevendo que durante o ano de 2016 a Ibersol possa concretizar a abertura de 15 restaurantes e dê continuidade ao programa de remodelações de mais de uma dezena de unidades.

12. Distribuição de Resultados

No exercício de 2015, a Ibersol SGPS, S.A. apresentou um resultado líquido consolidado de 10.727.066,00 euros e um resultado líquido nas contas individuais de 10.582.729,00 euros.

Conforme consta do relatório de gestão individual, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

Reservas não distribuíveis	10.039.257,00 €
Reservas livres	543.472,00€

Propomos ainda a distribuição de reservas no montante de 2.000.000 euros, o que corresponde a atribuir, a cada acção, um dividendo ilíquido de 0,10€. No caso da sociedade

deter acções próprias manter-se-á a referida atribuição de 0,10€ a cada acção em circulação, reduzindo-se o montante global dos dividendos atribuídos.

13. Factos subsequentes e declaração de responsabilidade

Até à data de aprovação deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque, para além de se haver negociado a extensão do contrato de franquia da Pans até 2021 e se ter concluído com a Ascendi o acordo de compensação dos efeitos resultantes da introdução de portagens nas ex-SCUTS que se traduzirá numa contrapartida financeira anual ligada à evolução do tráfego.

Em cumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários declaramos que tanto quanto é do seu conhecimento:

- o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas da Ibersol SGPS, SA. exigidos por lei ou regulamento, referentes ao exercício de 2015, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e
- a informação constante no relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

14. Agradecimentos

O primeiro voto deste Conselho de Administração é dirigido a todos os colaboradores do Grupo, pela dedicação e entusiasmo que revelaram para enfrentar a conjuntura particularmente adversa dos últimos anos e o empenho demonstrado neste exercício de recuperação da atividade.

Registamos com apreço a colaboração das Instituições Bancárias bem como dos nossos Fornecedores e demais parceiros.

Agradecemos igualmente a todos os Accionistas pela confiança depositada na Ibersol.

Ao Conselho Fiscal, Auditores e Revisor Oficial de Contas é devido também o reconhecimento pela colaboração assídua e capacidade de diálogo que manifestaram no acompanhamento e no exame da gestão da empresa.

Porto, 5 de Abril de 2016

O Conselho de Administração

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Participações Qualificadas

Em cumprimento do artigo 8º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, indicamos os titulares de participações qualificadas conhecidos a 31 de Dezembro de 2015

Accionista	nº acções	% capital social
ATPS - SGPS, S.A. (*)		
Diretamente	10.981.701	54,91%
António Alberto Guerra Leal Teixeira	1.400	0,01%
António Carlos Vaz Pinto Sousa	1.400	0,01%
Total participação detida / imputável	10.984.501	54,92%
Banco BPI, S.A.		
Fundo Pensões Banco BPI	400.000	2,00%
Total participação detida / imputável	400.000	2,00%
Magallanes Iberian Equity FI		
Magallanes Iberian Equity FI	325.019	1,625%
SOIXA SICAV SA	100.000	0,500%
Total participação detida / imputável	425.019	2,13%
Santander Asset Management SGFIM, SA		
Fundo Santander Acções Portugal	476.878	2,38%
Fundo Santander PPA	13.357	0,07%
Total participação detida / imputável	490.235	2,45%
Bestinver Gestion		
BESTINVER BOLSA, F.I.	1.076.549	5,38%
BESTINFOND F.I.M.	763.338	3,82%
BESTINVER GLOBAL, FP	215.551	1,08%
BESTVALUE F.I.	173.687	0,87%
BESTINVER MIXTO, F.I.M.	92.296	0,46%
BESTINVER AHORRO, F.P.	61.966	0,31%
BESTINVER SICAV-BESTINFUND	34.249	0,17%
BESTINVER SICAV-IBERIAN	87.747	0,44%
DIVALSA DE INVERSIONES SICAV, SA	3.970	0,02%
BESTINVER EMPLEO FP	6.065	0,03%
BESTINVER FUTURO EPSV	2.210	0,01%
BESTINVER EMPLEO II, F.P.	1.415	0,01%
BESTINVER EMPLEO III, F.P.	795	0,00%
Total	2.519.838	12,60%
Norges Bank		
Directamente	743.147	3,72%
FMR LLC		
Fidelity Management & Research Company	400.000	2,00%

(*) Os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Pinto Sousa e a Alberto Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indirectamente, em partes iguais, através, respectivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

Anexo a que se refere o artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e artigo 14º, parágrafo 7, do Regulamento da CMVM nº 05/2008

Conselho de Administração	Data	Aquisições		Alienações		SALDO 31.12.2015
		nº acções		nº acções	preço	
António Alberto Guerra Leal Teixeira						
ATPS II- S.G.P.S., SA (1)	30-12-2015			3.384.000		0
DUNBAR- SERVIÇOS E GESTÃO SA (2)	30-12-2015	9.996				9.996
lbersol SGPS, SA						1.400
António Carlos Vaz Pinto Sousa						
ATPS II- S.G.P.S., SA (1)	30-12-2015			3.384.000		0
CALUM- SERVIÇOS E GESTÃO SA (3)	30-12-2015	9.996				9.996
lbersol SGPS, SA						1.400
(1) ATPS II- S.G.P.S., SA						
ATPS- S.G.P.S., SA (4)	30-12-2015			5.680		0
(2) DUNBAR- SERVIÇOS E GESTÃO SA						
ATPS- S.G.P.S., SA (4)	30-12-2015	2.840				2.840
(3) CALUM- SERVIÇOS E GESTÃO SA						
ATPS- S.G.P.S., SA (4)	30-12-2015	2.840				2.840
(4) ATPS- S.G.P.S., SA						
lbersol SGPS, SA		10.095.342				10.981.701
	06-01-2015	400	7,05			
	08-01-2015	19	6,90			
	16-01-2015	181	6,90			
	18-02-2015	3.850	6,82			
Fusão da Mirtal - SGPS. SA (6)	13-08-2015	92.892	8,49			
I.E.S.- Indústria Engenharia e Serviços, SA (5)	28-12-2015	9.998.000	9,70			
I.E.S.- Indústria Engenharia e Serviços, SA (5)	28-12-2015			2.455.000		0
MIRTAL -SGPS, SA (6)	13-08-2015			1.420.588		0

(5) e (6) fusão por incorporação na ATPS , SGPS, SA

TRANSACÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS EFECTUADAS PELOS DIRIGENTES E PESSOAS RELACIONADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015

Dando cumprimento ao disposto no n.º7 do Artigo 14º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, informamos que nenhum dirigente e pessoas estreitamente relacionadas efectuou transacções de valores mobiliários durante o ano de 2015, para além do mencionado para o Administrador António Pinto Sousa.

Anexo a que se refere o artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

ATPS, SGPS, SA

É detentora de 10.981.701 ações representativas do do capital da Ibersol -SGPS,SA tendo adquirido, conforme quadro anterior, as seguintes ações:

- a) no mercado 4.450 ações ao preço médio de 6,84€
- b) por fusão por incorporação da Mirtal-SGPS, SA, 92.892 ações
- c) por fusão por incorporação da I.E.S- Indústria Engenharia e Serviços, 9.998.000 ações

**RELATÓRIO DE GOVERNO
SOCIETÁRIO
Ano 2015**

IBERSOL, SGPS, SA.

Sociedade Aberta, com o capital social de 20.000.000 euros, com sede na Praça do Bom Sucesso, nºs 105/159, 9º andar, 4150-146 Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 501669477,

**PARTE I - INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA,
ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE**

A. ESTRUTURA ACCIONISTA

1. Estrutura de capital

O capital social da Ibersol, SGPS, SA. é de 20.000.000 de euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 20.000.000 de acções ordinárias nominativas, cada uma com o valor nominal de 1 euro sendo iguais os direitos e deveres inerentes a todas as acções.

2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das acções

A Sociedade não tem, nas normas constantes dos Estatutos, designadamente no disposto nos artigos quarto e quinto do mesmo instrumento, quaisquer restrições à transmissibilidade das acções, nem qualquer tipo de cláusulas impositivas da necessidade do consentimento para a alienação dos mesmos títulos ou qualquer tipo de imposição de limitações à titularidade de acções.

3. Acções próprias

Em 31 de Dezembro de 2015, a Ibersol, SGPS, SA. era detentora de 2.000.000 acções próprias, correspondentes a 10% do capital social, com o valor nominal de um euro adquiridas por um valor global de 11.179.643 euros.

Durante o exercício de 2015 a sociedade não efectuou transacções de acções próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da

sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respectivos

Não existem quaisquer acordos significativos celebrados pela Sociedade ou pelas suas subsidiárias que contenham cláusulas com o objectivo de constituírem medidas defensivas à mudança de controlo (inclusivamente na sequência de uma oferta pública de aquisição). Não existem quaisquer condições específicas que limitam o exercício de direitos de voto pelos accionistas da Sociedade ou outras matérias susceptíveis de interferir no êxito de uma oferta pública de aquisição. Não existem contratos subscritos com cláusulas de alteração de controlo, sejam contratos de financiamento ou outros, nomeadamente no contexto de emissão de dívida.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

Não foram adoptadas, no seio da Sociedade, quaisquer medidas defensivas, nem qualquer regime sobre a renovação ou revogação das mesmas.

6. Acordos parassociais

A Sociedade desconhece a existência de qualquer acordo parassocial que possa conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou exercício concertado de direitos de voto.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Participações qualificadas

Em 31 de Dezembro de 2015 e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade e que, de acordo com o artigo 20º do Código das Sociedades Comerciais, os accionistas que detêm uma participação qualificada de pelo menos 2% do capital social da Ibersol são os seguintes:

Accionista	nº acções	% capital social
ATPS - SGPS, S.A. (*)		
Diretamente	10.981.701	54,91%
António Alberto Guerra Leal Teixeira	1.400	0,01%
António Carlos Vaz Pinto Sousa	1.400	0,01%
Total participação detida / imputável	10.984.501	54,92%
Banco BPI, S.A.		
Fundo Pensões Banco BPI	400.000	2,00%
Total participação detida / imputável	400.000	2,00%
Magallanes Iberian Equity FI		
Magallanes Iberian Equity FI	325.019	1,625%
SOIXA SICAV SA	100.000	0,500%
Total participação detida / imputável	425.019	2,13%
Santander Asset Management SGFIM, SA		
Fundo Santander Acções Portugal	476.878	2,38%
Fundo Santander PPA	13.357	0,07%
Total participação detida / imputável	490.235	2,45%
Bestinver Gestion		
BESTINVER BOLSA, F.I.	1.076.549	5,38%
BESTINFOND F.I.M.	763.338	3,82%
BESTINVER GLOBAL, FP	215.551	1,08%
BESTVALUE F.I..	173.687	0,87%
BESTINVER MIXTO, F.I.M.	92.296	0,46%
BESTINVER AHORRO, F.P.	61.966	0,31%
BESTINVER SICAV-BESTINFUND	34.249	0,17%
BESTINVER SICAV-IBERIAN	87.747	0,44%
DIVALSA DE INVERSIONES SICAV, SA	3.970	0,02%
BESTINVER EMPLEO FP	6.065	0,03%
BESTINVER FUTURO EPSV	2.210	0,01%
BESTINVER EMPLEO II, F.P.	1.415	0,01%
BESTINVER EMPLEO III, F.P.	795	0,00%
Total	2.519.838	12,60%
Norges Bank		
Directamente	743.147	3,72%
FMR LLC		
Fidelity Management & Research Company	400.000	2,00%

(*)Os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Pinto Sousa e a Alberto Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indirectamente, em partes iguais, através, respectivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

8. Indicação sobre o número de acções e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA:

Conselho de Administração:

Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira

1.400 acções representativas do capital da Ibersol SGPS, SA.

9.996 acções representativas de 99,96% do capital da Dunbar – Serviços e Gestão, SA.

A Dunbar – Serviços e Gestão, SA. é detentora de 2.840 acções representativas de 25,02% do capital da ATPS, SGPS, SA.

A ATPS, SGPS, SA, em 31/12/2015, é detentora de 10.981.701 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA.

Vice-Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa

1.400 acções representativas do capital da Ibersol SGPS, SA.

9.996 acções representativas de 99,96% do capital da Calum – Serviços e Gestão, SA.

A Calum – Serviços e Gestão, SA. é detentora de 2.840 acções representativas de 25,02% do capital da ATPS, SGPS, SA.

A ATPS, SGPS, SA, em 31/12/2015, é detentora de 10.981.701 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA.

Vogal – Prof. Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero

Não é titular de acções da sociedade

Conselho Fiscal:

Presidente - Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva

Não é titular de acções da sociedade

Vice-Presidente – António Maria Borda Cardoso

Não é titular de acções da sociedade

Vogal – Eduardo Moutinho Ferreira Santos

Não é titular de acções da sociedade

Suplente – Maria Helena Moreira de Araújo

Não é titular de acções da sociedade

9. Poderes especiais do órgão de administração relativos a aumentos do capital

Nos termos do fixado no artigo 4.º n.º 2 dos Estatutos societários, o capital social poderá ser elevado até cem milhões de euros, por uma ou mais vezes, por deliberação do Conselho de Administração, a qual fixará a forma, as condições de subscrição e as categorias de acções a emitir de entre as previstas no mesmo pacto social, ou outras permitidas por lei.

10. Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade

Não foram realizados quaisquer negócios ou operações significativas entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respectivo mandato

Ao longo do exercício de 2015, e mediante eleição efectuada na Assembleia Geral Anual realizada em 6 de Maio de 2013, a composição da Mesa da Assembleia Geral foi a seguinte:

Presidente da Mesa – Dr.ª Alice da Assunção Castanho Amado;

Vice-Presidente – Dr.ª Anabela Nogueira de Matos;

Secretária – Dr.ª Maria Leonor Moreira Pires Cabral Campello;

O mandato destes membros corresponde ao quadriénio 2013 / 2016.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto

Não existem quaisquer restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, visto que, nos termos do fixado no artigo 21º dos Estatutos, a cada acção corresponde um voto.

De acordo com o artigo 23º dos Estatutos da Sociedade, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em primeira convocação é indispensável a presença ou representação de accionistas possuidores de acções que titulem mais de cinquenta por cento do capital social. De acordo com o artigo 21º dos Estatutos, nºs 1 e 2, a cada acção corresponde um voto e as deliberações em assembleia geral serão tomadas por maioria simples, excepto se a lei o exigir diversamente. Existem regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência consignadas no artigo 22º nºs 3 a 11 dos Estatutos societários, não existindo qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência. A sociedade disponibiliza o boletim de voto por correspondência e informa dos procedimentos necessários para exercer esse direito. Este modelo está disponível no sítio da sociedade, na Internet, www.ibersol.pt. Os votos por correspondência podem ser recebidos até três dias antes da data de realização da Assembleia Geral, nos termos do artº 22º nº 4 dos Estatutos.

13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único accionista ou por accionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.

Não existe qualquer indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único accionista ou por accionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações tipificadas na apontada norma;

14. Deliberações accionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada

As deliberações accionistas não se encontram submetidas, por imposição estatutária, a maiorias qualificadas a não ser as que resultem da lei. Assim, e excepto se a lei o exigir diferentemente, as deliberações em Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples (art.º 21.º n.º 2 dos Estatutos societários);

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

Conselho de Administração

Presidente – Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Vice-Presidente – Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

Vogal – Professor Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero

Conselho Fiscal

Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;

Vice-Presidente – Dr. António Maria de Borda Cardoso;

Vogal – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;

Suplente – Dr.^a Maria Helena Moreira de Araújo;

Revisor Oficial de Contas - PriceWaterHouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.;

15. Identificação do modelo de governo adoptado.

A Sociedade adopta um modelo de governo clássico, monista - composto por Conselho de Administração e Conselho Fiscal, tendo sido designado em Assembleia Geral o respectivo Revisor Oficial de Contas. O Conselho de Administração é o órgão responsável por praticar todos os actos de administração relativos ao objecto societário, determinar a orientação estratégica da sociedade e proceder à designação e supervisão geral da actuação da Comissão Executiva, não existindo comissões especializadas por si constituídas. A comissão executiva coordena operacionalmente as Direcções funcionais e os diferentes negócios, reunindo com os respectivos directores numa base periódica.

O Conselho Fiscal tem a responsabilidade de fiscalização da actividade societária, nos termos das definições que, legal e estatutariamente, lhe estão adstritas.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

As regras estatutárias sobre os requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração estão consignadas nos artigos oitavo, nono, décimo, e décimo quinto dos Estatutos.

O Conselho de Administração é composto por um número ímpar ou par de membros, no mínimo três e máximo de nove, eleitos em Assembleia Geral, ficando autorizada a eleição

de Administradores suplentes até um número igual a um terço dos Administradores efectivos.

Para um número de Administradores não excedente a um terço do órgão, proceder-se-á a eleição prévia e isolada, entre pessoas propostas em listas subscritas por grupo de accionistas, contando que nenhum desses grupos possua acções representativas de mais de 20% e de menos de 10% do capital social. Cada lista deve propor, pelo menos, duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher e o mesmo accionista não pode subscrever mais de uma lista. Se numa eleição isolada forem apresentadas listas por mais de um grupo, a votação incide sobre o conjunto dessas listas.

Em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer Administrador, o Conselho de Administração providenciará quanto à sua substituição. Se se tratar de falta definitiva do administrador eleito ao abrigo das regras explicitadas no paragrafo anterior, proceder-se-á a eleição em Assembleia Geral.

17. Composição do Conselho de Administração

A actual composição do Conselho de Administração é de três membros, sendo a Comissão Executiva composta pelo respectivo Presidente e Vice-Presidente. O Conselho de Administração escolherá o seu presidente se este não tiver sido designado pela assembleia geral aquando da sua eleição. O Conselho de Administração pode encarregar especialmente algum ou alguns administradores de se ocuparem de certas matérias de administração. Em 31 de Dezembro de 2015, este órgão é composto pelos seguintes membros:

Presidente – Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Vice-Presidente – Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

Vogal – Professor Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero

Todos os membros foram eleitos na Assembleia Geral realizada no dia 6 de Maio de 2013 e o termo do mandato em curso ocorrerá no final do ano 2016 e até posterior designação eleitoral de novos membros do órgão.

A data da primeira designação para o exercício do respectivo mandato ocorreu em 1991 (Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa), em 1997 (Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira), e 1999 (Prof. Dr. Juan Carlos Vázquez-Dodero).

A duração estatutária do mandato é de quatro anos, tal como resulta fixado no artigo 27º dos Estatutos societários.

O Conselho de Administração poderá igualmente delegar num ou mais administradores ou numa comissão executiva a gestão corrente da sociedade, nos termos e dentro dos limites legais. Competirá ao Conselho de Administração regular o funcionamento da Comissão Executiva e o modo como exercerá os poderes que lhe forem cometidos.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes

O órgão de administração da Sociedade é composto por três administradores e inclui um membro, Prof. Juan Carlos Vázquez-Dodero, que é membro não executivo, não estando associado a grupos de interesses específicos, quer da Sociedade, quer dos seus accionistas de referência, não tendo quaisquer interesses relevantes susceptíveis de colidir ou interferir com o livre exercício do seu mandato social, mais se referindo que não foi constituída qualquer comissão de controlo interno. O referido membro é Administrador de sociedades coligadas, nas quais não exerce quaisquer funções executivas. Não exerce quaisquer actividades ou negócios com a sociedade, no sentido do disposto nos artºs 397º e 398º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), cumprindo os demais requisitos de independência do artº 414 nº 5 do mesmo CSC, designadamente no sentido que vem fixado na Recomendação da Comissão Europeia de 15 de Fevereiro de 2005, visto que a mesma Recomendação determina, quanto ao requisito de independência, no seu ponto 13., que um administrador deve ser considerado independente se não tiver quaisquer relações comerciais, familiares ou outras — com a sociedade, o accionista que detém o controlo ou com os órgãos de direcção de qualquer um deles — que possam originar um conflito de interesses susceptível de prejudicar a sua capacidade de apreciação – requisitos de independência estes que, plenamente, se verificam em relação ao membro não executivo, Prof. Juan Carlos Vazquez-Dodero - razões pelas quais se considera que esse administrador é apesar de tudo independente.

Mais se refere que o indicado Administrador não-executivo, sendo membro de sociedades agrupadas e coligadas do Grupo Ibersol, a nível não executivo dos respectivos Conselhos de Administração, não colabora nem interfere na gestão corrente das mesmas, nem presta a qualquer uma dessas sociedades qualquer outro tipo de colaboração, nem titula qualquer outro tipo de relação comercial (significativa ou não significativa), seja de prestação de serviços ou outra, não sendo beneficiário de qualquer tipo de remuneração para além da auferida anualmente enquanto Administrador não-executivo da Ibersol, SGPS, SA.

19. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração

Conselho de Administração

Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira

Formação académica

- Licenciado em Economia – Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Actividade profissional

- Presidente do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA
- Administrador de outras empresas participadas da Ibersol, SGPS, SA

Data da primeira nomeação e termo do mandato – 1997 / 2016;

Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:

ASUREBI - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

EGGON – SGPS, SA

ANATIR – SGPS, SA

CHARLOTTE DEVELOPS, SL

FIRMOVEN - Restauração, SA

IBERAKI - Restauração, SA

IBERGOURMET - Produtos Alimentares, SA

IBER KING - Restauração, SA

IBERSANDE - Restauração, SA

IBERSOL - Hotelaria e Turismo, SA

IBERSOL - Restauração, SA

IBERSOL MADEIRA e AÇORES, Restauração, SA

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA

IBERUSA - Central de Compras para a Restauração, ACE

INVERPENINSULAR, SL

MAESTRO - Serviços de Gestão Hoteleira, SA

VIDISCO SL. Y LURCA SA. Union Temporal de Empresas

VIDISCO, SL

LURCA, SA

IBR – Imobiliária, SA

QRM – Projectos Turísticos, SA

JOSÉ SILVA CARVALHO – Catering, SA

SUGESTÕES E OPÇÕES – Actividades Turísticas, SA.

SEC - EVENTOS E CATERING, SA.

IBERSOL ANGOLA, S.A.

GRAVOS 2012, SA

Gerente

FERRO & FERRO, Lda.

RESTMON (Portugal) – Gestão e Exploração de Franquias, Lda.

RESBOAVISTA – Restaurante Internacional, Lda.

Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo Ibersol:

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

ATPS II, SGPS, SA.

MATEIXA Soc. Imobiliária, SA.

ONE TWO TASTE, SA.

DUNBAR – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

CALUM – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

Vice-Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Formação académica

- Licenciado em Direito - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- CEOG – Curso de Gestão – Universidade Católica do Porto

Actividade profissional

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA

- Administrador de outras empresas participadas da Ibersol, SGPS, SA

Data da primeira nomeação e termo do mandato – 1991 / 2016;

Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:

ASUREBI - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

EGGON – SGPS, SA

ANATIR – SGPS, SA

CHARLOTTE DEVELOPS, SL

FIRMOVEN - Restauração, SA

IBERAKI - Restauração, SA

IBERGOURMET - Produtos Alimentares, SA

IBER KING - Restauração, SA

IBERSANDE - Restauração, SA

IBERSOL - Hotelaria e Turismo, SA

IBERSOL - Restauração, SA

IBERSOL MADEIRA e AÇORES, RESTAURAÇÃO, SA

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA

IBERUSA - Central de Compras para a Restauração, ACE

INVERPENINSULAR, SL

MAESTRO - Serviços de Gestão Hoteleira, SA

VIDISCO SL. Y LURCA SA. Union Temporal de Empresas

VIDISCO, SL

LURCA, SA

IBR – Imobiliária, SA

QRM – Projectos Turísticos, SA

JOSÉ SILVA CARVALHO – Catering, SA

SUGESTÕES E OPÇÕES – Actividades Turísticas, SA.

SEC - EVENTOS E CATERING, SA.

IBERSOL ANGOLA, S.A.

GRAVOS 2012, SA

Gerente

FERRO & FERRO, Lda.

RESTMON (Portugal) - Gestão e Exploração de Franquias, Lda.

RESBOAVISTA – Restaurante Internacional, Lda.

Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo Ibersol:

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.

ATPS II, SGPS, SA.

MBR, IMOBILIÁRIA, SA.

ONE TWO TASTE, SA.

POLIATLÂNTICA, SA.

SOPRANO- SGPS, SA.

DUNBAR – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

CALUM – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

Vogal – Prof. Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero

Formação académica

- Licenciado em Direito – Universidad Complutense de Madrid
- Licenciado em Ciências Empresariales – I.C.A.D.E. Madrid
- Mestre em Economía y Dirección de Empresas – I.E.S.E. Universidade de Navarra;
- Doutoramento em Negócios y Dirección - I.E.S.E. Universidade de Navarra;
- Programas “Managing Corporate Control and Planning” e “Strategic Cost Management” – Harvard University;

Actividade profissional

- Professor Ordinário do IESE
- Assessor e consultor em várias empresas Europeias e Americanas

- Vogal do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA
- Administrador de outras empresas participadas pela Ibersol, SGPS, SA

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 1999 / 2016;

Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA

IBERSANDE - Restauração, SA

IBERSOL - Restauração, SA

IBERSOL ANGOLA S.A.

Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo Ibersol:

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

ATPS II, SGPS. SA.

DUNBAR – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

CALUM – SERVIÇOS E GESTÃO, SA.

Patronato da Fundação Amigos de Rimkieta

Jeanologia S.L.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com accionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Não existem relações familiares, profissionais ou comerciais com detentores de participações qualificadas para além do facto dos Administradores António Alberto Guerra Leal Teixeira e António Carlos Vaz Pinto de Sousa, através das Sociedades Calum e Dunbar, controlarem a sociedade ATPS, à qual é imputada uma participação de 54,92% no capital da Ibersol SGPS, SA, participação essa que lhes é imputada individualmente também.

21. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências

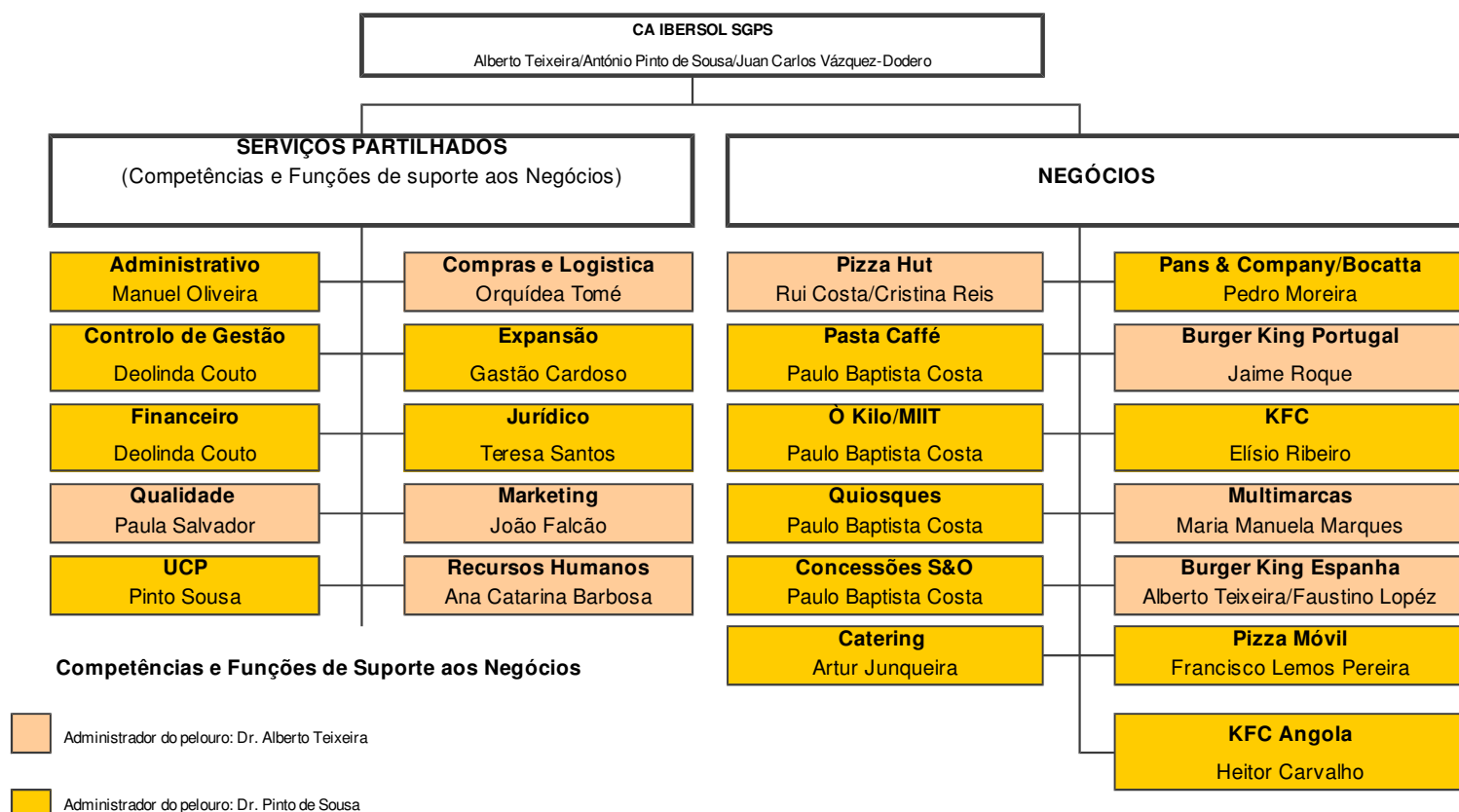
Dois dos membros do Conselho de Administração exercem funções executivas e formam uma Comissão Executiva, que foi eleita e cujos poderes foram delegados pelo Conselho de Administração nos termos do artº 8º nº 4 dos Estatutos da Sociedade, e um outro Administrador exerce funções não executivas.

A Comissão Executiva coordena operacionalmente as direcções funcionais e os diferentes negócios, reunindo com os respectivos directores numa base periódica. As decisões tomadas pelos Directores Funcionais e de Negócio, que devem respeitar as directrizes globais, emanam da delegação de competências conferida pela Comissão Executiva e são coordenadas nas reuniões periódicas.

Os poderes delegados na Comissão Executiva são, designadamente, os seguintes:

- a) plenos poderes de decisão, gestão e acompanhamento estratégico da actividade societária, dentro dos limites legais do artº 407º nº 4 do CSC;
- b) desenvolver, planear e programar as linhas de actuação do órgão de administração, no plano interno e externo do exercício social, dando plena prossecução aos objectivos sociais afectos aos fins da Sociedade, tendo como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na verificação adequada dos instrumentos de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no Grupo Ibersol.
- c) Competir-lhe-á assistir o Conselho de Administração na actualização das suas estruturas de assessoria e suporte funcional, bem como nos procedimentos das empresas integradas no Grupo Ibersol, com adequação consistente à evolução das necessidades do negócio, actuando na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, clientes, trabalhadores, colaboradores e demais agentes, bem como no desenvolvimento do padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior, podendo, em concreto, proceder à aquisição, alienação e oneração de bens móveis, estabelecendo ou cessando cooperação com outras empresas.

O organograma e distribuição de pelouros é o seguinte:



b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.

O Regulamento do Conselho de Administração pode ser consultado no sítio da Internet da Sociedade: www.ibersol.pt.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração

Os estatutos da Sociedade estabelecem que o Conselho de Administração deve reunir pelo menos trimestralmente e, além disso, todas as vezes que o Presidente ou dois dos membros o convoquem.

As reuniões do Conselho de Administração são marcadas e preparadas com

antecedência e atempadamente é disponibilizada, aos respectivos membros, a documentação referente aos pontos da agenda.

24. Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos, em representação dos accionistas, de acordo com a política de remunerações aprovada pelos accionistas na Assembleia Geral.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração não inclui qualquer componente variável. Os Administradores executivos são remunerados pela ATPS, SGPS, SA, que subscreveu um contrato de prestação de serviços com a Ibersol Restauração SA. Não existem critérios pré-determinados para o indicado efeito.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras actividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

A actividade profissional dos actuais membros do Conselho de Administração é descrita do ponto 19. supra.

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados:

27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

No seio do Conselho de Administração está criada apenas a Comissão Executiva, podendo o Regulamento do Conselho de Administração ser consultado no sítio da internet: www.ibersol.pt. O Conselho de Administração, e a Comissão Executiva que o integra, asseguram plenamente que a sociedade desenvolve a sua actuação por forma a prosseguir os fins societários, não delegando a sua competência quanto à definição da estratégia e das políticas de gestão da sociedade, centralizando a definição da estrutura empresarial do Grupo, tomando a seu cargo e competência exclusiva todas as decisões estratégicas relevantes, seja pelo seu valor, seja pelo potencial grau de risco envolvido, seja pela sua caracterização específica.

28. Composição da comissão executiva

Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das actividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

A Ibersol, SGPS, SA. tem um Conselho de Administração composto por três membros: -um Presidente, um Vice-Presidente e um Vogal.

Dois dos seus membros exercem funções executivas e formam uma Comissão Executiva, que foi eleita e cujos poderes foram delegados pelo Conselho de Administração nos termos do art.º 8.º n.º 4 dos Estatutos da Sociedade, e um outro Administrador exerce funções não executivas.

A Comissão Executiva coordena operacionalmente as direcções funcionais e os diferentes negócios desenvolvidos societariamente reunindo com os respectivos directores numa base periódica. As decisões tomadas pelos Directores Funcionais e de Negócio, que devem respeitar as directrizes globais, emanam da delegação de competências conferida pela Comissão Executiva e são coordenadas nas reuniões referidas.

Os poderes delegados na Comissão Executiva são, designadamente, os seguintes:

- d) plenos poderes de decisão, gestão e acompanhamento estratégico da actividade societária, dentro dos limites legais do art.º 407.º n.º 4 do CSC, desenvolver, planear e programar as linhas de actuação do órgão de administração, no plano interno e externo do exercício social, dando plena prossecução aos objectivos sociais afectos aos fins da Sociedade, tendo como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na verificação adequada dos instrumentos de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no Grupo Ibersol.
- e) Competir-lhe-á assistir o Conselho de Administração na actualização das suas estruturas de assessoria e suporte funcional, bem como nos procedimentos das empresas integradas no Grupo Ibersol, com adequação consistente à evolução das necessidades do negócio, actuando na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, clientes, trabalhadores, colaboradores e demais agentes, bem como no desenvolvimento do padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior, podendo, em concreto, proceder à aquisição, alienação e oneração de bens móveis, estabelecendo ou cessando cooperação com outras empresas.

A Comissão Executiva reúne mensalmente e todas as vezes que o Presidente a convoque. Sem prejuízo dos contactos regulares estabelecidos entre os membros da

Comissão Executiva nos períodos entre reuniões, durante o ano de 2015, realizaram-se 50 reuniões.

Os membros da Comissão Executiva prestam em tempo útil as informações que lhe sejam solicitadas por outros membros dos órgãos sociais.

III. FISCALIZAÇÃO

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adoptado.

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas são, no modelo adoptado, os órgãos de fiscalização da Sociedade e ambos são eleitos pela Assembleia Geral de Accionistas. O Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas não são membros do Conselho Fiscal.

31. Composição do Conselho Fiscal

Conselho Fiscal

Presidente - Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva ;

Vice-Presidente – António Maria Borda Cardoso;

Vogal – Eduardo Moutinho Ferreira Santos;

Suplente – Maria Helena Moreira de Araújo;

O Conselho Fiscal é composto por um número mínimo de três membros efectivos, sendo eleito em Assembleia Geral e deverá reunir, pelo menos, trimestralmente. Sendo três os membros efectivos do Conselho Fiscal, deve existir um ou dois suplentes, havendo sempre dois suplentes quando o número de membros for superior.

O Revisor Oficial de Contas ou Sociedade Revisora Oficial de Contas são eleitos pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 4 anos (artº 27º dos Estatutos societários), tendo o actual Presidente iniciado funções como Vice-Presidente no ano de 2008, tendo sido nomeado Presidente em 2013 para o mandato 2013/2016. O actual Vice-Presidente iniciou funções de Vogal efectivo deste órgão em 2007, e foi nomeado vice-presidente para o mandato 2013/2016. O Vogal efectivo iniciou funções como Vogal suplente em 2007, e foi nomeado Vogal para o mandato 2013/2016.

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC

Todos os membros efectivos cumprem os critérios fixados no artigo 414º nº 5 do CSC e cumprem com todas as regras de incompatibilidade mencionadas no número1 do artigo 414º-A do CSC.

Os membros do Conselho Fiscal têm o dever de comunicar imediatamente à Sociedade qualquer ocorrência que origine incompatibilidade ou perda de independência.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº21.

Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;

Formação académica

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1970);

Actividade profissional dos últimos cinco anos:

- Docência Universitária;
- Consultoria Fiscal;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2008 / 2016.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo Ibersol: não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

Vice-Presidente – Dr. António Maria de Borda Cardoso;

Formação académica

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1966);

Actividade profissional dos últimos cinco anos :

- Reformado desde 25/10/2005;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2007 / 2016.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo

Ibersol: não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

Vogal – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos:

Formação académica

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1978);

Actividade profissional dos últimos cinco anos:

- Exercício da Advocacia em regime liberal na Comarca do Porto;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2007 / 2016.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo

Ibersol:

Presidente do Conselho Fiscal da Ibersande Restauração, SA.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal

O Regulamento do Conselho Fiscal pode ser consultado no sítio da internet: - www.ibersol.pt;

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez em cada trimestre. Em 2015, realizaram-se reuniões formais deste órgão e a taxa de assiduidade de todos os membros efectivos foi de 100 %.

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras actividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício

Cada um dos membros do Conselho Fiscal demonstrou, de forma consistente, a sua disponibilidade no exercício das funções, tendo estado presente em todas as reuniões do

órgão e participado nos respectivos trabalhos.

Remete-se para o ponto 33 supra, bem como para o Anexo 2 a este Relatório onde vem explicitada a informação relativa a outros cargos, exercidos noutras sociedades, pelos membros efectivos do Conselho Fiscal.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

O Conselho Fiscal procede à avaliação anual do Auditor Externo e inclui as suas conclusões no seu Relatório e Parecer, emitidos nos termos e para os efeitos da alínea g) do nº 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal analisa e aprova o âmbito de quaisquer serviços adicionais, avaliando se os mesmos colocam em causa a independência do Auditor Externo. Salvaguarda que os serviços de consultoria sejam prestados com elevada qualidade, autonomia e independência relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização

Compete ao Conselho Fiscal, em articulação com o Revisor Oficial de Contas, a fiscalização da sociedade, nomeadamente:

- verificar a adequação das políticas contabilísticas,
- fiscalizar em permanência a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno,
- fiscalizar, por forma contínua, o processo de preparação e divulgação de informação financeira,
- fiscalizar a revisão de contas ;

Compete-lhe ainda propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas e fiscalizar a sua independência, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

O Relatório anual sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal é objecto de divulgação em conjunto com os documentos de prestação de contas, no sítio da Internet da sociedade.

Para todos os efeitos, o Conselho Fiscal representa a sociedade junto do Auditor Externo zelando para que sejam asseguradas todas as condições à prestação dos serviços, avaliando anualmente o respectivo desempenho, sendo o seu interlocutor e destinatário dos respectivos relatórios, em simultâneo com o Conselho de Administração.

Para o desempenho das suas funções o Conselho Fiscal obtém, do Conselho de

Administração, as informações necessárias ao exercício da sua actividade nomeadamente quanto à evolução operacional e financeira do Grupo, às alterações de composição do portfólio de empresas e negócios e ao conteúdo das principais deliberações tomadas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a " PriceWaterHouseCoopers e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.", sendo esta sociedade representada pelo Dr. Hermínio António Paulos Afonso ou pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia;

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

O indicado Revisor Oficial de Contas exerce funções na Sociedade desde 2005 até ao presente.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

O Revisor Oficial de Contas é simultaneamente o Auditor Externo da sociedade.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do Auditor Externo

O Auditor Externo é a PriceWaterHouseCoopers e Associados , SROC, registada sob o nº 9077 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, representada pelo Dr. Hermínio António Paulos Afonso ou pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia.

No ano de 2015, o representante foi o Dr. Hermínio António Paulos Afonso.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respectivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O auditor externo foi eleito pela primeira vez em 2005 e está no seu terceiro mandato.

O sócio que o representa exerce funções desde 2011.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respectivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

O auditor externo e o sócio que o representa no cumprimento dessas funções encontram-se ainda no segundo mandato consecutivo. A eleição para cada mandato é efectuada em Assembleia Geral mediante proposta do Conselho Fiscal e a periodicidade de rotação dos mesmos será apreciada em função das melhores práticas em matéria de governo corporativo à data da proposta para novo mandato. O Conselho Fiscal adoptou o princípio recomendado de apenas não proceder à rotação do auditor externo no final de dois mandatos de quatro anos em permanência de funções se, após ter efectuado uma avaliação criteriosa, tiver concluído que a manutenção em funções, para além do referido período, não interfere nem prejudica a necessária independência do auditor externo, nem o nível de qualidade com que as funções devem ser exercidas, assegurando, ao invés, o acompanhamento da sociedade por aquele órgão de fiscalização, com o nível de conhecimentos e a profundidade já adquiridos – v.d. Proposta do Conselho Fiscal de 5/4/2013 relativa à nomeação do ROC em anexo à Proposta apresentada sobre o ponto 7. da Convocatória da AG. de 6 de Maio de 2013 - in www.ibersol.pt

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

O Conselho Fiscal procede à avaliação anual do Auditor Externo e inclui as suas conclusões no seu Relatório e Parecer, emitidos nos termos e para os efeitos da alínea g) do nº 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação

Os outros serviços prestados pelo auditor externo incluíram essencialmente serviços relacionados com a revisão de processos de documentação fiscal e actualização legislativa de natureza fiscal.

O Conselho Fiscal analisou e aprovou o âmbito dos referidos serviços tendo concluído que os mesmos não punham em causa a independência do Auditor.

Os outros serviços são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, pelo que se considera que a independência e a imparcialidade do auditor são asseguradas.

Em 2015, os honorários facturados pelos outros serviços representaram 4,1% do total da facturação anual da PriceWaterhouseCoopers ao Grupo.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou

por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços

A remuneração anual total paga pela sociedade e por outras pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas colectivas pertencentes à mesma rede ascendeu, no ano de 2015, a 177.121 euros, assim discriminado:

	2015	%	2014	%
<u>Sociedade</u>				
Auditoria e revisão	43.583	25%	49.917	26%
Outros serviços				
<u>Entidades que integram o Grupo</u>				
Auditoria e revisão	126.302	71%	106.838	55%
Consultoria Fiscal	3.250	2%	33.250	17%
Outros serviços	3.987	2%	3.333	2%
TOTAL	177.121	100%	193.338	100%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

As regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade são as constantes das disposições dos artigos 85º e segts. e 383º e segts. do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

A Sociedade dispõe de uma política instituída para recebimento de comunicações, reclamações ou queixas sobre irregularidades detectadas na empresa. Conforme consta do Regulamento do Conselho Fiscal divulgado no sitio da sociedade, este órgão regista por escrito as comunicações de irregularidades que lhe sejam endereçadas, promovendo, conforme o entender por adequado, as necessárias diligências junto da administração e da auditoria e sobre as mesmas elabora o seu relatório. Assim, tal tipo de irregularidades pode ser comunicada de forma não anónima ao Conselho Fiscal, através de comunicação à Sociedade, dirigida aquele órgão. A sociedade encaminhará as comunicações recebidas ao Presidente daquele órgão, assegurando a sua confidencialidade.

Durante 2015, o Conselho Fiscal não recebeu quaisquer comunicações de irregularidades.

III. Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

A Ibersol não possui serviços autónomos de auditoria interna e de "compliance".

A gestão de risco, sendo uma das componentes da cultura da sociedade, está presente em todos os processos e é responsabilidade de todos os gestores e colaboradores nos diferentes níveis da organização.

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar as empresas do Grupo, numa perspectiva de continuidade das operações, tendo em vista o aproveitamento das oportunidades de negócio.

No âmbito do planeamento estratégico são identificados e avaliados os riscos do *portfolio* dos negócios existentes bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de cada negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

No que respeita aos riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas são definidas políticas e *standards* e efectuado o auto-controlo do seu cumprimento, sendo realizadas auditorias externas a todas as unidades e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados.

De forma a garantir a conformidade dos procedimentos estabelecidos é efectuada regularmente a avaliação dos principais sistemas de controlo interno do grupo. Por especificidades do Negócio existem áreas de risco cuja gestão corrente foi alocada a departamentos funcionais.

O controlo interno e o acompanhamento dos sistemas de controlo interno são conduzidos pela Comissão Executiva.

51. Explicação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Não aplicável uma vez que o grupo não dispõe de serviços autónomos.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Existem Funções Centrais – Direcções Qualidade, Recursos Humanos e Financeira – que reportando à Comissão Executiva, promovem, coordenam e facilitam, o desenvolvimento de processos de gestão de risco.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da actividade.

O Conselho de Administração considera que o Grupo se encontra exposto aos riscos normais decorrentes da sua actividade, nomeadamente ao nível dos restaurantes.

Riscos estratégicos e operacionais

O negócio está exposto à evolução dos factores macroeconómicos bem como da evolução das preferências dos consumidores. A gestão dos riscos estratégicos envolve a monitorização dos indicadores macroeconómicos, de estudos de tendências dos consumidores, de estudos do mercado da restauração com auscultação dos consumidores e acompanhamento da actividade da concorrência nos diferentes mercados onde o Grupo opera.

Os riscos operacionais estão muito ligados aos processos das Unidades : gestão de aprovisionamento (aprovisionamento e logística), gestão de stocks, gestão de fundos e na eficiência e segurança na utilização de recursos e activos. A adequação e alcance dos procedimentos de controlo são acompanhados e revistos sempre que necessário.

Por especificidades do Negócio existem áreas de risco cuja gestão corrente foi alocada a departamentos funcionais, destacando-se:

Qualidade e Segurança Alimentar

No negócio da Restauração o risco associado à Higiene e Segurança Alimentar assume primordial importância.

A gestão desta área de risco é coordenada pela Direcção de Qualidade e tem como principais vertentes uma actuação responsável e pro-activa, segundo os princípios da prevenção, formação, seguimento de indicadores e a procura da melhoria contínua por forma a minimizar os riscos com impactos na saúde dos consumidores.

As principais dimensões de gestão desta área de risco são:

- qualificação e Selecção dos Fornecedores e Produtos na área da qualidade e segurança alimentar e o Programa de Controlos Periódicos aos Fornecedores, Produtos e Serviços;
- garantia da eficácia do Sistema de Rastreabilidade implementado;
- controlo do Processo Produtivo nas unidades através de Sistemas de HACCP;
- Sistema de Desenvolvimento de Competências em Segurança Alimentar;
- Manutenção e Monitorização dos dispositivos de medição;
- Sistema de Gestão de Crises Alimentares com a monitorização a todo o momento dos sistemas de alerta alimentar existentes e a actuação imediata quando necessário;
- Sistema de Melhoria Contínua suportado, entre outros instrumentos, por um programa de Auditorias Externas, que abrange todas as unidades do Grupo; um programa de análises microbiológicas dos produtos finais realizado por amostragem por entidade externa acreditada, um Sistema de Tratamento de Reclamações, um programa de Cliente Mistério e um programa de Auditorias Internas no âmbito dos indicadores relacionados com a Segurança Alimentar.
- Processo de certificação do sistema de gestão da segurança alimentar no âmbito da norma ISO 22000, exigente padrão internacional em segurança alimentar.

Segurança e Higiene no Trabalho(SHT)

A coordenação do processo de gestão desta área de risco está a cargo da Direcção de Recursos Humanos que procede à definição, divulgação e monitorização da aplicação das normas e procedimentos definidos no Manual de SHT em vigor na Ibersol e articula os planos de Formação.

Financeiros

A gestão de risco na área financeira é conduzida pela Direcção Financeira, centrando-se no seguimento da volatilidade dos mercados financeiros, especialmente da taxa de juro. A situação actual dos mercados tem conduzido a que o risco de liquidez assuma uma maior relevância. A política do Grupo relativamente à gestão de riscos financeiros é conservadora e prudente, pelo que, quando usa instrumentos derivados para cobertura de riscos, não toma posições que não estejam estritamente relacionadas com a actividade ou que tenham propósitos especulativos. As principais fontes de exposição a risco são:

a) Risco câmbio

O risco cambial aumentou significativamente durante o último exercício, porquanto as subsidiárias localizadas em Angola viram limitado o acesso a divisas, do que resultou

um alargamento dos seus prazos de pagamento, o que aumentou a sua exposição aos efeitos da desvalorização.

No que respeita a financiamentos fora da zona Euro o grupo prosseguirá uma política de cobertura natural recorrendo preferencialmente a financiamentos em moeda local sempre que as condições de taxa de juro o recomendem.

Por forma a garantir adequada protecção das filiais angolanas ao aumento de valor das obrigações contraídas em moeda estrangeira, procedeu-se à aquisição de instrumentos indexados ao dólar, por forma a garantir o "hedging".

O aumento da actividade em Angola traduzir-se-á num aumento do risco de câmbio - caso se mantenham os actuais constrangimentos de acesso a divisas - o que afectará o valor dos activos e passivos.

b) Risco de taxa de Juro

Como o grupo não tem activos remunerados com juros significativos, para além das obrigações de tesouro emitidos por Angola, para efeitos de "hedging", o lucro e os fluxos de caixa da actividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro do Grupo advém do passivo, nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, proceder à fixação total ou parcial das taxas de juro.

A Ibersol recorreu a operações de cobertura do risco de taxa de juro para 30% dos empréstimos obtidos.

c) Risco de crédito

Na principal actividade do Grupo as vendas são pagas a dinheiro ou cartão de débito ou crédito, pelo que o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. Contudo, com o aumento das vendas do negócio de *catering*, em que parte significativa de vendas é efectuada a crédito, o Grupo passou a monitorizar de forma mais regular as contas a receber com o objectivo de:

- i) controlar o crédito concedido a clientes;
- ii) analisar a antiguidade e recuperabilidade dos valores a receber;
- iii) analisar o perfil de risco dos clientes;

d) Risco de liquidez

Como já referido, a recente evolução dos mercados financeiros veio dar uma maior relevância ao risco de liquidez. O planeamento financeiro sistemático com base na

previsão de “cash flows” em mais do que um cenário e para períodos mais longos que um ano tornou-se uma exigência. A tesouraria de curto prazo é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Atendendo à dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efectuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento. A política de diálogo aberto com todos os parceiros financeiros tem permitido manter uma relação com elevado grau de confiança. O Grupo em detrimento do custo privilegiou manter contratadas linhas de financiamento ainda que pouco utilizadas.

e) Risco de capital

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) por forma a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / dívida remunerada líquida+capital próprio) com o objectivo de o situar entre 35%-70%.

Ambientais

A gestão desta área de risco é coordenada pela Direcção de Qualidade e tem como principal vertente a implementação da política decorrente dos Princípios de Sustentabilidade Ibersol, que garante que os processos e procedimentos sejam aplicados no âmbito do ambiente.

A adopção das boas práticas de gestão ambiental é uma preocupação do Conselho de Administração da Ibersol que se consubstancia na promoção de comportamentos responsáveis e proactivos na gestão dos recursos e dos resíduos.

Os procedimentos vertidos para o Manual de Standards Ibersol no que respeita a esta área assentam principalmente na utilização racional de electricidade e na reciclagem de óleos usados e embalagens.

Jurídicos

A Ibersol e os seus negócios dispõem de uma função legal permanentemente dedicada à respectiva actividade, que funciona em articulação com as demais funções centrais e de negócio, por forma a assegurar preventivamente a protecção dos interesses do Grupo no respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

A assessoria legal é igualmente garantida, a nível nacional e internacional, por profissionais externos de reconhecida competência.

Sectoriais

A recuperação do consumo privado, após as acentuadas quebras verificada nos últimos anos, principalmente em Portugal, continuará a influenciar as vendas de restauração. A sociedade adoptou um rigoroso controlo dos custos com uma monitorização mensal da evolução do mercado e a consequente revisão do planeamento de recursos a utilizar, por forma a minorar o impacto da redução do consumo.

Por outro lado, operando no ramo alimentar, eventuais epidemias ou distorções nos mercados das matérias-primas, bem como eventuais alterações do padrão de consumo podem acarretar importantes impactos nas demonstrações financeiras.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar as empresas do Grupo, numa perspectiva de continuidade das operações.

No âmbito do planeamento estratégico são identificados e avaliados os riscos do *portfolio* dos negócios bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de cada negócio e planeadas acções de gestão desses riscos que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

No que respeita aos riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas são definidas políticas e *standards* e efectuado o auto-controlo do seu cumprimento, sendo realizadas auditorias externas a todas as unidades e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados.

De forma a garantir a conformidade dos procedimentos estabelecidos é efectuada regularmente a avaliação dos principais sistemas de controlo interno do grupo.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

A Sociedade não tem serviços de auditoria interna, com especificidade funcional e reporte directo ao Conselho Fiscal (atendendo ao modelo latino adoptado), sendo os referidos *serviços de "compliance"* assegurados pelos respectivos departamentos da empresa. Considerando que, orgânica e funcionalmente, as diferentes Direcções do Grupo encabeçam os serviços de *"compliance"* directamente junto do Conselho de

Administração e do Conselho Fiscal, estando esses responsáveis devidamente identificados no organigrama da sociedade, cumpre reafirmar que são efectuados em interacção, quer com o Conselho Fiscal, quer com o Administrador não-Executivo da Sociedade, reportando funcionalmente ao mesmo Administrador, fazendo-o independentemente da relação hierárquica que esses Departamentos mantêm com a Administração Executiva da Sociedade.

A Auditoria Externa avalia e reporta os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira, validando desta forma o sistema de controlo interno estabelecido no Grupo e que se materializa na clara separação entre quem prepara e os seus utilizadores e na realização de diversos procedimentos de validação ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

No âmbito dos Serviços de Auditoria, a SROC reúne com os diferentes Departamentos do Grupo, pelo menos duas vezes por ano, para análise e revisão do sistema de controlo interno que é objecto de Relatório dirigido ao Conselho Fiscal e posterior discussão com o Conselho de Administração, nomeadamente com o Administrador não-Executivo.

Quanto ao risco no processo de divulgação da informação financeira registe-se que apenas um número restrito de colaboradores está envolvido no processo de divulgação. Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade são considerados como tendo acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade, preparação e divulgação de informação financeira assenta nos seguintes elementos chave:

- a utilização de princípios contabilísticos, como constam nas notas às contas, constitui uma das bases do sistema de controlo;

- os planos, procedimentos e registos da Sociedade e subsidiárias permitem uma garantia razoável que apenas são registadas transacções devidamente autorizadas e que são registadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites;

- a informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio (apoiados pelo Departamento de Controlo de Gestão) e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respectivo controlo orçamental;

- durante o processo de preparação e revisão de informação, é estabelecido previamente um calendário, o qual é partilhado com as diferentes áreas envolvidas e todos os documentos são revistos detalhadamente, o que inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida, e a consistência com os princípios e políticas utilizadas em anos anteriores;

- os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pela função central de Contabilidade. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos técnicos oficiais de contas e revistas pela Direcção Administrativa.

- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pela função central de Consolidação o que constitui um controlo adicional de fiabilidade;

- A informação financeira, Relatório e Demonstrações Financeiras, é revista pela Direcção Financeira e enviada para revisão final e aprovação do Conselho de Administração. Depois de aprovados os documentos são enviados ao auditor externo que emite a sua certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa.

- O Revisor Oficial de Contas executa uma auditoria anual, uma revisão limitada ao semestre das contas individuais e consolidadas. Nos demais trimestres faz um exame sumário à informação do período.

- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório de gestão.

Entre as causas de risco que podem afectar materialmente o reporte contabilístico, evidenciamos as estimativas contabilísticas que são baseadas na melhor informação disponível e no conhecimento e experiência resultantes de eventos presentes e,ou, passados. Salientamos igualmente os saldos e as transacções com partes relacionadas que são divulgados no anexo às demonstrações financeiras e estão associadas sobretudo a actividades operacionais do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, efectuados a preços de mercado.

IV. Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

O contacto com o Gabinete, está disponibilizado através do Representante para o mercado de capitais, António Carlos Vaz Pinto de Sousa (Telefone: +351 22 6089708; Telefax: +351 22 6089757; E-mail: psousa@ibersol.pt, Morada: Praça do Bom Sucesso, 105/159 – 9º andar, 4150-146 Porto.

57. Representante para as relações com o mercado.

Este Representante é o indicado no site da Ibersol, SGPS, SA. - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de

informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

A Ibersol relaciona-se de forma permanente com analistas e investidores, fornecendo-lhes informação actualizada.

Sempre que necessário, o representante das relações com o mercado assegura a prestação de toda a informação relevante da actividade e presta os esclarecimentos solicitados por parte dos investidores num prazo de cinco dias úteis.

No ano de 2015 foram recebidos 30 pedidos de informação, não se encontrando pendentes pedidos de informação de anos anteriores.

V. Sítio de Internet

59. Endereço

A Ibersol tem disponível uma página na internet para divulgação da informação sobre a sociedade. O endereço da página é www.ibersol.pt

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

[www.ibersol.pt\investidores\Governo da Sociedade](http://www.ibersol.pt/investidores/Governo da Sociedade);

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

[www.ibersol.pt\investidores\Estatutos](http://www.ibersol.pt/investidores/Estatutos)

[www.ibersol.pt\investidores\Governo da Sociedade](http://www.ibersol.pt/investidores/Governo da Sociedade)

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respectivas funções e meios de acesso.

[www.ibersol.pt\investidores\Governo da Sociedade](http://www.ibersol.pt/investidores/Governo da Sociedade)

[www.ibersol.pt\investidores\Relação com Investidores](http://www.ibersol.pt/investidores/Relação com Investidores)

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais

[www.ibersol.pt\investidores\Relatório e Contas](http://www.ibersol.pt/investidores/Relatório e Contas)

www.ibersol.pt\investidores\Calendário de Eventos

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

www.ibersol.pt\investidores\Assembleias Gerais

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

www.ibersol.pt\investidores\Assembleias Gerais

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais

Os membros dos órgãos sociais terão as remunerações que forem fixadas de acordo com a política de remunerações proposta pela Comissão de Vencimentos e aprovada na Assembleia Geral de Accionistas.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou colectivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A Comissão de Vencimentos é composta por três membros, Dr. Vítor Pratas Sevilhano, Dr. Amândio Mendonça da Fonseca e Don Alfonso Munk Pacin.

Os membros que compõem a Comissão de Vencimentos são independentes dos membros do Conselho de Administração, não tendo sido contratada para apoio à Comissão de Vencimentos, seja a que título for, qualquer pessoa singular ou colectiva que, nos últimos três anos, tenha prestado serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade, ou que tenha relação actual com consultora da empresa.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

A experiência e percurso profissionais dos membros da Comissão de Vencimentos permite-lhes exercerem as suas funções de forma rigorosa e eficaz. Todos os membros se encontram habilitados com a necessária formação académica, técnica e profissional exigível pela função desempenhada, bem como habilitados com a devida experiência funcional necessária ao seu bom desempenho, nomeadamente:

- Dr. Amândio da Fonseca : - Licenciado em Psicologia, ocupando o cargo de *Executive Coach* certificado pelo ICF (International Coach Federation).

- Dr. Vítor Pratas Sevilhano: - Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia, Diplomado em Administração Hospitalar pelo ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública de Lisboa, Certificado pela Manchester Business School - ITP - International Teachers Program. Certificado pelo SBDC – Small Business Development Center de Wisconsin, EUA, Certificado pelo INSEAD (Fontainebleau) – Advanced Management Program e Financial Management Program. Certificado pelo Henley College - Strategic Planning in Practice. Certificado pela Linkage International – GILD e Executive Coaching Master Class. PCC – Professional Certified Coach pela ICF – International Coach Federation. Possui as seguintes Habilitações Profissionais: - Sócio Gerente da Escola Europeia de Coaching e Partner da empresa My Change;

- D. Alfonso Munk Pacin: - Formação em Economia cursando no London School of Economics. Consultor internacional de Hotelaria e Turismo e vice-Presidente do Grupo Melia.

III. Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

A política de remuneração dos órgãos estatutários é aprovada pelos accionistas em Assembleia Geral.

A Assembleia Geral de accionistas, realizada em 30 de Abril de 2015, dando continuidade à política já anteriormente prosseguida de forma consistente, aprovou a política de remuneração em vigor.

Para a fixação de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não foram tidas, por comparativo, quaisquer políticas e práticas remuneratórias de outros grupos de sociedades, não estando determinada qualquer política sobre pagamentos relativos à destituição ou cessação, por acordo, da função de administradores, conforme declaração da Comissão de Vencimentos anexa ao Relatório de Governo.

Quanto à política de remunerações dos dirigentes, a mesma consta da declaração do Conselho de Administração anexa ao Relatório de Governo, não existindo componentes variáveis importantes, ou significativas, na remuneração desses dirigentes.

Salientamos que os membros do Conselho de Administração Executivos são remunerados pela sociedade Accionista ATPS-SGPS, SA, que subscreveu um contrato de prestação de serviços com a Ibersol Restauração, SA

O membro não executivo auferiu uma remuneração anual fixa, não auferindo este membro quaisquer outras componentes remuneratórias, seja a que título for.

As remunerações dos membros do Conselho Fiscal, no cômputo global do ano de 2015, foram as seguintes: Presidente: 8.785,92 euros; Vice-Presidente: 8.785,92 euros Vogal: 8.785,92 euros e SROC: 41.583,31 euros.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A política de remuneração dos Administradores é da competência da Comissão de Vencimentos, a qual irá submeter à aprovação dos Accionistas da Sociedade na Assembleia Geral Anual de 2016, conforme **Anexo 1**.

Os princípios gerais da política de remunerações dos Órgãos de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral são os seguintes:

a) Funções desempenhadas: - relativamente às funções desempenhadas por cada titular dos órgãos sociais mencionados, a política vai no sentido de tomar em consideração a natureza e a actividade efectivamente exercida, bem como as responsabilidades que lhes estão cometidas. Não estarão, no sentido orgânico-funcional, na mesma posição e por igual todos os membros do Conselho Fiscal ou da Mesa da Assembleia Geral, bem como a Sociedade Revisora. A ponderação destas funções deve observar critérios diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo dispendido, ou o valor que resulta de um determinado tipo de intervenção ou de uma representação institucional.

b) A situação económica da sociedade.

A dimensão da sociedade e o grau de complexidade funcional, em termos relativos, será um dos aspectos em relevo.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Não existe componente variável.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

Não existe componente variável.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em acções bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas acções, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total

Não está prevista qualquer forma de remuneração em que haja lugar à atribuição de acções ou qualquer outro sistema de incentivo em acções.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não está prevista qualquer forma de remuneração em que haja lugar à atribuição de direitos sobre opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais

Não existe qualquer regime de pensões ou de reforma antecipada para os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes.

IV. Divulgação das remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

Os membros do Conselho de Administração Executivos são remunerados pela sociedade Accionista ATPS-SGPS, SA que subscreveu um contrato de prestação de serviços com a Ibersol Restauração SA., tendo recebido por tais serviços, no ano de

2015, a quantia de 800.000 euros . Entre as obrigações da ATPS -Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA., ao abrigo do contrato celebrado com a Ibersol, Restauração, SA., inclui-se a de assegurar que os Administradores da Sociedade António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. Consequentemente, a sociedade não paga directamente a nenhum dos seus Administradores executivos qualquer remuneração. Dado que a ATPS -Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é controlada pelos Administradores António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, estima-se que da referida importância de 800.000 euros no ano de 2015, corresponderá a cada um desses Administradores, o valor de 400.000 euros. Os Administradores executivos não auferem qualquer remuneração noutras empresas do grupo, nem têm direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.

O membro não executivo auferiu uma remuneração anual fixa de 6.000 euros, não auferindo este membro quaisquer outras componentes remuneratórias, seja a que título for, designadamente prémios de desempenho, bónus ou quaisquer *fees* complementares de desempenho, complemento de reforma, e, ou , quaisquer pagamentos adicionais à quantia anual 6.000 euros que lhe tenham sido prestados pela Sociedade.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

Não existem quaisquer outros montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo, excepto a indicada no n.º 77.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Não existe.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagos nem são devidos quaisquer montantes relativos a indemnizações a administradores cujas funções tenham cessado.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade

A remuneração auferida pelos membros do Conselho Fiscal no ano de 2015 foi de 26.357,76 euros, assim individualizada:

Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva: 8.785,92 euros;

Vice-Presidente – Dr. António Maria de Borda Cardoso: 8.785,92 euros;

Vogal - Dr. Eduardo Moutinho do Santos: 8.785,92 euros;

82. Indicação da remuneração no ano de referência da Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Presidente da Mesa – Dr.^a Alice de Assunção Castanho Amado: 1.333,44 euros;

V. Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador, não existindo igualmente a indicada relação com componente variável da remuneração (esta componente variável não está estipulada contratualmente).

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares de administração ou outros dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI. Planos de atribuição de acções ou opções sobre acções ('stock options')

85. Identificação do plano e dos respectivos destinatários

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e de opções de aquisição de acções, em vigor.

86. Caracterização do plano

A Sociedade não possui qualquer plano de atribuição de acções ou de opções sobre acções.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não existem quaisquer direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções de que sejam beneficiários trabalhadores e colaboradores da empresa.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes

Não aplicável.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transacções com partes relacionadas

O Conselho Fiscal aprovou os critérios aplicáveis à sua intervenção para efeitos de avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam relacionados nos termos do Art.º 20ª do Código de Valores Mobiliários, tendo fixado como critério qualificante um valor da transacção igual ou superior a cinco por cento do activo líquido consolidado da Ibersol SGPS, SA.

90. Indicação das transacções que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Não foram realizados negócios ou operações que implicassem sujeição a esse controlo.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação

Em 2015 não foi necessário o Conselho Fiscal emitir qualquer parecer dado que não ocorreram transacções passíveis de serem apreciadas por aquele órgão.

Os procedimentos aplicáveis à intervenção do Conselho Fiscal na avaliação prévia de eventuais negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas

segue os normativos do respectivo Regulamento do Conselho Fiscal, publicado in www.ibersol.pt

II. Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação

A informação sobre os negócios com partes relacionadas consta do Anexo às demonstrações financeiras individuais e do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de Governo das sociedades adoptado

O presente Relatório de Governo foi elaborado em conformidade com o Regulamento da CMVM nº 4/2013 de 1 de Agosto, e com o Código de Governo das Sociedades. Face ao disposto no artigo 4º nº 2 do mesmo Regulamento, segue, conseqüentemente, tais normativos pela respectiva adequação à prestação da necessária e indispensável informação a público, pelo que não se verificam pressupostos de qualquer divergência substancial ou formal na respectiva aplicação.

O relatório cumpre as normas do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários bem como divulga, à luz do princípio "*comply or explain*", o grau de observância das Recomendações da CMVM integradas no Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2013.

São igualmente cumpridos os deveres de informação exigidos pela Lei 28/2009, de 19 de Junho, pelos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais e pelo Regulamento da CMVM nº5/2008, de 2 de Outubro de 2008.

Todos os normativos legais e regulamentares evocados neste relatório estão disponíveis em www.cmvm.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adoptado

Nos termos do art. 245.º-A n.º 1, al. o) deverá ser incluída declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente se sujeite especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência.

A Ibersol, SGPS, SA. na generalidade cumpre com as recomendações da CMVM relativas ao Governo das Sociedades, como segue:

RECOMENDAÇÕES (Código de Governo das Sociedades 18 Julho 2013 in www.cmvm.pt)	CUMPRIMENTO	
I – VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE		
I.1. As sociedades devem incentivar os seus accionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de acções necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via electrónica.	Adoptada	Ver Parte I Ponto 12. deste Relatório de Governo
I.2. As sociedades não devem adoptar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus accionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto na lei.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 13. e 14. deste Relatório de Governo
I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores e o direito de voto de cada acção ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos accionistas.	Adoptada	Não se encontram estabelecidos, estatutariamente, os indicados mecanismos.

<p>I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.</p>	<p>Não aplicável</p>	<p>Os Estatutos da Sociedade não estabelecem qualquer limitação ao número de votos a emitir por um accionista.</p>
<p>I.5. Não devem ser adoptadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem susceptíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>· Não se encontram estabelecidas ou adoptadas quaisquer das indicadas medidas</p>
<p>II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</p>		
<p>II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO</p>		
<p>II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Pontos 15. 16. 17. deste Relatório de Governo</p>

<p>II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Pontos 21 a 29. deste Relatório de Governo</p>
<p>II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.</p>	<p>Não aplicável</p>	<p>O modelo de Governo adoptado não inclui Conselho Geral e de Supervisão</p>

<p>II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:</p> <p>a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;</p> <p>b) Reflectir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.</p>	<p>Não aplicável</p>	<p>Não existem Comissões especializadas integrantes do Conselho de Administração. Ver Parte I Pontos 25 e 27. deste Relatório de Governo.</p>
<p>II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objectivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efectivamente incorridos são consistentes com aqueles objectivos.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Ponto 50. deste Relatório de Governo.</p>
<p>II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da actividade dos restantes membros do órgão de administração.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Pontos 17. e 18. deste Relatório de Governo</p>

<p>II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adoptado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista e o respectivo free float. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma directa ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa colectiva; c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha recta e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares directa ou indirectamente de participação qualificada; e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um accionista titular de participações qualificadas. 	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Ponto 18. deste Relatório de Governo</p>
---	-----------------	---

<p>II.1.8 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>A Comissão Executiva disponibiliza contínua e permanentemente toda a informação aos demais membros dos órgãos sociais.</p>
<p>II.1.9 O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respectivas reuniões.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>O Presidente da Comissão Executiva disponibiliza a todos os demais membros do Conselho de Administração e do Conselho fiscal toda a informação relativa às reuniões realizadas.</p>
<p>II.1.10 Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Ponto 18 deste Relatório de Governo</p>
<p>II. 2. FISCALIZAÇÃO</p>		

II.2.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 32. e 33. deste Relatório de Governo
II.2.2 O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respectiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 37. e 38. deste Relatório de Governo
II.2.3 O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 37. 38. e 45. deste Relatório de Governo.
II.2.4 O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 38, 49, 50, 54 e 55. deste Relatório de Governo.

<p>II.2.5 A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afectos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a detenção de potenciais ilegalidades.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Pontos 38, 49, 50, 54, e 55. deste Relatório de Governo.</p>
<p>II.3 FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES</p>		
<p>II.3.1 Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Pontos 67. e 68. deste Relatório de Governo.</p>
<p>II.3.2 Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação actual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Ponto 67. deste Relatório de Governo.</p>

<p>II.3.3 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente:</p> <p>a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;</p> <p>b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;</p> <p>d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Ponto 69. deste Relatório de Governo.</p>
<p>II.3.4. Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano.</p>	<p>Não Aplicável</p>	<p>Ver Parte I Pontos 70. a 73. e 85. deste Relatório de Governo.</p>

<p>II.3.5 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do sistema.</p>	<p>Não aplicável</p>	<p>Não existem aprovados ou submetidos a aprovação pela Assembleia Geral quaisquer sistemas de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais</p>
<p>III . REMUNERAÇÕES</p>		
<p>III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efectivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Pontos 69 a 79 deste Relatório de Governo.</p>
<p>III.2 A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Pontos 69. 70.e 71. deste Relatório de Governo.</p>
<p>III.3 A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes</p>	<p>Não aplicável</p>	<p>Ver Parte I Pontos 69. a 76. deste Relatório de Governo.</p>
<p>III.4 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.</p>	<p>Não aplicável</p>	<p>Ver Parte I Pontos 69. a 76. deste Relatório de Governo.</p>

<p>III.5 Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.</p>	<p>Não aplicável</p>	<p>Os referidos contratos não têm existência . v.d. Parte I Pontos 69. a 76. deste Relatório de Governo.</p>
<p>III.6 Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as suas acções da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.</p>	<p>Não aplicável</p>	<p>Não estão fixadas remunerações variáveis aos Administradores executivos. v.d. Parte I Pontos 69. a 76. deste Relatório de Governo.</p>
<p>III.7 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.</p>	<p>Não aplicável</p>	<p>Não estão fixadas remunerações variáveis aos Administradores . v.d. Parte I Pontos 69. a 76. deste Relatório de Governo.</p>
<p>III. 8 Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respectivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Na situação considerada, aplicar-se-ão os critérios legais.</p>
<p>IV. AUDITORIA</p>		

<p>IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I, pontos 37 e 38. O Revisor Oficial de Contas pronuncia-se sobre a actividade por si desenvolvida no exercício societário em causa, no seu Relatório anual de auditoria.</p>
<p>IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Ponto 46 deste Relatório de Governo.</p>
<p>IV.3 As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Pontos 44. e 45. deste Relatório de Governo.</p>
<p>V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</p>		

<p>V.1. Os negócios da sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art.º 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Pontos 10., 90 e 91. deste Relatório de Governo.</p>
<p>V.2 O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com accionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no nº 1 do art.º 20º do Código dos Valores Mobiliários - ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Pontos 89. a 92. do Anexo I deste Relatório de Governo.</p>
<p>V.I. INFORMAÇÃO</p>		
<p>V.I.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade actual em termos económicos, financeiros e de governo.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Pontos 56. a 65. deste Relatório de Governo.</p>
<p>VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Pontos 56 a 65. deste Relatório de Governo.</p>

3. Outras informações

A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para

a compreensão do modelo e das práticas de governo adoptadas.

Não se afiguram quaisquer outros elementos relevantes para além dos descritos.

Anexo 1

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

**DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS
SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS
DA IBERSOL, SGPS, S.A. A SUBMETER À APRECIACÃO DA ASSEMBLEIA GERAL
DE 29 DE ABRIL DE 2016**

1. Nos termos da competência que está atribuída a esta Comissão pela Assembleia Geral de Accionistas da Ibersol SGPS, SA. e nos termos do artigo 26.º n.º 2 dos Estatutos da Sociedade, está cometida a esta Comissão de Vencimentos a função de fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais.

2. Nos termos estatutários aplicáveis, a Comissão de Vencimentos foi designada pela Assembleia Geral de Accionistas em 6 de Maio de 2013, sendo composta por três membros, independentes em relação aos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade.

3. A Comissão de Vencimentos submete, pois, à apreciação desta Assembleia Geral e para efeitos de adopção da Recomendação II.3.3 do Código de Governo das Sociedades da CMVM, a presente declaração contendo as orientações observadas por esta Comissão na fixação da remuneração dos membros dos órgãos sociais de Fiscalização e Mesa da Assembleia Geral, nos seguintes termos:

a) A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral foi fixada, para o ano de 2015, em montante fixo anual, pagável doze vezes por ano, tendo os respectivos membros auferido a seguinte remuneração anual:

Presidente da Mesa – Dr.ª Alice de Assunção Castanho Amado: 1.334,44 euros;

Vice-Presidente da Mesa – Dr.ª Anabela Nogueira de Matos: 667,92 euros;

Secretária da Mesa – Dr.ª Maria Leonor Moreira Pires Cabral Campello: 333,36 euros;

b) A sociedade Accionista ATPS-SGPS, SA. prestou serviços de administração e gestão ao Grupo, tendo recebido da Participada Ibersol, Restauração, SA., por tais serviços a quantia de 800.000, euros no ano de 2015. Entre as obrigações da ATPS-Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA., ao abrigo do contrato com a Ibersol, Restauração, SA., inclui-se a de assegurar que os Administradores da Sociedade, Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira e Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus Administradores executivos qualquer remuneração. Dado que a ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é controlada, em partes iguais, pelos Administradores Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira e Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa, da referida importância de

800.000 euros, no ano de 2015, corresponderá a cada um desses Administradores, o valor de 400.000 euros. O membro não executivo auferiu uma remuneração anual de 6.000 euros.

Face ao exposto, não é possível emitir declaração sobre a política de remuneração dos membros do órgão de administração da sociedade, designadamente contendo a informação referida no art.º 2º nº 3 da Lei 28/2009.

c) A remuneração dos membros do Conselho Fiscal foi fixada, para o ano de 2015, em montante fixo anual, pagável doze vezes por ano, tendo os respectivos membros auferido a seguinte remuneração anual:

Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva: 8.785,92 euros;

Vice-Presidente – Dr. António Maria de Borda Cardoso: 8.785,92 euros;

Vogal – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos: 8.785,92 euros;

Os princípios gerais observados são essencialmente aqueles que resultam da lei, tendo em conta as actividades efectivamente exercidas pelos membros indicados, tomando ainda no devido relevo a situação económica da sociedade e as condições que se observam genericamente para situações equivalentes. Foram tidas em consideração as funções desempenhadas por cada titular dos órgãos sociais enumerados, no sentido mais abrangente da actividade efectivamente concretizada, tendo por parâmetro avaliativo o grau das responsabilidades que lhes estão afectas. A ponderação das funções é, pois, considerada num sentido amplo e atende a factores diversos, designadamente o nível da responsabilidade, o tempo dispendido e a mais-valia que resulta para o Grupo do respectivo desempenho institucional. A dimensão da sociedade e o grau de complexidade, que, em termos relativos, está associado às funções designadas, é também um aspecto relevante. A conjugação dos factores que vão enumerados e a valoração que lhes foi dada, permite assegurar não só os interesses dos próprios titulares, mas essencialmente os da sociedade.

A política de remuneração que submetemos à apreciação dos accionistas da sociedade, é, pois, a que se traduz na observação dos parâmetros acima enunciados, consistindo na remuneração dos membros dos indicados órgãos por uma quantia fixa ilíquida, anualmente prestada em doze parcelas mensais, até final do exercício. Na fixação de todas as remunerações foram observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da sociedade e critérios comparativos para graus de desempenho equivalentes.

Porto, 31 de Março de 2016.

A Comissão de Vencimentos,

Vítor Pratas Sevilhano, Dr.

Amândio Mendonça da Fonseca, Dr.

Don Alfonso Munk Pacin.

ANEXO II

**DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS DIRIGENTES
DA IBERSOL, SGPS, S.A.**

1. Em face da competência prevista no corpo do artigo 11º dos Estatutos da IBERSOL, SGPS, S.A. (IBERSOL), na mesma está compreendida e afecta ao Conselho de Administração a responsabilidade pela definição da política geral de retribuições e incentivos para os cargos Dirigentes da Sociedade, bem como para todo o pessoal técnico e administrativo da mesma.
2. São considerados Dirigentes, nos termos da aceção do nº 3 do art. 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, para além dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, os responsáveis que, não sendo membros daqueles órgãos, possuem um acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da sociedade.
3. Em benefício da transparência e em cumprimento das Recomendações relativas ao governo das sociedades cotadas apresentadas pela Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários, o Conselho de Administração submete à apreciação desta Assembleia Geral, a presente declaração contendo as orientações por si observadas na fixação das mencionadas remunerações, nos seguintes termos:
 - a) A política adoptada na fixação da remuneração dos Dirigentes da IBERSOL coincide com aquela que está definida para a generalidade trabalhadores da Sociedade;
 - b) No entanto, a remuneração dos Dirigentes da Sociedade compreende uma remuneração fixa e um, eventual, prémio de desempenho;
 - c) A avaliação do desempenho, em termos qualitativos, bem como o prémio de desempenho são estabelecidos de acordo com critérios que foram previamente definidos pelo Conselho de Administração;
 - d) Neste termos, ter-se-ão em conta, para a definição do eventual prémio por desempenho dos dirigentes, não só os factores comportamentais de cada quadro do Grupo, designadamente valorando-se as suas competências específicas para a função, o grau de responsabilidade inerente ao desempenho da mesma, quer ainda a sua capacidade própria de adaptação à gestão da sociedade e aos seus procedimentos específicos, ponderando-se igualmente o grau de autonomia do respectivo desempenho individual, mais se considerando a performance técnica e/ou económico-financeira da área de negócio em que os quadros dirigentes se inserem, bem como a performance económico-financeira da IBERSOL.

Porto, 31 de Março de 2016.

O Conselho de Administração.

Anexo 2

**Lista de Cargos exercidos noutras empresas pelos Membros do Conselho Fiscal e pelos
Membros da Mesa da Assembleia Geral**

CONSELHO FISCAL:

Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva

Além do cargo de Presidente do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, S.A. exerce o seguinte cargo numa Sociedade fora do Grupo Ibersol:

Sócio-Gerente

Alexandre Silva, Lda.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Fastil, Fechos de Correr, S.A.

Klick, Fechos de Correr, S.A.

Jualtex, Moda e Acessórios, S.A.

Engenharia de Prototipagem, Alves & Alves, S.A.

Vice – Presidente – Dr. António Maria de Borda Cardoso

Não desempenha quaisquer outros cargos em Sociedades além do cargo de Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, S.A.

Vogal Efectivo – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos

Além do cargo de Vogal Efectivo do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, S.A. exerce o seguinte cargo numa Sociedade do Grupo Ibersol:

Presidente do Conselho Fiscal

Ibersande Restauração, S.A.

Vogal Suplente – Dr.ª Maria Helena Moreira de Araújo

Além do cargo de Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, S.A. exerce os seguintes cargos:

Em outras Sociedade do Grupo Ibersol:

Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

Gravos 2012, S.A.

Em Sociedades fora do Grupo Ibersol:

Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

Dunbar – Serviços e Gestão, S.A.

Calum - Serviços e Gestão, S.A.

Regulsucesso – Imobiliária, S.A.

Volare - Equipamentos, S.A.

Volare – Gestão de Projectos, S.A.

Secretária da Mesa da Assembleia Geral:

ATPS II, SGPS, S.A.

Daytime – Serviços e Gestão Imobiliária, S.A.

Tenancy – Gestão de Projectos e Imobiliária, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente – Dr.ª Alice da Assunção Castanho Amado

Além do cargo de Presidente da Assembleia Geral da Ibersol, SGPS, S.A. exerce os seguintes cargos em Sociedades fora do Grupo Ibersol:

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Azulino – Imobiliária, S.A.

BB Food Service, S.A.

Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.

Bom Momento – Restauração, S.A.

Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A.

Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.

Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.

Contibomba – Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.

Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.

Continente Hipermercados, S.A.

Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.

Discovery Sports, S.A.

Farmácia Selecção, S.A.

Fashion Division, S.A.

Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.

Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A.
Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoconti - Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, S.A.
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.
Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A.
Infocfield – Informática, S.A.
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.
Modalloop – Vestuário e Calçado, S.A.
Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
Modelo.Com – Vendas Por Correspondência, S.A.
Pharmaconcept - Actividades em Saúde, S.A.
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, S.A.
Ponto de Chegada - Sociedade Imobiliária, S.A.
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.
Predilugar - Sociedade Imobiliária, S.A.
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.
Sonae Center Serviços II, S.A.
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA
Sonae - Specialized Retail, SGPS, S.A.
Sonaegest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
Sonaerp - Retail Properties, S.A.
Sondís Imobiliária, S.A.
SDSR - Sports Division SR, S.A.
Sonaesr - Serviços e Logística, S.A.
Têxtil do Marco, S.A.
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, S.A.
Valor N, S.A.
Worten - Equipamentos Para o Lar, S.A.
Zippy - Comércio e Distribuição, S.A.
Zyevolution - Investigação e Desenvolvimento, S.A.

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Inscó - Insular de Hipermercados, S.A.

Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, S.A.

Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.

Secretária da Sociedade

Sonae Investimentos, S.G.P.S., S.A.

Vice - Presidente – Dr.ª Anabela Nogueira de Matos

Além do cargo de Vice-Presidente da Assembleia Geral da Ibersol, SGPS, S.A. exerce os seguintes cargos em Sociedades fora do Grupo Ibersol:

Membro do Conselho de Administração

Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.

Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.

Casa da Ribeira – Sociedade Imobiliária, S.A.

Centro Residencial da Maia – Urbanismo, S.A.

Cinclus Imobiliária, S.A.

Country Club da Maia – Imobiliária, S.A.

Contacto Concessões, SGPS, S.A.

Empreendimentos Imobiliários Quinta da Azenha, S.A.

Imobeauty, SA

Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.

Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.

Imohotel – Empreendimentos Turísticos Imobiliários, S.A.

Imoponte - Sociedade Imobiliária, S.A.

Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.

Implantação – Imobiliária, S.A.

Inparvi – SGPS, S.A.

Norscut – Concessionária de Auto-Estradas, S.A.

Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.

Praedium – Serviços, S.A.

Praedium II – Imobiliária, S.A.

Prédios Privados – Imobiliária, S.A.

Predisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.

Promessa - Sociedade Imobiliária, S.A.

SC Assets, SGPS, S.A. (anteriormente denominada Praedium – SGPS, S.A.)

SC – Sociedade de Consultadoria, S.A.

Sete e Meio Herdades – Investimentos Agrícolas e Turismo, S.A.

Sociedade Construções do Chile, S.A.

Soira - Sociedade Imobiliária de Ramalde, S.A.

Sotáqua – Sociedade de Empreendimentos Turísticos de Quarteira, S.A.

Sopair, S.A.

Spinveste – Gestão Imobiliária, SGII, S.A.

Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.

Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.

Vastgoed One – Promoção imobiliária, S.A.

Vastgoed Sun – Promoção Imobiliária, S.A.

Vistas do Freixo – Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.

Membro da Gerência

SC For – Serviços de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Unipessoal, Lda.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.

Aqualuz Tróia – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A. (anteriormente denominada – Troiaverde – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.)

Atlantic Ferries – Tráfego Local, Fluvial e Marítimo, S.A.

Capwatt, SGPS, S.A.

Capwatt Brainpower, S.A.

Capwatt, A.C.E, S.A.

Capwatt Colombo – Heat Power, S.A.

Capwatt Engenho Novo – Heat Power, S.A.

Capwatt Martim Longo – Solar Power, S.A.

Capwatt Vale do Caima – Heat Power, S.A.

Capwatt Vale do Tejo – Heat Power, S.A.

Capwatt II – Heat Power, S.A.

Capwatt III – Heat Power, S.A.

Capwatt Maia – Heat Power, S.A.

Golf Time - Golfe e Investimentos Turísticos, S.A.

Imopeninsula – Sociedade Imobiliária, S.A.

Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A..

Marina de Tróia, S.A.

Marmagno – Exploração Hoteleira, S.A.

Marvero – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.

Norscut – Concessionária de Auto-Estradas, S.A.

SC, SGPS, S.A.

SC Engenharia e Promoção Imobiliária, SGPS, S.A.

SC Hospitality, SGPS, S.A.

S.I.I. – Soberana – Investimentos Imobiliários, S.A.

Sistavac, S.A.

Sistavac – SGPS, S.A.

Sociedade Construções do Chile, S.A.

Solinca – Health and Fitness, S.A.

Porto Palácio Hotel – Exploração Hoteleira, S.A. (anteriormente denominada Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.)

QCE – Desenvolvimento e Fabrico de Equipamentos, S.A.

Soltróia – Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo de Tróia, S.A.

Spred – SGPS, S.A.

The Artist Porto Hotel & Bistro – Actividades Hoteleiras, S.A.

The Artist Ribeira – Actividades Hoteleiras, S.A.

Tróia Market – Supermercados, S.A.

Tróia Natura, S.A.

Troiareort – Investimentos Turísticos, S.A.

Troiareort, SGPS, S.A. (anteriormente denominada Imoareaia – Investimentos Turísticos, SGPS, S.A.)

Tulipamar – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.

Vastgoed One – Promoção imobiliária, S.A.

Vastgoed Sun – Promoção Imobiliária, S.A.

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Interlog - SGPS, S.A.

NET – Novas Empresas e Tecnologias, S.A.

Secretária da Mesa da Assembleia Geral

Norscut – Concessionária de Auto-Estradas, S.A.

Secretária – Dr.^a Maria Leonor Moreira Pires Cabral Campello

Não desempenha quaisquer outros cargos em Sociedades além do cargo de Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Ibersol, SGPS, S.A.

Ibersol S.G.P.S., S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 de Dezembro de 2015

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014
(valores em euros)

ACTIVO	Notas	31-12-2015	31-12-2014
Não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	2.5 e 8	141.633.142	132.109.999
Goodwill	2.6 e 9	40.509.009	40.594.588
Activos Intangíveis	2.6 e 9	11.431.871	13.493.705
Impostos diferidos activos	2.14 e 18	3.294.546	531.418
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas	2.2 e 10	2.417.891	2.448.856
Outros Investimentos financeiros	2.8 e 10	402.591	370.058
Outros activos financeiros	2.8 e 11	7.098.836	-
Outros activos não correntes	2.10 e 12	1.408.996	1.487.814
Total de activos não correntes	6	<u>208.196.882</u>	<u>191.036.438</u>
Corrente			
Existências	2.9 e 13	7.711.071	5.937.327
Caixa e depósitos bancários	2.11 e 14	14.471.082	13.566.782
Imposto s/ rendimento a recuperar	15	144.108	9.859
Outros activos correntes	2.10 e 15	10.793.400	8.955.678
Total de activos correntes		<u>33.119.661</u>	<u>28.469.646</u>
Total do Activo	6	<u>241.316.543</u>	<u>219.506.084</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital			
Capital Social	2.12	20.000.000	20.000.000
Ações próprias	2.12	-11.179.644	-11.179.644
Goodwill		-	156.296
Reservas de conversão cambial		-850.439	-
Reserva legal		4.000.001	-
Outras reservas e resultados transitados		107.372.132	104.603.959
Resultado líquido do exercício		10.582.266	7.756.088
		<u>129.924.316</u>	<u>121.336.699</u>
Interesses não controlados		5.121.687	4.976.886
Total do Capital Próprio	16	<u>135.046.003</u>	<u>126.313.585</u>
PASSIVO			
Não corrente			
Empréstimos	2.13 e 17	25.309.774	24.028.060
Impostos diferidos passivos	2.14 e 18	10.046.125	7.702.843
Provisões	2.15 e 19	861.962	32.118
Instrumentos financeiros derivados	2.20 e 20	181.602	-
Outros passivos não correntes	21	239.713	268.561
Total de passivos não correntes		<u>36.639.176</u>	<u>32.031.582</u>
Corrente			
Empréstimos	2.13 e 17	18.125.529	14.803.757
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	22	41.398.168	36.534.100
Imposto s/ rendimento a pagar	23	1.390.543	1.257.399
Outros passivos correntes	23	8.717.124	8.565.661
Total de passivos correntes		<u>69.631.364</u>	<u>61.160.917</u>
Total do Passivo	6	<u>106.270.540</u>	<u>93.192.499</u>
Total do Capital Próprio e Passivo		<u>241.316.543</u>	<u>219.506.084</u>

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO de 2015 E 2014
(valores em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Proveitos operacionais			
Vendas	2.16 e 6	213.062.852	186.804.236
Prestações de serviços	2.16 e 6	644.751	662.658
Outros proveitos operacionais	26	2.231.774	2.172.911
Total de proveitos operacionais		<u>215.939.377</u>	<u>189.639.805</u>
Custos Operacionais			
Custo das vendas		51.220.642	44.031.371
Fornecimentos e serviços externos	24	66.161.210	60.748.902
Custos com o pessoal	25	64.478.374	57.924.129
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	6, 8 e 9	14.373.786	14.451.847
Outros custos operacionais	26	1.383.370	1.548.479
Total de custos operacionais		<u>197.617.382</u>	<u>178.704.728</u>
Resultados Operacionais	6	<u>18.321.995</u>	<u>10.935.077</u>
Custo de Financiamento líquido	27	-4.279.751	-1.840.453
Ganhos (perdas) em empreend.conjuntos - MEP	10	-30.962	-48.935
Resultados antes de impostos		<u>14.011.282</u>	<u>9.045.689</u>
Imposto sobre o rendimento	28	3.284.216	1.130.455
Resultado líquido consolidado		<u>10.727.066</u>	<u>7.915.234</u>
Outro rendimento integral:			
Variação da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		-919.070	87.676
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		<u>9.807.996</u>	<u>8.002.910</u>
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		10.582.266	7.756.088
Interesses não controlados	16	144.800	159.146
		<u>10.727.066</u>	<u>7.915.234</u>
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		9.663.196	7.843.764
Interesses não controlados	16	144.800	159.146
		<u>9.807.996</u>	<u>8.002.910</u>
Resultado por acção:			
Básico	29	<u>0,59</u>	<u>0,43</u>
Diluído		<u>0,59</u>	<u>0,43</u>

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA O QUARTO TRIMESTRE DOS ANOS DE 2015 E 2014
(valores em euros)

	Notas	4º TRIMESTRE (não auditado)	
		2015	2014
Proveitos operacionais			
Vendas		58.022.540	50.186.314
Prestações de serviços		142.393	226.232
Outros proveitos operacionais	26	587.639	817.881
Total de proveitos operacionais		58.752.572	51.230.427
Custos Operacionais			
Custo das vendas		14.135.643	12.266.336
Fornecimentos e serviços externos	24	17.872.287	15.676.578
Custos com o pessoal	25	17.136.998	15.495.767
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	6, 8 e 9	6.669.993	7.065.795
Outros custos operacionais	26	559.596	442.830
Total de custos operacionais		56.374.517	50.947.306
Resultados Operacionais		2.378.055	283.121
Custo de Financiamento líquido	27	-425.659	-621.007
Ganhos em empreend.conjuntos - MEP		-50.580	-21.803
Resultados antes de impostos		1.901.816	-359.689
Imposto sobre o rendimento	28	440.460	-1.351.660
Resultado líquido consolidado		1.461.356	991.971
Outro rendimento integral:			
Varição da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		63.792	22.082
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		1.525.148	1.014.053
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		1.275.217	787.560
Interesses não controlados		186.140	204.411
		1.461.357	991.971
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		1.339.009	809.642
Interesses não controlados		186.140	204.411
		1.525.149	1.014.053
Resultado por acção:	29		
Básico		0,07	0,04
Diluído		0,07	0,04

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações Consolidadas das alterações no Capital Próprio
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(valores em euros)

		Atribuível a detentores do capital								
Nota	Capital Social	Ações Próprias	Reservas de conversão cambial	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total	Interesses Não Controlados	Total Capital Próprio	
	20.000.000	-11.179.644	-19.045	4.000.001	98.105.161	3.576.462	114.482.935	4.957.161	119.440.096	
	Saldo em 1 de Janeiro de 2014									
	Alterações do período:									
	Aplicação do resultado consolidado de 2013:									
	Transferência para reservas e resultados transitados									
					2.586.462	-2.586.462	-		-	
	Reforço de participação na Gravos 2012, S.A.									
							-	-139.421	-139.421	
	Reservas de conversão - Angola									
			87.676				87.676		87.676	
	Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014									
						7.756.088	7.756.088	159.146	7.915.234	
	-	-	87.676	-	2.586.462	5.169.626	7.843.764	19.725	7.863.489	
	Total alterações do período									
	Resultado líquido consolidado									
	Rendimento consolidado integral									
						7.756.088	7.756.088	159.146	7.915.234	
	Operações com detentores de capital no período									
	Aplicação do resultado consolidado de 2013:									
	Dividendos distribuídos									
31						-990.000	-990.000		-990.000	
	-	-	-	-	-	-990.000	-990.000	-	-990.000	
	20.000.000	-11.179.644	68.631	4.000.001	100.691.623	7.756.088	121.336.699	4.976.886	126.313.585	
	Saldo em 31 de Dezembro de 2014									
	20.000.000	-11.179.644	68.631	4.000.001	100.691.623	7.756.088	121.336.699	4.976.886	126.313.585	
	Saldo em 1 de Janeiro de 2015									
	Alterações do período:									
	Aplicação do resultado consolidado de 2014:									
	Transferência para reservas e resultados transitados									
					6.766.088	-6.766.088	0		0	
	Reclassificação Goodwill Gravos 2012, S.A.									
9					-85.579		-85.579		-85.579	
	Reservas de conversão - Angola									
			-919.070				-919.070		-919.070	
	Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015									
						10.582.266	10.582.266	144.800	10.727.066	
	-	-	-919.070	-	6.680.509	3.816.178	9.577.617	144.800	9.722.417	
	Total alterações do período									
	Resultado líquido consolidado									
	Rendimento consolidado integral									
						10.582.266	10.582.266	144.800	10.727.066	
	Operações com detentores de capital no período									
	Aplicação do resultado consolidado de 2014:									
	Dividendos distribuídos									
31						-990.000	-990.000		-990.000	
	-	-	-	-	-	-990.000	-990.000	-	-990.000	
	20.000.000	-11.179.644	-850.439	4.000.001	107.372.132	10.582.266	129.924.316	5.121.687	135.046.003	
	Saldo em 31 de Dezembro de 2015									

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
 (valores em euros)

	Nota	Exercícios findos em 31 de Dezembro	
		2015	2014
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		214.457.896	187.835.470
Pagamentos a fornecedores		-116.662.018	-107.794.358
Pagamentos ao pessoal		-49.361.408	-46.029.543
Pagamentos/recebimento imposto s/ rendimento		-2.874.222	-1.911.172
Outros receb/pagam. rel. à activ.operacional	14	-19.481.672	-7.721.479
Fluxos das actividades operacionais (1)		26.078.576	24.378.917
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			5.640
Activos fixos tangíveis		39.007	194.888
Activos intangíveis			
Subsidios de Investimento		84.525	97.954
Juros recebidos		73.979	110.829
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		147.246	245.998
Outros activos financeiros		7.098.836	
Activos fixos tangíveis		18.116.090	21.196.136
Activos intangíveis		2.905.016	921.569
Outros			
Fluxos das actividades de investimento (2)		-28.069.677	-21.954.392
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		9.132.850	1.843.440
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		4.937.537	9.277.323
Amortizações de contratos locação financeira		57.016	61.483
Juros e custos similares		2.006.994	2.080.039
Dividendos pagos	31	990.000	990.000
Fluxos das actividades de financiamento (3)		1.141.303	-10.565.405
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		-849.798	-8.140.880
Efeito da variação perímetro			
Efeito das diferenças de cambio		1.803.392	159.400
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		13.471.613	21.453.094
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	14	14.425.207	13.471.613

O Conselho de Administração,

IBERSOL SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERSOL, SGPS, SA (“Empresa” ou “Ibersol”), tem sede na Praça do Bom Sucesso, Edifício Península n.º 105 a 159 – 9º, 4150-146 Porto, Portugal, e as suas subsidiárias (conjuntamente, o Grupo), exploram uma rede de 383 unidades no ramo da restauração através das marcas Pizza Hut, Pasta Caffé, Pans & Company, Kentucky Fried Chicken, Burger King, O’ Kilo, Roulotte, Quiosques, Pizza Móvil, Miit, Sol, Sugestões e Opções, Silva Carvalho Catering e Palace Catering, cafetarias e outras concessões. O Grupo possui 377 unidades de exploração própria e 18 em regime de franquia. Deste universo, 83 estão sediadas em Espanha, repartindo-se por 66 estabelecimentos próprios e 17 franquizados, e 8 em Angola.

A Empresa é uma sociedade anónima e está cotada na Euronext de Lisboa.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e em vigor em 01 de Janeiro de 2015.

As políticas contabilísticas adoptadas a 31 de Dezembro de 2015 são idênticas às adoptadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

2.2 Consolidação

(a) Subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo esteja exposto ou tenha direitos, a retornos variáveis, em consequência do seu envolvimento nessas empresas, e tenha a capacidade de influenciar esses retornos, através do poder sobre essas empresas (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas, nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente na demonstração da posição financeira e demonstração do rendimento integral consolidados, na rubrica interesses não controlados. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses não controlados excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, os interesses não controlados absorvem esse excesso.

Para as concentrações empresariais anteriores a 2010 foi utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos activos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da

subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na Demonstração consolidada do rendimento integral consolidado (ver Nota 2.5).

Para as concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2010 o Grupo aplicou a IFRS 3 revista. Segunda esta norma revista o método da compra continua a ser aplicado nas concentrações de actividades, com algumas alterações significativas:

- (i) os montantes que integram o preço de compra são valorizados ao justo valor, existindo a opção de, transacção a transacção, mensurar os “interesses não controlados” pela proporção do valor dos activos líquidos da entidade adquirida ou ao justo valor dos activos e passivos adquiridos.
- (ii) os custos associados à aquisição são registados como gastos

Igualmente foi aplicada desde 1 de Janeiro de 2010 a IAS 27 revista, a qual exige que todas as transacções com os interesses não controlados sejam registadas no Capital Próprio, quando não há alteração no controlo sobre a Entidade, não havendo lugar ao registo de goodwill ou ganhos ou perdas. Quando há perda do controlo exercido sobre a entidade, qualquer interesse remanescente sobre a entidade é reajustado ao justo valor e um ganho ou perda é reconhecido nos resultados do exercício.

Os saldos e ganhos decorrentes de transacções entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido. As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, por forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

(b) Empresas controladas conjuntamente

Os interesses do Grupo nas entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, pela aplicação da IFRS 11, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. O Grupo integra a sua parte nos activos e passivos numa linha da Demonstração Consolidada da Posição Financeira e os custos e proveitos do empreendimento conjunto numa linha das Demonstrações Consolidadas do Rendimento Integral. Os saldos e transacções entre empresas do Grupo e entidades conjuntamente controladas não são eliminados na proporção do controlo atribuível ao Grupo. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da entidade conjuntamente controlada, na data de aquisição, é reconhecido como investimento financeiro.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhadas na Nota 5.

2.3 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade que desenvolve actividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transacções com outros componentes da mesma entidade), cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho e relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A sede do Grupo – onde está também localizada a maior empresa operacional é em Portugal. A área de actividade é a restauração.

O grupo opera em três grandes segmentos de actividade:

- Restaurantes, que integra as unidades com oferta de restauração de serviço à mesa e de entrega ao domicílio;
- Counters, que compreende as unidades de venda ao balcão;
- Concessões e catering, que engloba todos os outros negócios, nomeadamente a actividade de catering e as unidades situadas em espaços concessionados.

Os activos dos segmentos incluem, principalmente, activos fixos tangíveis, activos intangíveis, existências, contas a receber e disponibilidades. São excluídos impostos diferidos, investimentos financeiros e derivados detidos para negociação ou designados como coberturas de empréstimos.

Os passivos dos segmentos correspondem a passivos operacionais. Excluem elementos como impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos), empréstimos e derivados de cobertura relacionados.

Os investimentos compreendem adições aos activos fixos tangíveis (Nota 8) e activos intangíveis (Nota 9).

Os investimentos estão alocados, em termos de segmentos, de acordo com esta tipologia de negócio.

2.4 Conversão cambial

(a) Moeda Funcional e de Apresentação

As Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são elaboradas utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“A moeda funcional”). As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

(b) Transacções e Saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transacções e da conversão pela taxa à data da demonstração consolidada da posição financeira dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, excepto se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa ou como cobertura de investimento líquido, casos em que são registados em capital próprio.

(c) Demonstrações Financeiras


Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica de Reservas de Conversão Cambial.

O “goodwill” e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para Euro de acordo com a taxa de câmbio, à data do balanço.


Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda da alienação.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transacções e saldos expressos em Kwanzas em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foram respectivamente de:

Dez-15

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 31 de Dezembro de 2015	Taxa média do ano 2015
 Kwanza de Angola (AOA)	147,842	134,409

Dez-14

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 31 de Dezembro de 2014	Taxa média do ano 2014
 Kwanza de Angola (AOA)	124,984	131,044

2.5 Activos Fixos Tangíveis

Os edifícios e outras construções compreendem imóveis próprios afectos à actividade de restauração, bem como despesas com obras em propriedade alheia nomeadamente resultantes da instalação de lojas de restauração.

Os activos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

O custo histórico inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos com empréstimos incorridos e com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

Os custos subsequentes são acrescidos às quantias pelo qual o bem está escriturado ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos inerentes fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

A depreciação dos activos é calculada pelo método das quotas constantes, de forma a alocar o seu custo ao seu valor residual, em função da sua vida útil estimada, como segue:

- Edifícios e outras construções:	12-20 anos
- Equipamentos:	10 anos
- Ferramentas e utensílios:	4 anos
- Viaturas:	5 anos
- Equipamento administrativo	10 anos
- Outras imobilizações corpóreas	5 anos

Os valores depreciáveis dos activos, as vidas úteis e o método de depreciação são revistos e ajustados, se necessário, na data da demonstração consolidada da posição financeira.

Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado (Nota 2.6).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo e são reconhecidos como outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais na demonstração dos resultados.

2.6 Activos Intangíveis

a) Goodwill

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos, passivos, incluindo os contingentes, identificáveis da subsidiária, associada ou empreendimento conjunto na data de aquisição. O Goodwill resultante da aquisição de subsidiárias está incluído em rubrica autónoma. O Goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual (ou em cada período de relato, em que se verifique a existência de indícios de imparidade) e é apresentado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Eventuais perdas de imparidade não são objecto de reversão. Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o Goodwill referente à mesma.

O Goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa para realização dos testes de imparidade.

b) Pesquisa e desenvolvimento

Os dispêndios com pesquisas são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos incorridos em projectos de desenvolvimento (relativos ao design e teste de novos produtos ou melhoramentos de produtos existentes) são reconhecidos como activos intangíveis quando for provável que o projecto seja um sucesso, considerando a sua viabilidade comercial e tecnológica e os custos possam ser mensurados com fiabilidade. Os demais dispêndios com desenvolvimento são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos não são reconhecidos como um activo em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento com vida útil finita que tenham sido capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto de acordo com o método das quotas constantes pelo período do seu benefício esperado, que não excederá cinco anos.

c) Software

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (que não excederá 5 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de software são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos directamente associados à produção de software identificável e único controlado pelo Grupo e que irá, provavelmente, gerar benefícios económicos futuros superiores aos custos, para além de um ano, são reconhecidos como activos intangíveis. Os custos directos incluem os custos com pessoal no desenvolvimento do software e a quota-parte de gastos gerais relevantes.

Custos de desenvolvimento de software reconhecidos como activos são amortizados durante a sua vida útil estimada (que não excederá 5 anos).

d) Concessões e direitos territoriais

As concessões e direitos territoriais são apresentados ao custo histórico. As concessões e direitos territoriais têm uma vida útil finita associada aos períodos contratuais e são apresentadas ao custo deduzido das amortizações acumuladas.

2.7 Imparidade de activos

Os activos intangíveis que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização mas são objecto de testes de imparidade anuais (ou em cada período de relato em que se verifique a existência de indícios de imparidade). Os activos sujeitos a amortização são reavaliados para determinação de eventuais imparidades sempre que ocorram eventos ou alterações nas circunstâncias que originem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração do rendimento integral consolidado pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo menos os gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

Uma unidade geradora de caixa (UGC) é o grupo mais pequeno de activos que inclui o activo e que gera influxos de caixa provenientes do uso continuado que sejam em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros activos ou grupos de activos. No caso dos activos corpóreos, cada restaurante foi identificado como sendo uma unidade geradora de caixa. São considerados para realização de testes de imparidade os restaurantes que tendo pelo menos 2 anos de actividade, apresentem Ebitda negativo.

O Goodwill é distribuído pelas unidades geradoras de fluxos (UGCs) do Grupo, identificadas de acordo com o segmento de negócio.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base nos cálculos do valor de uso. Esses cálculos utilizam projecções de fluxos de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 5 anos.

O Conselho de Administração determina a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto são aplicadas após impostos e reflectem riscos específicos relacionados com os activos da UGC.

2.8 Activos Financeiros

2.8.1 Classificação

O Grupo classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos concedidos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objectivo da aquisição do investimento. O Conselho de Administração determina a classificação no momento do registo inicial dos investimentos e reavalia essa classificação em cada data de relato.

a) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria é subdividida em duas: activos financeiros detidos para negociação e aqueles que são designados ao justo valor através de resultados desde a sua aquisição. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelo Conselho de Administração. Os derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se forem designados para cobertura. Os activos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período de 12 meses após a data de demonstração consolidada da posição financeira.

b) Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e outros créditos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. Estes activos são originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar o prazo de recebimentos. São incluídos nos activos correntes, excepto quando tiverem maturidades superiores a 12 meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira, sendo nesse caso classificados como activos não correntes.

c) Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Conselho de Administração do grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Estão incluídos nos activos não correntes, excepto aqueles cujo vencimento seja inferior a 12 meses desde a data da demonstração consolidada da posição financeira, os quais são classificados como activos correntes.

d) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em activos não correntes, excepto se o conselho de Administração entender alienar o investimento no prazo de 12 meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira.

2.8.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas de investimentos são reconhecidas à data da transacção – a data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o activo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, adicionado dos custos de transacção, para todos os activos financeiros não reflectidos ao justo valor através de resultados (neste caso, são também reconhecidos ao justo valor, mas os custos de transacção são registados em custos do exercício em que sejam incorridos). Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber dinheiro dos mesmos expiram ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse. Activos financeiros disponíveis para venda e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são subsequentemente valorizados ao justo valor. Os empréstimos concedidos e contas a receber e os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva. Os ganhos e perdas realizadas ou não realizadas decorrentes de alterações do justo valor da categoria dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral do período em que surgem. Os ganhos e perdas não realizadas, resultantes de alterações do justo valor de títulos não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou se encontram em imparidade, os ajustamentos acumulados do justo valor são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral como ganhos ou perdas de investimentos em títulos.

O justo valor de investimentos cotados é baseado nos preços correntes de mercado.

Se não há um mercado activo para um activo financeiro (e para títulos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor usando técnicas de avaliação, que incluem a avaliação de transacções recentes entre partes independentes, a referência a outros instrumentos que sejam substancialmente idênticos, a análise do fluxo de caixa descontado e modelos de preços de opções que reflectam as circunstâncias específicas de emissão.

2.8.3 Imparidade

O Grupo verifica em cada data de demonstração consolidada da posição financeira se existe evidência objectiva de imparidade de um ou de um grupo de activos financeiros. No caso de títulos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do custo é determinante para saber se existe imparidade. Se existir tal evidência para activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse activo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração consolidada do rendimento integral. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis.

O grupo segue a orientação da IAS 39 (revista em 2004) na determinação da imparidade permanente dos investimentos que requer que o grupo avalie, entre outros factores, a duração e em que medida o justo valor de um investimento é inferior ao seu custo e a saúde financeira e perspectivas de negócio para a participada, incluindo factores tais como a performance da indústria e do sector, alterações tecnológicas e fluxos de caixa operacionais e de financiamento.

2.9 Existências

As existências são apresentadas ao mais baixo entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é calculado utilizando o custo médio ponderado.

O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos de venda.

2.10 Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, no caso de dívidas de médio e longo prazo, subseqüentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, deduzido do ajustamento de imparidade. O ajustamento de imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor do ajustamento de imparidade é a diferença entre o valor apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros descontado à taxa de juro efectiva. O valor do ajustamento de imparidade é reconhecido na demonstração consolidada do rendimento integral.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa inclui os valores em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez elevada e maturidades iniciais até 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração consolidada da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos Obtidos.

2.12 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, dos ingressos.

Quando alguma empresa do Grupo adquire acções da empresa-mãe (acções próprias), o valor pago, incluindo os custos directamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido ao capital

próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas. Quando tais acções são subseqüentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, após dedução dos custos de transacção directamente imputáveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa.

2.13 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo os custos de transacção incorridos. Os empréstimos de médio e longo prazo são subseqüentemente apresentados ao custo deduzido das amortizações efectuadas; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração consolidada do rendimento integral ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira.

2.14 Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade usando o método do passivo e calculados sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, se o imposto diferido surge pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial ou que à data da transacção não afecte nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, este não é contabilizado. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e legais) decretadas ou substancialmente decretadas na data do demonstração consolidada da posição financeira e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido activo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização da diferença temporária.

2.15 Provisões

As provisões para custos com reestruturação, contratos onerosos e reclamações judiciais são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, e seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação. As provisões para reestruturações incluem penalidades derivadas de rescisão de contratos de locação e pagamentos de indemnizações por cessação de contratos de trabalho dos empregados. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Quando há um número de obrigações similares, a probabilidade de gerar um ex-fluxo é determinada em conjunto.

2.16 Reconhecimento do rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. O rédito é reconhecido como segue:

a) Venda de bens – retalho

A venda de bens é reconhecida quando o produto é vendido ao cliente. As vendas a retalho são normalmente efectuadas a dinheiro ou com pagamentos efectuados por cartão de débito ou crédito. O rédito a reconhecer é o valor bruto da venda, incluindo honorários de utilização de cartões de débito ou crédito a pagar pela transacção. As vendas de bens a clientes, associadas a eventos ou congressos, são reconhecidas no momento em que tais acontecimentos ocorrem.

b) Prestação de serviços

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência ao momento em que a transacção fica concluída, à data da demonstração consolidada da posição financeira.

c) Juros

Os juros são reconhecidos tendo em consideração a proporção do tempo decorrido e o rendimento efectivo do activo. Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, o Grupo reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo. O desconto continua a ser reconhecido como proveito financeiro.

d) Royalties

Os royalties são reconhecidos segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos acordos relevantes.

e) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito dos accionistas ao seu recebimento.

2.17 Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são reflectidos na demonstração consolidada do rendimento integral pelo método das quotas constantes, pelo período da locação.

Locações de activos tangíveis onde o Grupo tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros, são incluídas em outros passivos não correntes, excepto a respectiva componente de curto prazo. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação, de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. Os activos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciadas pelo menor entre o período de vida útil do activo e o prazo da locação.

2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no momento em que os dividendos são aprovados pelos accionistas.

2.19 Resultado por acção

Básico

O resultado básico por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas, pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas durante o período, excluindo as acções ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como acções próprias (Nota 16).

Diluído

O resultado diluído por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas, ajustado pelos dividendos de acções preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas durante o período acrescido do número médio de acções ordinárias emitíveis na conversão de acções ordinárias potenciais diluidoras.

2.20 Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos de opções e swaps, somente para cobertura dos riscos financeiros a que está exposta. A empresa não utiliza

instrumentos financeiros derivados para especulação. A empresa adopta a contabilização de acordo com a contabilidade de cobertura (hedge accounting), respeitando integralmente o disposto nos normativos respectivos. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada pela Ibersol, em nome das empresas individuais, pelo departamento de tesouraria central, obedecendo a normas aprovadas pela respectiva Administração. Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira ao seu custo inicial e depois reajustados ao seu justo valor. No que diz respeito ao reconhecimento, a contabilização faz-se da seguinte forma:

Cobertura de Justo Valor

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor e que são determinadas como pertencentes a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas resultantes de reajustar o instrumento de cobertura ao justo valor são reconhecidos em resultados juntamente com variações no justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto.

Cobertura de Fluxos de Caixa

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa e que são determinadas como pertencentes a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas no justo valor do instrumento de cobertura são reconhecidas no capital próprio; a parte ineficaz será reconhecida directamente nos resultados.

Cobertura de Investimento Líquido

Actualmente, a empresa não considera a realização de coberturas cambiais sobre investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras (subsidiárias), dado não ter investimentos significativos denominados em moeda diferente do euro.

A empresa tem bem identificada a natureza dos riscos envolvidos, documenta exaustiva e formalmente as relações de cobertura, garantindo através dos seus sistemas de informação, que cada relação de cobertura seja acompanhada pela descrição da política de risco da empresa, objectivo e estratégia para a cobertura, classificação da relação de cobertura, descrição da natureza do risco que está a ser coberto, identificação do instrumento de cobertura e item coberto, descrição da mensuração inicial e futura da eficácia e identificação da parte do instrumento de cobertura, se houver, que será excluída da avaliação da eficácia.

A empresa considera o desreconhecimento nas situações em que o instrumento de cobertura expirar, for vendido, terminar ou for exercido; a cobertura deixar de preencher os critérios para a contabilidade de cobertura; para a cobertura de fluxos de caixa, a transacção prevista deixar de ser altamente provável ou deixar de ser esperada; por razões de gestão a empresa decidir cancelar a designação de cobertura.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1 Factores de risco financeiro

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores do risco financeiro: risco de mercado (inclui risco cambial, risco do justo valor associado à taxa de juro e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira do Grupo.

A gestão do risco financeiro é conduzida pelo Departamento Financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamentos em moeda local. Uma vez que o Grupo está essencialmente presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão maioritariamente denominados em euros e o volume de compras, fora da zona Euro, não assume proporções relevantes.

A principal fonte de exposição do Grupo advém do investimento fora da zona euro da operação que desenvolve em Angola, que embora seja ainda de pequena dimensão está em fase de crescimento e por consequência a ganhar peso na atividade do grupo. A redução do preço do barril de petróleo está a acarretar uma escassez de moeda estrangeira em Angola pelo que a desvalorização do Kwanza é um risco a considerar. O financiamento da filial angolana em moeda estrangeira, no montante de 2.000.000 USD, não apresenta grande exposição em função do reduzido montante. Os restantes financiamentos contraídos pelas filiais angolanas estão denominados na moeda local, a mesma em que são gerados os proveitos.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a exposição cambial do grupo era a seguinte:

ANO 2015				
Activos Financeiros	Kwanzas	Equivalente EUR	USD	Equivalente EUR
Caixa e depósitos bancários	203.488.292	1.376.395	6.754	6.212
Outros	1.086.467.739	7.348.868	400	368
	<u>1.289.956.031</u>	<u>8.725.263</u>	<u>7.154</u>	<u>6.580</u>
Passivos Financeiros				
Empréstimos	1.747.708.332	11.821.499	2.000.000	1.839.646
Fornecedores	431.519.912	2.918.801	2.019.561	1.857.638
Outros	33.405.550	225.955	109.006	100.266
	<u>2.212.633.793</u>	<u>14.966.255</u>	<u>4.128.567</u>	<u>3.797.550</u>
ANO 2014				
Activos Financeiros	Kwanzas	Equivalente EUR	USD	Equivalente EUR
Caixa e depósitos bancários	102.624.258	820.994	156.443	129.291
Outros	60.063.999	480.511	90.000	74.280
	<u>162.688.257</u>	<u>1.301.505</u>	<u>246.443</u>	<u>203.571</u>
Passivos Financeiros				
Empréstimos	610.208.343	4.881.603	3.125.000	2.582.644
Fornecedores	138.567.748	1.108.541	1.030.828	851.924
Outros	51.066.768	408.534	65.341	54.001
	<u>799.842.859</u>	<u>6.398.678</u>	<u>4.221.169</u>	<u>3.488.569</u>

Adicionalmente, nas subsidiárias angolanas existem dívidas a fornecedores - maioritariamente empresas do grupo - denominadas em EUR que, após conversão, geram diferenças de câmbio nas demonstrações financeiras consolidadas (custo de financiamento líquido). Por outro lado, as mesmas subsidiárias detêm ativos financeiros indexados ao USD num montante equivalente a cerca de 80% do passivo em moeda estrangeira.

Simulando, com base nos valores referentes a 31 de Dezembro de 2015, uma desvalorização do AKZ face ao USD e ao EUR na ordem dos 10% ou 15%, mantendo tudo o resto constante, o impacto negativo no resultado do Grupo (custo financiamento líquido) seria 189 mil euros e 271 mil euros, respetivamente.

Uma idêntica simulação de depreciação cambial aplicada ao investimento líquido teria um impacto negativo no Capital Próprio do Grupo de 232 e 333 mil euros, respetivamente.

ii) Risco de preço

O Grupo não está significativamente exposto ao risco de preço das mercadorias.

iii) **Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)**

Com excepção das Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o grupo não tem activos remunerados com juros significativos. Assim sendo, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de investimento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado. No que diz respeito às Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o juro é fixo, pelo que também não existe risco.

O risco principal de taxa de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, de proceder à fixação total ou parcial das taxas de juro.

A dívida remunerada vence juros a taxa variável tendo sido uma parte objecto de fixação de taxa de juro através de um derivado swap taxa de juro. A swap de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro do empréstimo (papel comercial) de 10 milhões de euros tem subjacente o prazo de vencimento dos juros e plano de reembolso idênticos às condições do empréstimo.

Baseado em simulações realizadas a 31 de Dezembro de 2015, uma subida de mais 100 pontos base na taxa de juro, mantendo tudo o resto constante, teria um impacto negativo no resultado líquido do período de 149 mil euros.

b) Risco de crédito

A principal actividade do Grupo é realizada com vendas pagas a dinheiro ou cartão de débito ou crédito, pelo que o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. Em relação a clientes o risco está circunscrito aos negócios de Catering e vendas de mercadorias a franquizados que representam menos de 5% do volume de negócios consolidado. O Grupo tem políticas que asseguram que as vendas a crédito são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que os clientes têm acesso.

As disponibilidades do Grupo incluem, essencialmente depósitos decorrentes do caixa gerado pelas operações e respetivos depósitos nas contas à ordem. Excluídos esses montantes, é reduzido o valor das aplicações financeiras a 31 de Dezembro de 2015.

Os depósitos e outras aplicações financeiras encontram-se dispersos por várias instituições de crédito, não existindo, por conseguinte, concentração destes ativos financeiros.

Os ratings das principais instituições de crédito onde o grupo Ibersol tem depósitos a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 apresenta-se como segue:

Agência	Ano 2015		Ano 2014	
	Depósitos	Rating	Depósitos	Rating
Standard & Poor's	536.022	BBB+	449.718	A
Standard & Poor's	621.658	BB+	850.011	BBB
Standard & Poor's	6.192.649	B+	8.559.348	BB-
Moody's	809.708	Caa1	2.171.404	Caa1
Não disponível (Angola)	3.115.250	n/a	930.413	n/a

A qualidade do crédito de ativos financeiros não vencidos nem em imparidade encontra-se detalhada na Nota 15.

c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Em conformidade com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efectuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento.

Para o efeito consideram-se que os empréstimos bancários de curto prazo vencem na data de renovação e que os contratos de papel comercial vencem nas datas de denúncia.

A 31 de Dezembro de 2015, o passivo corrente ascende a 70 milhões de euros, face aos 33 milhões de activo corrente. Este desequilíbrio é, em parte uma característica financeira deste negócio, noutra deve-se aos programas de Papel Comercial em que se considera o reembolso na data de denúncia independentemente dos prazos pelos quais estão contratados. Durante o ano de 2016 prevê-se a manutenção da emissão do Papel Comercial considerado em dívida de curto prazo (8.750.000 euros). No entanto, em caso de necessidade, o saldo de caixa e bancos e os fluxos de caixa operacionais previstos, são suficientes para liquidar os empréstimos correntes.

Na situação recente de pressão dos mercados financeiros para a redução do crédito concedido pelos Bancos a sociedade optou por negociar e manter uma parte significativa das linhas de curto prazo. Em 31 de Dezembro de 2015, a utilização das linhas de curto prazo de apoio à tesouraria era inferior a 1%. Os depósitos a prazo e outras aplicações de 9,6 milhões de euros correspondem a 22% do passivo remunerado.

Na tabela seguinte são apresentados os passivos financeiros (grupos relevantes) considerando os cash-flows contratuais não descontados:

	<u>até Dezembro 2016</u>	<u>de Dezembro de 2016 a 2028</u>
Empréstimos e descobertos bancários	6.723.548	16.572.686
Papel comercial	11.250.000	8.250.000
Fornecedores Imobilizado	11.033.651	-
Fornecedores	20.798.293	-
Fornecedores Locação Financeira	151.981	487.088
Outras contas a pagar	9.398.174	239.713
Acréscimos de gastos	9.566.224	-
Total	68.921.871	25.549.487

d) Risco de capital

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar no intervalo 35%-70%.

O rácio de alavancagem financeira em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi de 14% e 17%, respectivamente, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Empréstimos	43.435.303	38.831.817
Títulos negociáveis	-7.098.836	-
Caixa e depósitos bancários	-14.471.082	-13.566.782
Endividamento líquido	21.865.385	25.265.035
Capital próprio	135.046.003	126.313.585
Capital total	156.911.388	151.578.620
Rácio de alavancagem financeira	14%	17%

Apesar do objectivo de situar o rácio de alavancagem financeira no intervalo 35%-70%, por prudência, face aos constrangimentos recentes dos mercados financeiros, em 2015 e 2014, registamos um rácio 14% e 17%, respectivamente.

3.2 Estimativa de justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados activos (por exemplo derivados negociados publicamente, títulos para negociação e disponíveis para venda) é

determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de demonstração consolidada da posição financeira. O preço do mercado usado para os activos financeiros do Grupo é o preço recebido pelos accionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal de contas a receber (deduzido de ajustamentos de imparidade) e a pagar é assumido como aproximado do seu justo valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

O grupo efectua estimativas e premissas sobre o futuro. A contabilização resultante das estimativas raramente irá, por definição, corresponder aos resultados reais relatados. As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são:

a) Estimativa de imparidade do Goodwill

O Grupo testa anualmente se existe ou não imparidade do Goodwill (ou em cada período de relato, em que se verifique a existência de indícios de imparidade), de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.5. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas (Nota 9).

Se a margem bruta real for inferior ou a taxa de desconto, após impostos, superior às estimativas dos gestores, as perdas de imparidade do Goodwill poderão ser superiores às registadas.

b) Impostos sobre o Rendimento

O Grupo está sujeito a Impostos sobre o Rendimento em Portugal (ao abrigo do RETGS), Espanha (consolidado fiscal) e Angola. É necessário julgamento significativo para determinar a estimativa de imposto sobre o rendimento, dado existirem inúmeras transacções e cálculos, para as quais, a determinação final dos impostos é incerta durante o curso normal dos negócios. O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efectuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

c) Provisões

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

d) Activos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas do sector ao nível internacional.

5. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

5.1. As empresas do Grupo incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 são as seguintes:

Firma	Sede	% Participação	
		Dez-15	Dez-14
<u>Empresa mãe</u>			
Ibersol SGPS, S.A.	Porto	mãe	mãe
<u>Empresas filiais</u>			
Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Ibersol Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Ibersande Restauração, S.A.	Porto	80%	80%
Ibersol Madeira e Açores Restauração, S.A.	Funchal	100%	100%
Ibersol - Hotelaria e Turismo, S.A.	Porto	100%	100%
Iberking Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Iberaki Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Restmon Portugal, Lda	Porto	61%	61%
Vidisco, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Inverpeninsular, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.	Porto	100%	100%
Ferro & Ferro, Lda.	Porto	100%	100%
Asurebi SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Charlotte Develops, SL	Madrid-Espanha	100%	100%
Firmoven Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	Porto	98%	98%
Eggon SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Anatir SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Lurca, SA	Madrid-Espanha	100%	100%
Q.R.M.- Projectos Turísticos, S.A	Porto	100%	100%
Sugestões e Opções-Actividades Turísticas, S.A	Porto	100%	100%
Resboavista- Restauração Internacional, Lda	Porto	100%	100%
José Silva Carvalho Catering, S.A	Porto	100%	100%
(a) Iberusa Central de Compras para Restauração ACE	Porto	100%	100%
(b) Vidisco, Pasta Café Union Temporal de Empresas	Vigo - Espanha	100%	100%
Maestro - Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.	Porto	100%	100%
SEC - Eventos e Catering, S.A.	Porto	100%	100%
IBERSOL - Angola, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%
HCI - Imobiliária, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%
Gravos 2012, S.A.	Porto	98%	98%
<u>Empresas controladas conjuntamente</u>			
UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Porto	50%	50%

(a) Agrupamento Complementar de Empresas que actua como Central de Compras e de Logística e assegura o aprovisionamento dos respectivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção.

(b) Union Temporal de Empresas constituída em 2005 e que ao longo do ano funcionou como Central de Compras em Espanha, assegurando o aprovisionamento de matérias-primas dos respectivos restaurantes.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. À entidade conjuntamente controlada UQ Consult foi aplicado o método de equivalência patrimonial em função da percentagem de participação detida pelo grupo (Nota 2.2).

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

5.2. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

5.2.1. Aquisição de novas sociedades

Em Dezembro de 2014, foi adquirido 20% da sociedade Gravos 2012, S.A., pelo montante de 225.000 EUR.

Da aquisição não resultou qualquer goodwill, nos termos da política definida na nota 2.2.a), dado que o grupo já detinha o controlo desta subsidiária.

	% Interesses não controlados	Dez-14
Activos líquidos adquiridos		
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	137.131	777.825
Outros activos	2.976	16.880
Caixa e depósitos bancários	140	796
Outros passivos	-826	-4.683
	<u>139.421</u>	<u>790.818</u>
Goodwill (Nota 9)	85.579 (1)	
Interesses não controlados	-	
Preço de aquisição	<u>225.000</u>	

(1) montante registado em Goodwill no ano de 2014, reclassificado para capital próprio em 2015.

5.2.2. Alienações

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 não ocorreram alienações de subsidiárias.

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Administração da Ibersol monitoriza o negócio com base na seguinte segmentação (Nota 2.3):

SEGMENTO	MARCAS					
	Restaurantes	Pizza Hut	Pasta Caffè	Flor d'Oliveira	Pizza Movil	
Counters	KFC	O'Kilo	Miit	Burguer King	Pans/Bocatta	Quiosques
Concessões e Catering	Sol (AS)	Concessões	Catering	Lojas conveniência		

Os resultados por segmento nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 são:

	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	Outros, eliminações e ajustamentos	Total Grupo
31 DE DEZEMBRO 2015					
Cliente Inter-segmento	-	-	-	-	-
Cliente externo	69.141.017	119.125.556	25.052.360	388.670	213.707.603
Volume de Negócios	69.141.017	119.125.556	25.052.360	388.670	213.707.603
Royalties	3.030.938	5.399.306	230.784	-	8.661.029
Cash-flow operacional (EBITDA)	8.691.986	20.775.364	3.228.431	-	32.695.781
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	3.216.009	6.031.808	4.879.339	246.629	14.373.786
Resultado operacional (EBIT)	5.475.977	14.743.556	-1.650.908	-246.629	18.321.995

31 DE DEZEMBRO 2014	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	Outros, eliminações e ajustamentos	Total Grupo
Cliente Inter-segmento	-	-	-	-	-
Cliente externo	66.951.519	97.323.530	22.809.607	382.239	187.466.894
Volume de Negócios	66.951.519	97.323.530	22.809.607	382.239	187.466.894
Royalties	2.820.296	4.105.080	201.332	-	7.126.709
Cash-flow operacional (EBITDA)	7.002.300	15.296.892	3.418.524	-330.792	25.386.924
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	3.773.884	4.838.952	5.545.306	293.705	14.451.847
Resultado operacional (EBIT)	3.228.416	10.457.940	-2.126.782	-624.497	10.935.077

Outros elementos dos segmentos incluídos na demonstração do rendimento integral consolidado são:

	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015				
	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	Outros, eliminações e ajustamentos	Grupo
Depreciações (Nota 8)	2.484.312	4.889.933	1.276.421	233.115	8.883.781
Amortizações (Nota 9)	362.056	565.119	503.715	13.514	1.444.404
Imparidade dos activos fixos tangíveis (Nota 8)	369.641	463.867	1.948.056	-	2.781.564
Imparidade dos activos intangíveis (Nota 9)	-	-	1.151.148	-	1.151.148
Imparidade das contas a receber (Nota 15)	-32.442	-13.958	78.189	-	31.789

	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014				
	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	Outros, eliminações e ajustamentos	Grupo
Depreciações (Nota 8)	2.451.409	4.054.146	1.450.901	274.280	8.230.736
Amortizações (Nota 9)	407.593	495.159	618.276	19.425	1.540.454
Imparidade dos activos fixos tangíveis (Nota 8)	914.881	326.453	2.174.929	-	3.416.263
Imparidade dos activos intangíveis (Nota 9)	-	-	1.301.200	-	1.301.200
Imparidade das contas a receber (Nota 15)	305.390	98.050	-25.828	-	377.612

Os activos, passivos e investimentos dos segmentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 são:

31 DE DEZEMBRO 2015	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	Outros, eliminações e ajustamentos	Total Grupo
Activos	62.722.766	127.693.545	28.924.042	8.618.218	227.958.572
Passivos	13.350.216	28.521.294	8.464.307	52.457	50.388.274
Investimento líquido (Notas 8 e 9)	3.816.583	21.300.336	1.308.856	-	26.425.775

31 DE DEZEMBRO 2014	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	Outros, eliminações e ajustamentos	Total Grupo
Activos	64.539.271	108.109.088	34.890.786	8.606.748	216.145.893
Passivos	14.523.017	23.787.326	7.032.682	57.416	45.400.440
Investimento líquido (Notas 8 e 9)	394.582	20.837.294	1.729.567	-	22.961.443

Os activos e passivos não alocados aos segmentos são:

	ANO 2015		ANO 2014	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Impostos diferidos	3.294.546	10.046.125	531.418	7.702.843
Imposto corrente	144.108	1.390.543	9.859	1.257.399
Empréstimos de curto prazo	-	18.125.529	-	14.803.757
Empréstimos de médio e longo prazo	-	25.309.774	-	24.028.060
Instrumentos financeiros derivados	-	181.602	-	-
Investimentos financeiros	402.591	-	370.058	-
Investimentos financeiros - MEP UQ	2.417.891	-	2.448.856	-
Outros activos financeiros	7.098.836	-	-	-
Provisões	-	828.705	-	-
Total	13.357.972	55.882.278	3.360.191	47.792.059

O detalhe de réditos e activos não correntes por geografia a 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, apresenta-se como segue:

31 DE DEZEMBRO 2015	Portugal (1)	Espanha	Grupo
Restauração	164.017.917	46.811.097	210.829.014
Mercadorias	619.490	1.614.348	2.233.838
Prestação de Serviços	285.793	358.958	644.751
Volume de Negócio	164.923.200	48.784.403	213.707.603
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	134.313.368	18.751.645	153.065.013
Goodwill	7.605.482	32.903.527	40.509.009
Impostos diferidos activos	2.869.377	425.169	3.294.546
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas	2.417.891	-	2.417.891
Outros Investimentos financeiros	402.591	-	402.591
Outros activos financeiros	7.098.836	-	7.098.836
Outros activos não correntes	-	1.408.996	1.408.996
Total de activos não correntes	154.707.545	53.489.337	208.196.882
31 DE DEZEMBRO 2014	Portugal (1)	Espanha	Grupo
Restauração	142.361.743	42.270.638	184.632.381
Mercadorias	637.518	1.534.337	2.171.855
Prestação de Serviços	304.130	358.528	662.658
Volume de Negócio	143.303.391	44.163.503	187.466.894
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	127.044.436	18.559.268	145.603.704
Goodwill	7.691.061	32.903.527	40.594.588
Impostos diferidos activos	127.689	403.729	531.418
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas	2.448.856	-	2.448.856
Outros Investimentos financeiros	370.058	-	370.058
Outros activos financeiros	-	-	-
Outros activos não correntes	-	1.487.814	1.487.814
Total de activos não correntes	137.682.100	53.354.338	191.036.438

(1) Angola incluída no segmento de Portugal, pela ainda reduzida dimensão das suas operações.

7. FACTOS NÃO USUAIS E NÃO RECORRENTES

Nos exercícios de 2015 e 2014 não se registaram quaisquer factos não usuais e não recorrentes.

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos	Outros Activos fixos tangíveis	Activos Tangíveis em curso (1)	Total
01 de Janeiro de 2014						
Custo	5.263.616	132.381.815	69.148.910	15.714.983	2.246.141	224.755.467
Depreciação acumulada	-	31.624.056	52.577.587	12.909.260	-	97.110.902
Imparidade Acumulada	-	5.846.597	615.812	62.515	-	6.524.924
Valor líquido	5.263.616	94.911.162	15.955.512	2.743.209	2.246.141	121.119.640
31 de Dezembro de 2014						
Valor líquido inicial	5.263.616	94.911.162	15.955.512	2.743.209	2.246.141	121.119.640
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Conversão cambial	71.797	348.974	103.958	18.384	148.796	691.909
Adições	-	8.000.737	3.456.236	1.702.727	9.231.887	22.391.587
Diminuições	-	277.608	160.181	3.745	17	441.551
Transferências	1.972.876	83.903	-	574	-2.061.943	-4.590
Depreciação exercício	-	3.425.120	3.991.117	814.494	-	8.230.731
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade exercício	-	3.416.264	-	-	-	3.416.264
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-	-
Valor líquido final	7.308.289	96.225.784	15.364.408	3.646.655	9.564.864	132.110.000
31 de Dezembro de 2014						
Custo	7.444.433	138.429.980	70.718.503	17.057.427	9.564.864	243.215.209
Depreciação acumulada	-	34.496.057	54.791.463	13.348.258	-	102.635.777
Imparidade Acumulada	-	7.844.284	562.633	62.515	-	8.469.432
Valor líquido	7.444.433	96.089.640	15.364.408	3.646.655	9.564.864	132.110.000
31 de Dezembro de 2015						
Valor líquido inicial	7.444.433	96.089.640	15.364.408	3.646.655	9.564.864	132.110.000
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Conversão cambial	-455.293	-993.314	-319.677	-73.998	-779.806	-2.622.088
Adições	833.571	14.095.614	6.587.413	2.520.021	131.654	24.168.273
Diminuições	0	275.933	169.302	13.776	0	459.012
Transferências	4.140.938	2.453.987	1.375.694	635.587	-8.504.897	101.310
Depreciação exercício	-	3.845.385	4.181.118	857.312	-	8.883.815
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade exercício	-	2.929.579	-	-	-	2.929.579
Reversão de imparidade	-	-148.054	-	-	-	-148.054
Valor líquido final	11.963.649	104.743.084	18.657.418	5.857.177	411.815	141.633.143
31 de Dezembro de 2015						
Custo	11.963.649	150.435.664	76.028.676	19.707.381	411.815	258.547.187
Depreciação acumulada	-	36.522.989	56.954.512	13.802.872	-	107.280.372
Imparidade Acumulada	-	9.169.591	416.747	47.333	-	9.633.671
Valor líquido	11.963.649	104.743.084	18.657.418	5.857.177	411.815	141.633.143

(1) os movimentos no exercício 2014 dizem, fundamentalmente, respeito aos restaurantes KFC em Angola. Em 2015 referem-se aos restaurantes KFC em Angola e Burguer King em Portugal, cuja abertura ocorreu neste exercício.

Os investimentos do ano 2014 em imobilizado firme, no montante de cerca 13 milhões, dizem respeito a abertura de novas unidades e remodelação das existentes, em Portugal e em Espanha.

Em 2015, as adições no montante de cerca de 24 milhões de euros, referem-se fundamentalmente a aberturas de restaurantes KFC em Angola e Burguer King e Pizza Hut em Portugal.

Em 2015 e 2014, para as unidades SOL, um conjunto de restaurantes localizados em diferentes auto-estradas e ex-scuts, foram efectuados testes de imparidade, dado existirem indícios. Adicionalmente foram efetuados testes de imparidade, em 2015, para os restantes restaurantes do grupo Ibersol com indícios de imparidade

Em 2014, dos testes efetuados resultou a necessidade de registar uma imparidade no montante de 3.476.131 euros, nas unidades SOL, dos quais 2.174.931 euros referentes a ativos tangíveis e 1.301.200 euros relativos a ativos intangíveis, conforme segue:

Ano 2014			
Unidade	Valor recuperável (valor de uso)	Valor contabilístico dos ativos	Perda por imparidade
Unidades Sol (1 unidade)	-4.037	278.798	278.798
Unidades Sol (1 unidade)	2.078.680	1.852.690	-
Unidades Sol (7 unidades)	4.196.803	7.394.136	3.197.333
TOTAL	6.271.446	9.525.624	3.476.131

Nos testes de imparidade em 2014 foram usados os seguintes pressupostos:

Taxa de crescimento na perpetuidade
Portugal 3,00% (1% real + 2% inflação)

Taxa de desconto do período 5 anos/perpetuidade
Portugal 7,7%/6,8%

Decorrente da evolução ocorrida no ano de 2015, nomeadamente nas unidades SOL, nas quais as expectativas de contexto formuladas em 2014 não se concretizaram, dos testes efetuados aos restaurantes do grupo Ibersol com indícios de imparidade, resultou a necessidade de registar imparidade no montante de 4.080.727 euros, dos quais 2.929.579 euros referentes a ativos tangíveis e 1.151.148 euros relativos a ativos intangíveis, conforme segue:

Ano 2015			
Unidade	Valor recuperável (valor de uso)	Valor contabilístico dos ativos	Perda por imparidade
Unidades Sol (7 unidades)	914.105	4.013.310	3.099.204
Pizza Hut (1 unidade)	-	125.786	125.786
Pasta Caffè (1 unidade)	-	110.348	110.348
Miit (2 unidades)	125.406	589.234	463.827
Pizza Movil (2 unidades)	71.074	352.635	281.561
TOTAL	1.110.585	5.191.312	4.080.727

Nos testes de imparidade em 2015 foram usados os seguintes pressupostos:

Taxa de crescimento na perpetuidade
Portugal 3,00% (1% real + 2% inflação)
Espanha 3,00% (1% real + 2% inflação)

Taxa de desconto
Portugal 6,80%
Espanha 6,00%

A taxa de desconto apresentada é líquida de imposto e foi calculada com base na metodologia WACC (Weighted Average Cost of Capital).

Pressupostos utilizados nos testes de imparidade unidades Sol

A taxa de crescimento das vendas de cada unidade depende da evolução prevista para o tráfego nos diferentes troços das auto-estradas e da taxa de captação das áreas de serviço e especialmente das unidades de restauração. A decisão de iniciar a cobrança de portagens nas auto-estradas (ex-Scuts) afetou muito negativamente a exploração das áreas de serviço (gasolineiras e restauração) devido à queda acentuada do tráfego e simultaneamente à alteração de hábitos de consumo. Nos últimos dois anos iniciou-se uma recuperação do tráfego, ainda que a um ritmo lento e muito diferenciado de troço para troço.

As variáveis críticas deste negócios (unidades SOL) são idênticas às das demais unidades de restauração: n.º transações e receita por transação.

A receita por transação que tinha sofrido uma quebra substancial em 2012 tem vindo a recuperar com tendência a estabilizar. A evolução do n.º de transações não tem, em algumas localizações, evoluído de forma idêntica à dos outros negócios de restauração porque está dependente de circunstâncias específicas:

- evolução do tráfego e condições alternativas nos diferentes troços;
- captação do tráfego das unidades localizadas nesses troços.

A captação parece ter vindo a ser influenciada por fatores difíceis de mensurar:

- peso das “low costs” na oferta de venda de combustíveis;
- alargamento nas lojas de conveniência das bombas da gama de restauração
- ritmo de recuperação dos hábitos de consumo de restauração nas áreas de serviço.

Com o decorrer do tempo a evolução do tráfego, em cada troço, começa a apresentar uma tendência consistente, porém a evolução da taxa de captação de clientes é, pelo exposto, uma variável que tem evoluído de forma menos consistente em função de fatores cujo impacto se tem revelado difícil de antecipar com razoável grau de segurança, já que nem sempre o comportamento do ano anterior permite perspectivar adequadamente a evolução futura

Atendendo às flutuações referidas, o cenário de partida de cada ano, que é traduzido no orçamento anual, tem sofrido ajustamentos que se têm refletido nas imparidades evidenciadas, apesar de se procurar adotar uma perspetiva realista para a projeção a muito longo prazo.

Em 2014, a análise da sensibilidade à taxa de desconto apresenta-se como segue:

Taxa de desconto	Imparidade	Imparidade adicional	Observações
5,85%	2.748.538		
6,35%	3.126.871		
6,85%	3.476.131		Valor da imparidade registada
7,35%	3.798.761	322.630	
7,85%	4.096.980	620.849	(1)
8,35%	4.458.541	982.410	
8,85%	4.876.131	1.400.000	(1)

(1) para uma variação da taxa de desconto da perpetuidade de 1% e 2% resultaria uma perda adicional de 620.000 euros e 1.400.000 euros, respectivamente.

Em 2014, a análise da sensibilidade à taxa de crescimento das vendas apresenta-se como segue:

Crescimento das vendas no período	Imparidade	Imparidade adicional	Observações
mais 2% que a base	843.678		
mais 1% que a base	1.876.073		
base: entre 2% e 6% (*)	3.476.131		imparidade registada
menos 1% que a base	5.155.898	1.679.767	
menos 2% que a base	6.773.503	3.297.372	

* função da localização e tendência de evolução do tráfego do ano de 2014

Em 2015, a análise da sensibilidade à taxa de desconto apresenta-se como segue:

Taxa de desconto	Imparidade	Imparidade adicional	Observações
5,80%	3.791.703		
6,30%	3.922.192		
6,80%	4.080.721		Valor da imparidade registada
7,30%	4.130.080	49.359	(1)
7,80%	4.224.054	143.333	(1)

(1) para uma variação da taxa de desconto da perpetuidade de 0,5% e 1% resultaria numa perda adicional de 49.000 euros e 143.000 euros, respectivamente.

Em 2015, a análise da sensibilidade à taxa de crescimento das vendas apresenta-se como segue:

Crescimento das vendas no período	Imparidade	Imparidade adicional	Observações
mais 2% que a base	2.492.664		
mais 1% que a base	3.343.331		
base: entre 2% e 6% (*)	4.080.721		imparidade registada
menos 1% que a base	4.747.327	666.606	
menos 2% que a base	5.556.998	1.476.277	

* função da localização e tendência de evolução do tráfego do ano de 2015

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os bens utilizados em regime de locação financeira são os seguintes:

	2015		2014	
	Valor Buto	A. Acumuladas	Valor Buto	A. Acumuladas
Terrenos e edifícios	4.168	104	-	-
Equipamentos	638.400	44.459	-	-
Outros activos fixos tangíveis	53.517	3.345	-	-
	696.086	47.908	-	-

No exercício de 2015 foram celebrados novos contratos de leasing no montante de 696.086 eur.

No exercício de 2015, foram capitalizados cerca de 151 mil euros relativos ao custo dos empréstimos para financiar o investimento em Angola, sendo o valor acumulado a 31 de Dezembro de 2015 cerca de 679 mil euros.

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL

Os activos intangíveis e o goodwill decompõem-se como se segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Goodwill	40.509.009	40.594.588
Activos intangíveis	11.431.869	13.493.705
	<u>51.940.878</u>	<u>54.088.293</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis e goodwill, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Goodwill	Propriedade Industrial	Outros Activos intangíveis	Activos Intangíveis em curso (1)	Total
01 de Janeiro de 2014					
Custo	42.370.687	21.249.053	5.296.349	2.410.920	71.327.009
Amortização acumulada	-	7.488.729	4.933.428	-	12.422.157
Imparidade acumulada	1.861.678	1.210.397	70.110	-	3.142.185
Valor líquido	<u>40.509.009</u>	<u>12.549.927</u>	<u>292.811</u>	<u>2.410.920</u>	<u>55.762.668</u>
31 de Dezembro de 2014					
Valor líquido inicial	40.509.009	12.549.927	292.811	2.410.920	55.762.668
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-
Conversão cambial	-	47.787	20	17.895	65.702
Adições	85.579	924.064	39.904	62.763	1.112.310
Diminuições	-	5.023	2.103	-	7.126
Transferências	-	-699.941	699.941	-3.608	-3.608
Amortização do exercício	-	1.118.603	421.851	-	1.540.454
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	-	1.301.200	-	-	1.301.200
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-
Valor líquido final	<u>40.594.588</u>	<u>10.397.011</u>	<u>608.722</u>	<u>2.487.970</u>	<u>54.088.292</u>
31 de Dezembro de 2014					
Custo	42.456.266	21.231.044	5.969.250	2.487.970	72.144.530
Amortização acumulada	-	8.322.510	5.290.418	-	13.612.928
Imparidade acumulada	1.861.678	2.511.522	70.110	-	4.443.310
Valor líquido	<u>40.594.588</u>	<u>10.397.012</u>	<u>608.722</u>	<u>2.487.970</u>	<u>54.088.293</u>
31 de Dezembro de 2015					
Valor líquido inicial	40.594.588	10.397.012	608.722	2.487.970	54.088.293
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-
Conversão cambial	-	-77.506	-	-37.454	-114.960
Adições	-	2.242.182	109.736	442.757	2.794.675
Diminuições	-	7.075	71.086	-	78.161
Transferências	-85.579	66.401	-	-2.134.239	-2.153.417
Amortização do exercício	-	1.141.796	302.608	-	1.444.404
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	-	1.151.148	-	-	1.151.148
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-
Valor líquido final	<u>40.509.009</u>	<u>10.328.070</u>	<u>344.764</u>	<u>759.034</u>	<u>51.940.878</u>
31 de Dezembro de 2015					
Custo	42.370.687	23.375.701	5.918.825	759.034	72.424.247
Amortização acumulada	-	9.386.529	5.534.246	-	14.920.775
Imparidade acumulada	1.861.678	3.661.102	39.815	-	5.562.594
Valor líquido	<u>40.509.009</u>	<u>10.328.070</u>	<u>344.764</u>	<u>759.034</u>	<u>51.940.878</u>

(1) em 2014, o saldo da rubrica activos intangíveis em curso diz respeito, fundamentalmente, às 3 concessões ainda por abrir nas áreas de serviço de Guimarães, Fafe e Paredes, áreas de serviço. Em 2015, este montante foi reclassificado para outras contas a receber (Nota 15).

(2) as adições do ano 2015 referem-se, essencialmente, ao alargamento do prazo do contrato de franquia celebrado com a Burger King.

A propriedade industrial inclui as concessões e os direitos territoriais do grupo.

A 31 de Dezembro de 2015, as concessões e os direitos territoriais do grupo, incluídas na rubrica Propriedade industrial, e a respectiva vida útil associada, são apresentados como segue:

Direitos Territoriais	N.º anos	Ano limite de utilização
Pans & Company	10	2016 (1)
Burger King	20	2035 (2)
Direitos de Concessão	N.º anos	Ano limite de utilização
Área Serviços da Lusoponte	33	2032
Marina Expo	28	2026
Área Serviço Repsol 2ª Circular	18	2017
Marina de Portimão	60	2061
Área de serviço A8 Torres Vedras	20	2021
Área Serviço Aeroporto	20	2021
Pizza Hut Setúbal	14	2017
Pizza Hut Foz	10	2020
Pizza Hut e Pasta Caffé Cais Gaia	20	2024
Área Serviço Modivas	28	2031
Áreas Serviço Barcelos	30	2036
Áreas Serviço Alvão	30	2036
Áreas Serviço Lousada (Felgueiras)	24	2030
Áreas Serviço Vagos	24	2030
Áreas Serviço Aveiro	24	2030
Áreas Serviço Ovar	24	2030
Áreas Serviço Gulpilhares (Vilar do Paraíso)	24	2030
Áreas Serviço Talhada (Vouzela)	25	2031
Áreas Serviço Viseu	25	2031
Áreas Serviço Matosinhos	24	2030
Áreas Serviço Maia	26	2032

(1) contrato renovado em 01 de Março 2016, com termo em 31 de Dezembro de 2021;

(2) em Dezembro de 2015 foi antecipada a renovação deste contrato que agora termina, em 2035.

Com os mesmos pressupostos da taxa de desconto e crescimento enunciada na nota 8, concluiu-se da inexistência de imparidades adicionais para os activos intangíveis, para além dos montantes referidos na nota de activos fixos tangíveis.

A distribuição do Goodwill alocado aos segmentos apresenta-se como segue:

	Dez-15	Dez-14
Restaurantes	11.104.988	11.104.988
Counters	25.349.831	25.349.831
Concessões e Catering	3.874.469	3.874.469
Outros, eliminações e ajustamentos	179.721	265.300
	40.509.009	40.594.588

Em 2015, as alterações no Goodwill resultam da reclassificação para resultados transitados do montante de 85.579 eur, conforme Nota 5.2.1..

A alocação é feita como se segue, tendo em consideração o goodwill na aquisição das susidiárias:

UGC	Segmento
Lurca	Balcões
Vidisco	Restaurantes
Iberusa	58% Restaurantes, 17% balcões e 25% Concessões e Catering
QRM (catering)	Concessões e catering
Iberking	Balcões
Gravos	Não alocado
Angola	Balcões

Foram efectuadas avaliações com base no valor de uso calculado com base no método de Discounted Cash Flow (DCF) e que sustentam a recuperabilidade dos valores de goodwill.

Nos testes de imparidade efectuados, com os mesmos pressupostos da taxa de desconto e crescimento enunciada na nota 8, os valores a que se chegou são sustentados pelo desempenho histórico, pelas expectativas de desenvolvimento dos mercados e pelos planos estratégicos de desenvolvimento de cada negócio.

Não foram efectuadas análises de sensibilidade para o goodwill devido ao facto dos testes de imparidade realizados não revelarem indícios de perdas de imparidade caso se verificasse uma alteração razoável dos pressupostos chave.

10. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A decomposição dos investimentos financeiros apresenta-se como segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Investimentos Financeiros:		
Participações em entidades conjuntamente controladas (2)	2.417.891	2.448.856
Outros Investimentos financeiros (1)	402.591	370.058
	<u>2.820.482</u>	<u>2.818.914</u>
Perdas de imparidade acumuladas	-	-
	<u>2.820.482</u>	<u>2.818.914</u>

(1) Os outros investimentos financeiros dizem respeito a participações financeiras (inferiores a 20%) em entidades não cotadas.

(2) Montante referente ao empreendimento conjunto UQ Consult (Nota 5), cujo detalhe é o seguinte:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Goodwill (1)	2.168.982	2.168.982
Capital Próprio (2)	248.909	279.874
	<u>2.417.891</u>	<u>2.448.856</u>

(1) foi efectuado teste de imparidade da participação na UQ Consult, SA dado existir indícios de imparidade, conforme segue:

Goodwill	2.168.982
Outros activos líquidos	248.909
Total	<u>2.417.891</u>
Valor recuperável	<u>2.904.059</u>

Com os mesmos pressupostos da taxa de desconto e crescimento enunciada na nota 8, concluiu-se da inexistência de imparidade.

(2) a reconciliação do capital próprio e resultado líquido do empreendimento conjunto UQ Consult, apresenta-se como segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Capital próprio	497.819	559.742
	50%	50%
	<u>248.909</u>	<u>279.874</u>
Resultado líquido	-61.924	-97.868
	50%	50%
	<u>-30.962</u>	<u>-48.935</u>

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e a Demonstração de Fluxos de Caixa do empreendimento conjunto UQ Consult, integrado no grupo Ibersol, apresenta-se como segue:

Balanço	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Activos fixos tangíveis e intangíveis	637.820	682.821
Dívidas de terceiros	875.158	915.702
Caixa e depósitos bancários	76.278	19.172
Acréscimos e diferimentos	163.980	196.258
Total do activo	<u>1.753.236</u>	<u>1.813.953</u>
Capital Próprio	<u>497.819</u>	<u>559.742</u>
Dívidas a terceiros médio e longo prazo	127.811	-
Dívidas a terceiros curto prazo	858.310	981.880
Acréscimos e diferimentos	269.296	272.331
Total do passivo	<u>1.255.417</u>	<u>1.254.211</u>
Total do capital próprio e passivo	<u>1.753.236</u>	<u>1.813.953</u>

Demonstração de Resultados	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Proveitos operacionais	2.445.317	2.439.434
Custos operacionais	-2.459.029	-2.551.495
Custo de financiamento líquido	<u>-29.678</u>	<u>-21.724</u>
Resultado antes impostos	-43.390	-133.785
Imposto sobre o rendimento	<u>-18.534</u>	<u>35.917</u>
Resultado líquido	<u>-61.924</u>	<u>-97.868</u>

Demonstração de Fluxos de Caixa	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo das actividades operacionais	154.519	141.961
Fluxo das actividades de investimento	-38.155	-52.503
Fluxo das actividades de financiamento	<u>-109.258</u>	<u>-21.640</u>
Varição de caixa e seus equivalentes	<u>7.106</u>	<u>67.818</u>

11. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

A decomposição dos outros activos financeiros apresenta-se como segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Obrigações de tesouro	7.098.836	-
	<u>7.098.836</u>	<u>-</u>

O montante de activos financeiros, refere-se à aquisição de Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, reajustáveis em conformidade com a variação da taxa de câmbio, de referência do Banco Nacional de Angola para a compra de Dólares dos Estados Unidos da América, com taxas de juro do cupão predefinidas por maturidade, com as seguintes condições:

	1ª compra	2ª compra	3ª compra
Emissão	04-11-2015	24-11-2015	02-12-2015
Vencimento	27-10-2017	01-12-2017	24-11-2017
Câmbio BNA	134,634	134,642	134,638
Quantidade	2.073	2.070	2.073
Preço compra	2.367.350 €	2.364.065 €	2.367.421 €
Rentabilidade anual bruta	7%	7%	7%

12. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

A decomposição dos outros activos não correntes apresenta-se como segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Outros devedores:		
Depósitos e cauções (1)	693.974	703.550
Créditos concedidos a terceiros (2)	849.364	942.776
Outros activos não correntes	1.543.338	1.646.326
Perdas de imparidade acumuladas	134.342	158.512
	<u>1.408.996</u>	<u>1.487.814</u>

(1) este saldo é maioritariamente constituído por depósitos e cauções constituídos em Espanha, resultantes de contratos de arrendamento.

(2) dívidas resultantes do financiamento concedido a um franquiado, na filial Vidisco, com o qual existe um acordo de pagamento.

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados à dívida deste franquiado, por arrendamento financeiro e empréstimo, em 31 de Dezembro 2015, detalham-se como segue:

	FC 2017	FC 2018	FC 2019	FC 2020	FC 2021/24	FC 2025
Empréstimo	27.693	29.475	31.371	33.388	146.123	8.762
Arrendamento financeiro	46.002	44.763	56.308	55.462	235.675	-

Não existe histórico de não pagamento do franquiado da Vidisco, ao qual é atribuído uma classificação de “cumprimento com dificuldades”, dado o prazo de pagamento ser superior a 60 dias e ter existido uma renegociação das condições de pagamento em 2014.

13. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o detalhe das existências do grupo era o seguinte:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.602.010	5.892.549
Mercadorias	184.042	119.759
	<u>7.786.052</u>	<u>6.012.308</u>
Perdas de imparidade acumuladas	<u>74.981</u>	<u>74.981</u>
Existências líquidas	<u>7.711.071</u>	<u>5.937.327</u>

O aumento do valor das existências resulta, essencialmente, da necessidade de aumentar a quantidade de produtos para abastecer os restaurantes em Angola.

14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Numerário	694.890	604.978
Depósitos bancários	13.775.286	12.960.898
Aplicações de tesouraria	<u>906</u>	<u>906</u>
Caixa e depósitos bancários no balanço	14.471.082	13.566.782
Descobertos bancários	-45.875	-95.169
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa (1)	<u>14.425.207</u>	<u>13.471.613</u>

(1) não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis para uso do grupo Ibersol. Deste montante 2.671.851 eur estão depositados em Angola existindo restrições ao seu uso fora do país, nomeadamente autorização do BNA e acesso à compra de divisas.

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários (Nota 17).

O montante de outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional na demonstração consolidada de fluxos de caixa, inclui, essencialmente, pagamentos à Segurança Social, IVA e relacionados com outros devedores e credores.

15. OUTROS ACTIVOS CORRENTES E IMPOSTO S/ RENDIMENTO A RECUPERAR

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é o seguinte:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Clientes (1)	3.688.266	3.733.279
Estado e outros entes públicos (2)	203.710	219.434
Outros devedores (3)	4.876.466	3.331.421
Adiantamentos a fornecedores	94.089	321.639
Acréscimos de proveitos (4)	1.591.708	1.042.710
Custos diferidos (5)	1.781.688	1.693.763
Outros activos correntes	12.235.927	10.342.246
Perdas de imparidade acumuladas	1.442.527	1.386.568
	10.793.400	8.955.678

(1) Saldos decorrentes, essencialmente, da actividade de Catering desenvolvida pelo grupo Ibersol.

(2) Saldo decorrente, essencialmente, dos valores de IVA a recuperar (175.984 euros em 2015).

(3) Saldo diz respeito, fundamentalmente, a vales de refeição (entregues pelos clientes), adiantamentos diversos, saldos devedores de fornecedores c/c, débitos a fornecedores, pela recuperação de encargos e pelas participações de marketing e rappel. Adicionalmente, inclui o valor reclassificado de activos intangíveis em curso (Nota 9), no montante de 2.071.479 eur correspondente aos valores pagos pelas concessões cujas aberturas não se verificaram e que serão devolvidos em 2016.

(4) Detalhe da rubrica acréscimos de proveitos:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Juros a receber	129.080	84.548
Contratos com fornecedores	1.089.404	566.487
Outros	373.224	391.674
	1.591.708	1.042.710

(5) Detalhe da rubrica custos diferidos:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Rendas e condomínios	1.112.940	1.034.534
Fornecimento e serviços externos	249.786	138.004
Encargos com matérias primas	121.209	207.878
Outros	297.753	313.347
	1.781.688	1.693.763

As dívidas de Terceiros podem ser decompostas da seguinte forma em termos de imparidade:

	<u>Dez-15</u>		<u>Dez-14</u>	
	<u>c/ Imparidade</u>	<u>s/ Imparidade</u>	<u>c/ Imparidade</u>	<u>s/ Imparidade</u>
Clientes c/c	1.023.033	2.665.233	977.285	2.755.994
Outros devedores	419.493	4.456.973	409.282	2.922.139
	1.442.527	7.122.205	1.386.567	5.678.133

No que diz respeito às dívidas sem imparidade a sua antiguidade apresenta-se como segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
dívida não vencida	3.131.152	1.431.193
dívida vencida:		
há menos de 1 mês	952.865	789.238
entre um e três meses	742.384	1.381.945
há mais de três meses	<u>2.295.803</u>	<u>2.075.756</u>
	<u>7.122.205</u>	<u>5.678.133</u>

A principal actividade do Grupo é realizada com vendas pagas a dinheiro ou cartão de débito ou crédito (Nota 3.b), não sendo a mensuração da qualidade de crédito dos ativos não vencidos, nem em imparidade, relevante.

No catering, geralmente os clientes pagam por adiantamento, na contratação do evento. O montante de outros clientes corresponde essencialmente a companhias aéreas das concessões do aeroporto de Lisboa e ao contrato de prestação de serviços de catering a um concedente. E em Outros devedores, o saldo é constituído fundamentalmente por saldos devedores de fornecedores c/c, débitos a fornecedores pela recuperação de encargos e pelas participações de marketing e rappel e que não apresentam risco em virtude de estarem cobertos por créditos sobre os mesmos fornecedores.

Assim sendo, a 31 de Dezembro de 2015 as contas a receber, sem valores não vencidos e sem imparidade, apresenta-se como segue:

	<u>montante</u>	<u>Histórico incumprimento</u>
Clientes c/c franqueados	218.174	c/ histórico de incumprimento
Clientes c/c franqueados	109.608	s/ histórico de incumprimento
Clientes c/c catering	325.996	s/ histórico de incumprimento
Clientes c/c catering	10.240	c/ histórico de incumprimento
Outros clientes c/c	46.433	s/ histórico de incumprimento
Outros clientes c/c	40.445	c/ histórico de incumprimento
Outros devedores c/c	308.777	n/a
Ascendi - transferência de imob.curso	<u>2.071.479</u>	n/a
	<u>3.131.152</u>	

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2015 e de 2014 na rubrica perdas de imparidade das dívidas de terceiros foram os seguintes:

	<u>Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015</u>				
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Tranferência</u>	<u>Imparidade do ano (Nota 26)</u>	<u>Reversão imparidade (Nota 26)</u>	<u>Saldo final</u>
Clientes c/c	977.285	-	116.279	-70.532	1.023.033
Outros devedores corrente	409.282	24.170	-13.958	-	419.494
Outros devedores não corrente(Nota 12)	158.512	-24.170	-	-	134.342
	<u>1.545.080</u>	<u>-</u>	<u>102.321</u>	<u>-70.532</u>	<u>1.576.869</u>

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014					
Saldo inicial	Anulação	Imparidade do ano (Nota 26)	Reversão		Saldo final
			Imparidade do ano (Nota 26)	(nota 26)	
Cientes c/c	863.361	-	157.368	-43.444	977.285
Outros devedores corrente	304.107	-	105.175	-	409.282
Outros devedores não corrente(Nota 12)	-	-	158.512	-	158.512
	<u>1.167.468</u>	<u>-</u>	<u>421.055</u>	<u>-43.444</u>	<u>1.545.080</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 o montante de imposto s/ o rendimento a recuperar no montante de 144.108 euros (9.859 euros em 2014), apresenta-se conforme segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Outras retenções na fonte	141.588	2.341
IRC (Restmon)	<u>2.519</u>	<u>7.518</u>
	<u>144.108</u>	<u>9.859</u>

16. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 20.000.000 acções ao portador com o valor nominal unitário de 1 euro.

O grupo não efectuou qualquer transacção com acções próprias nos anos de 2015 e 2014. As acções próprias estão subordinadas ao regime fixado para as acções próprias que determina que os respectivos direitos de voto e patrimoniais estão suspensos enquanto se mantiverem na titularidade do grupo, sem prejuízo de poderem ser objecto de venda.

No final do ano a sociedade detinha 2.000.000 acções próprias adquiridas por 11.179.644 euros.

O montante de reservas indisponíveis do grupo, ascende a 15.179.645 e dizem respeito às reservas legais (4.000.001 euros) e a outras reservas, respeitantes às acções próprias detidas pelo grupo (11.179.644 euros).

Os valores a distribuir aos accionistas são apurados, com base nas contas individuais da sociedade, as quais apresentam disponível o montante de 60.207.070 euros.

Não existem limitações à capacidade da Ibersol de aceder ou usar ativos e liquidar passivos do grupo, para além das que eventualmente resultem da lei.

Adicionalmente, na face do balanço, foi efectuada uma desagregação adicional das rubricas de reservas, de forma a alinhar a demonstração consolidada de alteração de capitais próprios com a demonstração consolidada da posição financeira do grupo Ibersol.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os interesses não controlados detalham-se como segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Ibersande	4.905.211	4.754.197
IBR Imobiliária, S.A.	244.783	243.881
Gravos 2012	16.548	16.626
Restmon	-26.307	-19.270
Outros	-18.548	-18.548
	<u>5.121.687</u>	<u>4.976.886</u>

Os movimentos do ano 2015 e 2014 nos interesses não controlados decompõe-se como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A 1 de Janeiro	4.976.886	4.957.161
Aumentos (1)	144.800	159.146
Reduções (2)	-	-139.421
A 31 de Dezembro	<u>5.121.687</u>	<u>4.976.886</u>

(1) os movimentos no ano 2015 e 2014 dizem respeito aos resultados do ano dos interesses não controlados.

(2) Diminuição em 2014 resultante da compra de 18% da subsidiária Gravos 2012, S.A. aos interesses não controlados, conforme nota 5.2.1.

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o Balanço, a Demonstração dos Resultados e a Demonstração de Fluxos de Caixa do interesse não controlado Ibersande, integrada no grupo Ibersol, apresenta-se como segue:

Balanço	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Activos não correntes	20.246.752	20.541.655
Activos correntes	7.703.636	6.607.781
Total do activo	<u>27.950.388</u>	<u>27.149.436</u>
Capital Próprio (1)	<u>24.526.055</u>	<u>23.770.984</u>
Passivos não correntes	76.508	-
Passivos correntes	3.347.825	3.378.452
Total do passivo	<u>3.424.333</u>	<u>3.378.452</u>
Total do capital próprio e passivo	<u>27.950.388</u>	<u>27.149.436</u>

Demonstração de Resultados	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Proveitos operacionais	14.109.109	13.748.422
Custos operacionais	-13.586.152	-13.339.102
Custo de financiamento líquido	341.384	371.438
Resultado antes impostos	864.341	780.758
Imposto sobre o rendimento	-149.268	18.355
Resultado líquido (1)	<u>715.073</u>	<u>799.113</u>

Demonstração de Fluxos de Caixa	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo das actividades operacionais	777.712	758.869
Fluxo das actividades de investimento	305.783	-59.509
Fluxo das actividades de financiamento	-8.116	-1.848
Varição de caixa e seus equivalentes	<u>1.075.379</u>	<u>697.512</u>

(1) A reconciliação do capital próprio e resultado líquido do interesse não controlado Ibersande, apresenta-se como segue:

	Dez-15	Dez-14
Capital próprio	24.526.055	23.770.984
	20%	20%
	<u>4.905.211</u>	<u>4.754.197</u>
Resultado líquido	715.073	799.113
	20%	20%
	<u>143.015</u>	<u>159.823</u>

17. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os empréstimos correntes e não correntes tinham o seguinte detalhe:

Não corrente	Dez-15	Dez-14
Empréstimos bancários	16.572.686	15.278.060
Papel Comercial	8.250.000	8.750.000
Locação Financeira	487.088	-
	<u>25.309.774</u>	<u>24.028.060</u>
Corrente	Dez-15	Dez-14
Descobertos bancários	45.875	95.169
Empréstimos bancários	6.677.673	3.741.568
Papel Comercial	11.250.000	10.750.000
Instrumentos financeiros derivados (1)	-	217.020
Locação Financeira	151.981	-
	<u>18.125.529</u>	<u>14.803.757</u>
Total empréstimos	<u>43.435.303</u>	<u>38.831.817</u>
Taxa de juro média	<u>3,8%</u>	<u>4,3%</u>

(1) reclassificado para nota 20, em 2015.

O justo valor dos empréstimos correntes e não correntes não difere significativamente do valor contabilístico.

A maturidade dos empréstimos bancários e papel comercial, não correntes, é a seguinte:

	Dez-15	Dez-14
entre 1 e 2 anos	12.277.387	10.110.558
entre 2 e 5 anos	12.427.096	13.902.757
> 5 anos	118.203	14.746
	<u>24.822.686</u>	<u>24.028.060</u>

Para os Programas de Papel Comercial quando existe data de denúncia consideramos o reembolso integral nessa data, independentemente dos prazos pelos quais estão contratados.

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 o total dos empréstimos em dívida na moeda funcional em que foram contraídos, decompõem-se como segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
EUR	29.089.215	31.280.550
USD	2.000.000	3.125.000
AOA	1.747.708.332	610.208.343

O Grupo a 31 de Dezembro de 2015 tinha 21,6 milhões de euros relativos a papel comercial não emitido e linhas de crédito contratadas mas não utilizadas.

Não existem covenants nos empréstimos/papel comercial contratados à data de 31 de Dezembro de 2015 e de 2014.

Os Passivos de Locações Financeiras podem ser apresentados da seguinte forma:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Capital em dívida:		
Até 1 ano	151.981	-
Mais de 1 ano e até 5 anos	487.088	-
	<u>639.069</u>	<u>-</u>

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados a estes passivos em 31 de Dezembro 2015 detalham-se como segue:

	FC 2016	FC 2017	FC 2018	FC 2019	FC 2020	FC 2021/28
Empréstimos bancários	6.677.673	9.277.387	3.703.803	2.595.007	564.933	431.556
Papel comercial	11.250.000	3.000.000	3.250.000	2.000.000	-	-
Locação financeira	151.981	154.113	156.290	124.014	52.671	-
Juros	2.014.443	1.532.822	556.097	237.024	70.186	10.577

18. IMPOSTOS DIFERIDOS

18.1. Impostos diferidos passivos

O detalhe dos impostos diferidos passivos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

Impostos diferidos passivos	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Homogeneização de amortizações (1)	9.159.985	9.936.832
Perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente (2)	-	-2.986.362
Diferenças temporárias tributáveis Espanha (3)	718.378	645.100
Outras diferenças temporárias	167.762	107.273
	<u>10.046.125</u>	<u>7.702.843</u>

(1) impostos diferidos por homogeneização de amortizações correspondem ao diferencial de amortizações, entre as contas individuais e consolidadas que até 2010 eram elaboradas com critérios diferentes. Este valor reduzir-se-à ao longo dos anos.

(2) reclassificação de 2.986.362 eur para impostos diferidos activos, deixando de se fazer a compensação em impostos diferidos passivos.

(3) dizem respeito, essencialmente aos resultados do ano da central de compras Vidisco UTE, cuja incorporação nas suas participadas é efectuada com o diferimento de um ano, dando cumprimento ao normativo em vigor em Espanha.

18.2. Impostos diferidos activos

O detalhe dos impostos diferidos activos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte

Impostos diferidos activos

	Dez-15	Dez-14
Prejuízos fiscais reportáveis	122.890	259.367
Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis (1)	3.019.368	-
Outras diferenças temporárias	152.288	272.051
	3.294.546	531.418

(1) reclassificação de 2.986.362 eur de impostos diferidos passivos.

O Grupo não reconheceu, por razões de prudência, impostos diferidos activos no valor de 73.124 euros referentes a prejuízos fiscais de 348.209 euros que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros.

Os prejuízos fiscais reportáveis, e respectivos impostos diferidos ativos, por jurisdição são:

Ano limite de utilização	2017	2018	2026	2027	s/ limite	Total
Ano de origem	2012	2013	2014	2015		
<u>Portugal</u>						
com imposto diferido associado (21%)						-
sem imposto diferido associado	84.121	66.878	28.523	22.080		201.602
<u>Espanha</u>						
com imposto diferido associado (28%)					438.894	438.894
sem imposto diferido associado						
	<u>84.121</u>	<u>66.878</u>	<u>28.523</u>	<u>22.080</u>	<u>438.894</u>	<u>640.496</u>
<u>Imposto diferido ativo</u>						
Portugal						-
Espanha					122.890	122.890
					<u>122.890</u>	<u>122.890</u>
<u>Outras diferenças temporárias</u>						
Swap (Portugal)	40.860					
Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis	3.019.368					
Imparidade contas a receber (Espanha)	43.953					
Exc.amort.subsidiária Lurca(Espanha)	67.474					
	<u>3.171.656</u>					

A 31 de Dezembro de 2015 existem 27.848 euros de benefícios fiscais (CFEI) para utilizar em exercícios seguintes, até 2018, data limite para a sua utilização.

As taxas de imposto das jurisdições em que o Grupo se encontra presente são:

Portugal	21%
Espanha	28%
Angola	30%

Por não se verificarem ou não serem significativas, não foram reconhecidos impostos diferidos activos referentes a:

- utilização de ativo por impostos diferidos dependentes de lucros tributáveis futuros superiores a lucros provenientes da reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes;
- entidade sofreu um prejuízo fiscal, quer no período corrente quer no período precedente, na jurisdição fiscal com a qual se relaciona o ativo por impostos diferidos.

Os movimentos ocorridos no período nas rubricas de impostos diferidos são:

	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Impacto em Resultados (Nota 28)</u>
Saldo Inicial	531.418	7.702.843	
Diferenças temporárias no exercício	-205.241	-579.581	
Reclassificação de activo por passivo - imparidade de activos	2.986.362	2.986.362	
Alteração taxa imposto no exercício (Espanha)	-17.993	-63.499	
Saldo final	<u>3.294.546</u>	<u>10.046.125</u>	419.846

19. PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o detalhe das provisões apresenta-se como segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Litígios judiciais	5.257	5.257
Impostos (1)	828.705	-
Outros	28.000	26.861
Provisões	<u>861.962</u>	<u>32.118</u>

(1) provisão referente a benefícios fiscais decorrente do cálculo do IRC do exercício de 2014 em fase de confirmação da respetiva concretização.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o detalhe dos instrumentos financeiros derivados apresenta-se como segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Swap (1)	181.602	-
Instrumentos financeiros derivados	<u>181.602</u>	<u>-</u>

(1) montante reclassificado da rubrica empréstimos, em 2014.

Em 2012 a filial Asurebi contratou um derivado de cobertura para um Swap de taxa de juro com o objectivo de cobertura do risco de fluxos de caixa futuros. Em 2014, tendo sido alteradas as condições do financiamento a que está associado o swap foi ajustado ficando nas seguintes condições:

- Data inicio : 5 Setembro de 2015
- Data de vencimento: 15 Julho de 2019
- Taxa de juro fixa : 0,78%
- Taxa de juro variável: Euribor 1M
- Montante: 10 milhões de euros, a reduzir conforme plano de reembolso da dívida associada.

O referido derivado insere-se na categoria do nível 2, sendo a técnica de avaliação baseada numa abordagem de mercado (MTM).

A variação do justo valor do derivado encontra-se reflectida em resultado do exercício (35.418 euros, Nota 27) em virtude desta operação não ter sido registada nos termos da contabilidade de cobertura.

21. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Outros passivos não correntes" pode ser detalhada como segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Outros credores (1)	239.713	268.561
Fornecedores de imobilizado	-	-
Outros passivos não correntes	<u>239.713</u>	<u>268.561</u>

(1) inclui um valor de 225.976 euros, referente à dívida pela compra da subsidiária Vidisco, S.L..

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados a estes passivos em 31 de Dezembro 2015 detalham-se como segue:

	FC 2017	FC 2018	FC 2019	FC 2020	FC 2021	FC 2022/2023
Outros credores	42.585	28.848	28.848	28.848	28.848	81.736
Fornecedores de imobilizado	-	-	-	-	-	-

22. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

A decomposição das contas a pagar e acréscimos de custos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresenta-se como segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Fornecedores c/c	18.294.882	19.093.772
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.503.411	1.749.007
Fornecedores de imobilizado c/c	11.033.651	6.303.369
Total contas a pagar a fornecedores	<u>31.831.944</u>	<u>27.146.148</u>
	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Acréscimos de custos - Seguros a liquidar	74.294	40.865
Acréscimos de custos - Remunerações a liquidar	4.712.230	4.484.987
Acréscimos de custos - Prémios	927.286	746.991
Acréscimos de custos - Juros a liquidar	148.443	117.740
Acréscimos de custos - Fornec.Serviços Externos	3.076.374	3.081.901
Acréscimos de custos - Outros	627.597	915.468
Total acréscimos de custos	<u>9.566.224</u>	<u>9.387.952</u>
Total contas a pagar a fornec. e acréscimos de custos	<u>41.398.168</u>	<u>36.534.100</u>

23. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E IMPOSTO S/ RENDIMENTO A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Outros credores (1)	1.986.777	1.603.073
Estado e outros entes públicos (2)	6.020.854	5.587.781
Proveitos diferidos (3)	709.493	1.374.807
Outros passivos correntes	<u>8.717.124</u>	<u>8.565.661</u>

(1) montante diz fundamentalmente respeito a serviços prestados por terceiros e contas a pagar ao pessoal.

(2) saldo decorrente, essencialmente, dos valores de IVA a pagar (3.553.073 euros) e Segurança Social (1.883.934 euros).

(3) Na rubrica Proveitos Diferidos estão incluídos os seguintes valores:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Contratos com fornecedores (1)	547.603	1.232.690
Direitos de franquias	9.811	38.457
Subsidio para investimento	144.610	96.191
Outros	7.469	7.469
	<u>709.493</u>	<u>1.374.807</u>

(1) O valor dos contratos com fornecedores corresponde a receitas obtidas dos fornecedores até 31 de Dezembro e respeitantes a períodos seguintes.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o montante de imposto a pagar decompõem-se como segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
RETGS (1)	1.099.991	813.403
Grupo Inverpeninsular (2)	217.498	88.227
Outras (3)	73.054	355.769
	<u>1.390.543</u>	<u>1.257.399</u>

(1) montantes detalham-se conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pagamento especial por conta	-101.355	-82.239
Pagamento por conta	-1.652.622	-851.829
Retenções	-	-66.974
Estimativa de IRC - empresa-mãe	24.154	68.527
Estimativa de IRC - Grupo Fiscal (RETGS)	2.829.814	1.745.918
Total	<u>1.099.991</u>	<u>813.403</u>

(2) grupo fiscal de subsidiárias com sede em Espanha;

(3) por exclusão do RETGS, IRC a pagar das sociedades Ibersol Angola e Iberusa ACE.

24. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos em 2015 e 2014 podem ser decompostos como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Electricidade, água, combustíveis e outros fluídos	9.360.805	8.635.389
Rendas e alugueres	18.365.141	17.850.429
Condomínios	3.691.778	3.875.803
Comunicação	448.419	499.371
Seguros	421.776	401.159
Ferramentas e utensílios desgaste rápido e mat.escritório	1.275.435	1.018.999
Royalties	8.661.029	7.126.709
Deslocações e estadas e transporte mercadorias	1.341.904	1.243.512
Honorários	1.474.513	1.280.836
Conservação e reparação	4.541.013	4.339.766
Publicidade e propaganda	8.194.284	6.827.030
Limpeza, higiene e conforto	2.048.343	1.798.093
Trabalhos especializados	4.389.196	4.049.063
Outros FSE's	<u>1.947.575</u>	<u>1.802.743</u>
	<u>66.161.210</u>	<u>60.748.902</u>

O aumento destes custos está essencialmente associado ao aumento da atividade. O aumento do preço da energia e um maior esforço de campanhas de marketing justificam os incrementos adicionais das rubricas “Eletricidade, água, combustíveis e outros fluidos” e “Publicidade e propaganda”.

25. CUSTOS COM PESSOAL

Os Custos com o Pessoal em 2015 e 2014 podem ser decompostos como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários e ordenados	49.390.502	43.960.737
Contribuições para a Segurança Social	11.610.747	10.760.014
Seguros de acidentes de trabalho	538.865	475.563
Custos acção social	7.932	8.450
Alimentação pessoal	2.353.961	2.121.377
Outros custos com pessoal (1)	<u>576.367</u>	<u>597.988</u>
	<u>64.478.374</u>	<u>57.924.129</u>
N.º medio de empregados	<u>5.624</u>	<u>4.927</u>

(1) outros custos com pessoal englobam, nomeadamente, indemnizações, recrutamento e formação do pessoal e medicina no trabalho.

26. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Em Outros Custos Operacionais estão incluídos os seguintes custos:

Outros Custos Operacionais	2015	2014
Impostos directos/indirectos não afectos à actividade operacional	635.363	562.577
Perdas em imobilizado	497.424	354.434
Quotizações	31.601	32.710
Ajustamentos de imparidade (de dívidas a receber)	116.279	421.055
Donativos	35.693	35.368
Ofertas e amostras inventário	37.329	23.886
Perdas em existências	-	19.967
Dívidas incobráveis	-	25.959
Indemnizações	21.537	68.387
Outros custos operacionais	8.144	4.135
	1.383.370	1.548.479

Por sua vez, a decomposição de Outros Proveitos Operacionais em 2015 e 2014 apresenta-se como segue:

Outros Proveitos Operacionais	2015	2014
Proveitos suplementares (1)	1.962.398	1.778.452
Subsídios à exploração	155.530	167.883
Reversão de ajustamentos de imparidade (de dívidas a receber)	70.532	43.444
Subsídios para investimento	34.317	90.682
Ganhos em imobilizado	250	85.051
Outros ganhos operacionais	8.747	7.400
	2.231.774	2.172.911

(1) decorrem essencialmente de receitas relativas a contratos com fornecedores.

27. CUSTO DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

Nesta rubrica incluem-se em 2015 e 2014 os seguintes custos:

	2015	2014
Juros suportados	1.261.542	1.469.109
Juros obtidos	-72.663	-93.348
Diferenças de câmbio (1)	2.366.406	-130.457
Descontos de pronto pagamento obtidos	-9.321	-6.364
Outros custos e proveitos financeiros	733.787	601.513
	4.279.751	1.840.453

(1) a desvalorização do AKZ face às principais moedas, com especial destaque para o USD, originou diferenças de cambio desfavoráveis potenciais em Angola pela atualização dos ativos e passivos em moeda estrangeira.

O detalhe de outros custos e proveitos financeiros, apresenta-se como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Serviços bancários	313.533	250.483
Derivados - cobertura fluxos caixa (Nota 20)	-35.418	78.826
Comissões PPC	238.408	263.895
Outras comissões (1)	218.320	9.041
Outros custos e proveitos financeiros	-1.056	-731
	<u>733.787</u>	<u>601.513</u>

(1) montante referente, essencialmente, a comissões bancárias de garantias e de organização de financiamentos da subsidiária Ibersol Angola.

28. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 são detalhados como segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Imposto corrente	3.704.062	2.771.018
Imposto diferido (Nota 18)	-419.846	-1.640.563
	<u>3.284.216</u>	<u>1.130.455</u>

O imposto sobre o lucro do Grupo antes de impostos difere do montante teórico que resultaria da aplicação ao lucro consolidado da taxa média ponderada de impostos sobre lucros como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucros antes de impostos	14.011.282	9.045.689
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal (22,5%/24,5%)	3.152.538	2.216.194
Efeito fiscal gerado por:		
Alteração taxa imposto - efeito impostos diferidos	-81.492	-1.160.585
Efeito Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI)	-249.182	-152.789
Tributação autónoma	123.870	132.483
Derrama estadual	130.622	-
Desreconhecimento de imposto diferido activo	116.534	-
Outros efeitos	91.325	95.152
Gastos de Imposto sobre o Rendimento	3.284.216	1.130.455

A taxa efectiva de impostos sobre lucros foi de 23%. Em 2014 foi de 12%, sendo inferior à taxa nominal devido, essencialmente, à actualização dos impostos diferidos, pela alteração da taxa de IRC.

29. RESULTADO POR ACÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, o resultado básico e diluído por acção foi calculado como segue:

	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Lucro atribuível aos detentores do capital	10.582.266	7.756.088
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	20.000.000	20.000.000
Número médio ponderado de acções próprias	-2.000.000	-2.000.000
	<u>18.000.000</u>	<u>18.000.000</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	<u>0,59</u>	<u>0,43</u>
Resultado diluído por acção (€ por acção)	<u>0,59</u>	<u>0,43</u>
Número acções próprias no final do período	<u>2.000.000</u>	<u>2.000.000</u>

Dado não haver direitos de voto potenciais, o resultado básico por acção é igual ao resultado diluído por acção.

30. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 os activos e passivos financeiros detalham-se como segue:

Activos Financeiros	Categoria	Valor Contabilístico		Método Valorização
		Ano 2015	Ano 2014	
Outros activos não correntes	contas a receber	1.408.996	1.487.814	custo amortizado
Outros activos financeiros	Justo valor c/ var.em result.	7.098.836	-	custo
Outros investimentos financeiros	disponível para venda	402.591	370.058	custo
Caixa e equivalentes de caixa	contas a receber	14.471.082	13.566.782	custo amortizado
Clientes	contas a receber	3.688.266	3.733.279	custo amortizado
Estado e outros entes públicos	contas a receber	347.818	229.293	custo amortizado
Outros devedores	contas a receber	4.876.466	3.331.421	custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	contas a receber	94.089	321.639	custo amortizado
		<u>32.388.144</u>	<u>23.040.286</u>	
Passivos Financeiros	Categoria	Valor Contabilístico		Método Valorização
		Ano 2015	Ano 2014	
Empréstimos	outros passivos	42.796.234	38.831.817	custo amortizado
Locação financeira	outros passivos	639.069	-	custo amortizado
Fornecedores	outros passivos	31.831.944	27.146.148	custo amortizado
Estado e outros entes públicos	outros passivos	7.411.397	6.845.180	custo amortizado
Outros credores	outros passivos	2.226.490	1.871.634	custo amortizado
		<u>84.905.134</u>	<u>74.694.779</u>	

Apenas os Activos Financeiros (Clientes e Outros Devedores) apresentam perdas de imparidade, conforme evidenciado na Nota 15. Os ganhos e perdas em activos e passivos financeiros em 2015 e 2014 foram os seguintes:

	Ganho/ (Perda)	
	<u>Dez-15</u>	<u>Dez-14</u>
Contas a receber	-31.789	-377.612
Activos disponíveis para venda	-	-
Activos a custo amortizado	-	-
	<u>-31.789</u>	<u>-377.612</u>

Os juros de activos e passivos financeiros em 2015 e 2014 foram os seguintes:

	Juros	
	Dez-15	Dez-14
Contas a receber	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-
Passivos a custo amortizado	1.261.542	1.469.109
	1.261.542	1.469.109

As diferenças de câmbio de activos e passivos financeiros em 2015 e 2014 foram os seguintes:

	Diferenças de câmbio	
	Dez-15	Dez-14
Contas a receber	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-
Passivos a custo amortizado	2.366.406	-130.457
	2.366.406	-130.457

31. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 30 de Abril de 2015 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,055 euros por acção (0,055 euros em 2014), correspondendo a um valor total de 990.000 euros para as acções em circulação (990.000 euros em 2014), tendo sido efectuado o pagamento em 29 de Maio de 2015.

32. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

O Grupo possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio (relativas a licenciamentos, taxas de publicidade, higiene e segurança alimentar e colaboradores, sendo a taxa de sucesso da Ibersol nestes processos historicamente elevada). Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

A 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, as responsabilidades não registadas pelas empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta, conforme segue:

	Dez-15	Dez-14
Garantias bancárias	1.875.027	1.884.411

As garantias bancárias detalham-se, por tipo de cobertura, como segue:

<u>Concessões e rendas</u>	<u>Direcção Geral de Finanças e Recl. Processos Judiciais</u>	<u>Reclamações outros processos judiciais</u>	<u>Outros contratos fornecimento</u>
1.766.170	68.027	8.731	32.100

O montante relevante decorre das garantias exigidas pelos proprietários dos espaços em concessão (Ana Aeroportos) ou arrendados (alguns Shoppings).

33. COMPROMISSOS

Não existem compromissos relativos a investimentos contratados na data de aprovação destas Demonstrações Financeiras.

34. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas no grupo são:

- Accionistas
- Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa – 1.400 acções (*)
- Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira – 1.400 acções (*)
- ATPS - SGPS, SA – 10.981.701 acções

(*) os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Carlos Vaz Pinto de Sousa e a António Alberto Guerra Leal Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indirectamente, em partes iguais, através, respectivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

- Empreendimento conjunto - UQ Consult, S.A.

No que diz respeito aos saldos e transacções com entidades relacionadas, o valor global dos saldos e transacções do Grupo com o empreendimento conjunto UQ Consult diz essencialmente respeito a serviços de apoio e gestão de sistemas de informação e foi de, respectivamente, 664.604 e 2.373.754 euros.

- Administradores:

A sociedade accionista ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. presta serviços de administração e gestão do grupo, ao abrigo dum contrato de prestação de serviços com a participada Ibersol, Restauração, S.A., tendo recebido da participada Ibersol Restauração, S.A., por tais serviços, a quantia de 800.000 euros no ano de 2015 (756.034 em 2014) Entre as obrigações da ATPS -Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. inclui-se a de assegurar que os administradores da sociedade, António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus administradores qualquer remuneração.

35. IMPARIDADES

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2015 e 2014, na rubrica perdas de imparidade de activos foram os seguintes:

	Dez-15					Saldo final
	Saldo inicial	Transferência	Abates bens c/ imparidade	Imparidade do ano	Reversão imparidade	
Activos Fixos Tangíveis	8.469.432	-	-1.617.285	2.929.579	-148.054	9.633.672
Goodwill	1.861.678	-	-	-	-	1.861.678
Activos Intangíveis	2.581.631	-	-31.862	1.151.148	-	3.700.917
Existências	74.981	-	-	-	-	74.981
Outros activos correntes	1.386.567	24.170	-	102.321	-70.532	1.442.527
Outros activos não correntes	158.512	-24.170	-	-	-	134.342
	14.532.802	-	-1.649.147	4.183.048	-218.586	16.848.116

	Dez-14					Saldo final
	Saldo inicial	Anulação	Abates bens c/ imparidade	Imparidade do ano	Reversão imparidade	
Activos Fixos Tangíveis	6.524.924	-	-1.471.757	3.416.264	-	8.469.432
Goodwill	1.861.678	-	-	-	-	1.861.678
Activos Intangíveis	1.280.506	-	-75	1.301.200	-	2.581.631
Existências	74.981	-	-	-	-	74.981
Outros activos correntes	1.167.468	-	-	262.543	-43.444	1.386.567
Outros activos não correntes	-	-	-	158.512	-	158.512
	<u>10.909.557</u>	-	<u>-1.471.832</u>	<u>5.138.520</u>	<u>-43.444</u>	<u>14.532.802</u>

As perdas de imparidade, de activos fixos tangíveis e intangíveis, detalham-se como segue:

	Ano 2015		
	<u>Activos tangíveis</u>	<u>Activos intangíveis</u>	<u>Total</u>
Pizza Hut (1 unidade)	125.786	-	125.786
Pasta caffe (1 unidade)	110.348	-	110.348
Sol (7 unidades)	1.948.056	1.151.148	3.099.204
Pizza Móvil (2 unidades)	281.561	-	281.561
Miit (2 unidades)	463.827	-	463.827
	<u>2.929.578</u>	<u>1.151.148</u>	<u>4.080.726</u>

	Ano 2014		
	<u>Activos tangíveis</u>	<u>Activos intangíveis</u>	<u>Total</u>
Pizza Hut (5 unidades)	633.891	-	633.891
Pans (1 unidade)	136.184	-	136.184
Sol (8 unidades)	2.174.931	1.301.200	3.476.131
Pizza Móvil (3 unidades)	280.988	-	280.988
Okilo (1 unidade)	190.270	-	190.270
	<u>3.416.264</u>	<u>1.301.200</u>	<u>4.717.464</u>

Os abates de bens com perdas de imparidade associadas detalham-se como segue:

	<u>Ano 2015</u>		<u>Ano 2014</u>
Pizza Hut (2 unidades)	334.131	Pizza Hut (1 unidade)	223.039
Pans (2 unidades)	397.675	Pans (2 unidades)	350.773
Pasta Caffé (2 unidades)	196.159	Pasta Caffé (2 unidades)	494.089
Pizza Móvil (1 unidade)	196.669	Pizza Móvil (2 unidades)	299.378
Okilo (2 unidades)	343.062	Okilo (1 unidade)	104.552
KFC (1 unidade)	181.235		
Flor d'Oliveira (1 unidade)	<u>216</u>		
	<u>1.649.147</u>		<u>1.471.832</u>

36. NORMAS IFRS JÁ EMITIDAS OU REVISTAS E DE APLICAÇÃO FUTURA

1. Os impactos da adopção das normas e interpretações que se tornaram efectivas a 1 de Janeiro de 2015, são os seguintes:

Normas:

a) Melhorias às normas 2011 - 2013. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. A adoção desta alteração não teve qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

Interpretações:

a) IFRIC 21 (nova), 'Taxas'. A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento. A adoção desta alteração não teve qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

2. Normas e alterações a normas existentes publicadas mas cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015, e que a Ibersol decidiu não adotar antecipadamente:

Normas:

a) Melhorias às normas 2010 - 2012, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

b) IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. Esta norma não é aplicável à entidade, que não tem planos de benefícios definidos.

c) IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

d) IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Não estimamos que estas alterações tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios futuros.

e) IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Ativos tangíveis, com o conseqüente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. Esta norma não é aplicável à entidade.

f) IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Esta norma não é aplicável à entidade.

g) Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

h) IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

i) Melhorias às normas 2012 - 2014, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

j) IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

k) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de aprovação deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque, para além de se haver negociado a extensão do contrato de franquia da Pans até 2021 e se ter concluído com a Ascendi o acordo de compensação dos efeitos resultantes da introdução de portagens nas ex-SCUTS que se traduzirá numa contrapartida financeira anual ligada à evolução do tráfego.

38. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 05 de Abril de 2016.

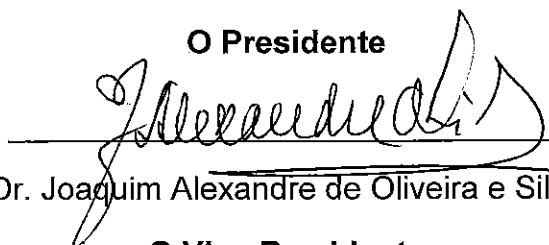
DECLARAÇÃO

Nos termos previstos na al. c) do nº1 do art.º 245º do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal informa, tanto quanto é do conhecimento dos seus membros e perante os elementos a que tivemos acesso, que a informação constante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IBERSOL-SGPS, SA, do ano de 2015, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da IBERSOL-SGPS, SA, e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. -----

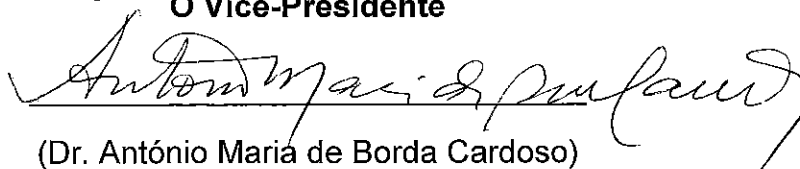
Porto, 06 de Abril de 2016

O Conselho Fiscal

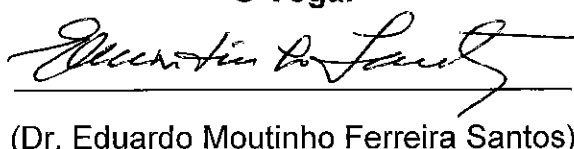
O Presidente


(Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva)

O Vice-Presidente


(Dr. António Maria de Borda Cardoso)

O Vogal


(Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Senhores Accionistas da IBERSOL - SGPS, SA: -----

Nos termos das normas legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre a sua acção fiscalizadora desenvolvida no exercício social de 2015, bem como sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da sociedade, apresentadas pelo Conselho de Administração e relativas ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2015. -----

1. Relatório da Actividade Fiscalizadora:

O Conselho Fiscal, no exercício das suas competências e nos termos do respectivo mandato, acompanhou a actividade desenvolvida pela sociedade e pelas suas participadas recebendo para o efeito informação do Conselho de Administração e do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo. -----

Ao longo do exercício o Conselho Fiscal realizou as suas reuniões trimestrais com a presença de todos os seus membros, onde foram analisadas as matérias sujeitas às suas atribuições e competências, e nelas estiveram presentes: o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, **Pricewaterhouse Coopers & Associados-SROC**, o qual propôs ao Conselho Fiscal, na primeira reunião anual, e deste obteve a anuência, o plano da sua actividade fiscalizadora, incluindo a destinada a: verificar a eficácia do sistema de gestão de risco, do controlo interno e da auditoria interna; a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e respectivas políticas contabilísticas; bem como os critérios valorimétricos, a regularidade dos livros e registos contabilísticos e respectivos documentos de suporte e, ainda, a verificação de bens e valores pertencentes à sociedade. Ao longo do exercício, o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo prestou ao Conselho Fiscal informações detalhadas sobre as acções desenvolvidas e as conclusões apuradas. ----

O Conselho Fiscal reuniu trimestralmente com o Conselho de Administração, de cujos membros recebeu informações sobre a evolução da actividade social e demais



IBERSOL, S.G.P.S., S.A.

esclarecimentos destinados à apreciação do conteúdo da informação financeira elaborada por aquele Orgão de Administração, em momento anterior à sua divulgação. -----

O Conselho Fiscal não registou constrangimentos no exercício da sua actividade e não recebeu participação de ocorrências ou a denúncia de quaisquer irregularidades por parte de accionistas, de colaboradores da sociedade, do Auditor Externo ou de outros. -----

O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em matéria de supervisão da actividade e independência do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, sendo de parecer que foram observadas as práticas recomendadas; e pronunciou-se favoravelmente pela prestação, pelo Auditor Externo, de serviços adicionais aos de auditoria, na medida em que considerou estar salvaguardada a sua independência, ser a respectiva contrapartida remuneratória enquadrada nas condições do mercado e, para além disso, ser do interesse da sociedade beneficiar dos conhecimentos e da pontualidade assegurada na prestação daqueles serviços. O valor dos serviços adicionais aos de auditoria não ultrapassou trinta por cento do valor global dos serviços prestados. -----

Não foram reportadas ao Conselho Fiscal, por inexistentes, quaisquer transacções entre a sociedade e accionistas ou partes relacionadas, na acepção da Recomendação da CMVM IV.1.2, que devessem ser submetidas ao seu parecer prévio por atingirem o nível de relevância estabelecido por esta entidade. -----

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão, individual e consolidado, e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respectivos anexos, incluindo o Relatório de Governo da Sociedade, relativos ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria apresentados pela **Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC**. -----

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Governo da Sociedade integrado no Relatório de Gestão, em cumprimento do disposto no nº 5 do Art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, recaindo a sua análise na inclusão, naquele Relatório de Governo, dos elementos referidos no Art.º 254º-A do Código dos Valores Mobiliários. -----

IBERSOL, S.G.P.S., S.A.

SEDE SOCIAL

Ed. Península, Praça do Bom Sucesso, nº 105/159 9º 4150 - 146 PORTOTIF: 351-22-608 9 700 Fax: 351-22-608 97 57
Capital Social 20 000 000 Euro C.R.C. Porto (Matricula No. 501 669 477) Pessoa Colectiva no. 501 669 477 Sociedade Aberta

2. Parecer:

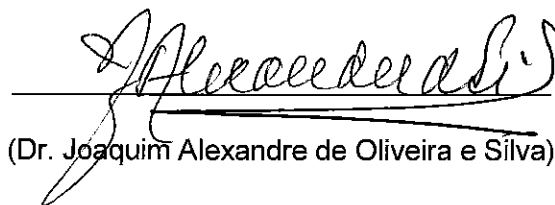
Face à análise realizada, é parecer do Conselho Fiscal que se encontram reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove: -----

- a) Os Relatórios de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidados, relativas ao exercício social de 2015, com os respectivos anexos, nomeadamente o Relatório de Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão e Contas consolidadas; e, -----
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.-----

Porto, 06 de Abril de 2016

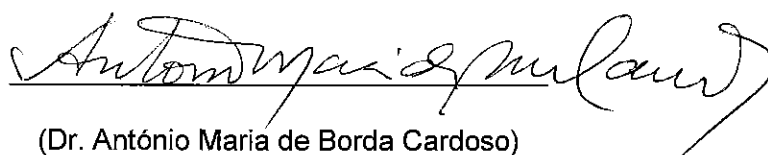
O Conselho Fiscal

O Presidente



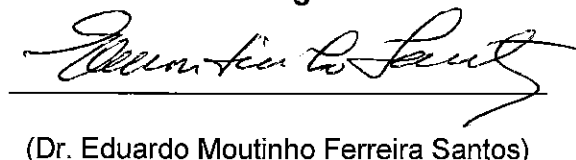
(Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva)

O Vice-Presidente



(Dr. António Maria de Borda Cardoso)

O Vogal



(Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos)

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Ibersol, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 241.316.543 euros e um total de capital próprio de 135.046.003 euros, o qual inclui Interesses não controlados de 5.121.687 euros e um resultado líquido de 10.582.266 euros), a Demonstração Consolidada do Rendimento integral, a Demonstração Consolidada das alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no Capital Próprio Consolidado e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Ibersol, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2015, o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no Capital Próprio Consolidado e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

6 de abril de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.